



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Modalidade: Presencial

Curso autorizado pela Resolução nº XXXXXXXX/XXXX/CONSUP/IFTO, de XX de XXXXXXX de XXXXX

PPC APLICADO PARA ESTUDANTES INGRESSANTES A PARTIR DE 2021/1

Porto Nacional – TO
2021/1



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL
1ª Edição

Antônio da Luz Júnior

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Nayara Dias Pajeú Nascimento

Pró-reitora de Ensino

Daniel Marra da Silva

Diretor de Graduação

Edilson Leite de Sousa

Diretor-geral do *Campus* Porto Nacional

Dêmis Carlos Fonseca Gomes

Gerente de Ensino do *Campus* Porto Nacional

Paulo César de Sousa Patrício

Coordenador do curso

Comissão Responsável (1ª Edição)¹

Maria Madalena Rodrigues Teles²

Demis Carlos Fonseca Gomes²

Deuzelina Tavares Chagas²

Edilson Leite de Sousa

Gerlany da Silva Sousa³

Grasiele Silva Amorim⁴

Gutemberg de Sousa da Conceição

Januário Neto Pereira Sarmiento^{5 7}

Lilissanne Marcelly de Sousa

Lucivan Augusto da Silva⁴

Marcia Dall'Agnol

Millena Adrianna Formiga Dias Bernardeli

Paulo Cesar de Sousa Patrício⁶

Paulo Rodrigues da Costa Junior

Rosalyn Justiniano de Souza Rocha

Wesley Vieira da Silva³

Revisão Linguística: Grasiele Silva Amorim

¹ Instituída pela Portaria n.º 61/2019/PNA/REITORIA/IFTO, de 21 de Fevereiro de 2019.

² Portaria n.º 157/2019/PNA/REI/IFTO, de 27 de maio de 2019.

³ Portaria n.º 17/2020/PNA/REI/IFTO, de 13 de fevereiro de 2020, que alteram a Portaria N.º 61/2019/PNA/REI/IFTO, de 21 de fevereiro de 2019.

⁴ Portaria N.º 95/2019/PNA/REI/IFTO, de 22 de Março de 2019.

⁵ Portaria n.º 268/2019/PNA/REI/IFTO, de 22 de agosto de 2019.

⁶ Portaria N.º 264/2019/REI/IFTO, de 25 de agosto de 2019

⁷ Portaria N.º 89/2020/PNA/REI/IFTO, de 18 de junho de 2020.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

LISTA DE SIGLAS

ASPLs - Arranjos Socioprodutivos Locais
BNCC- Base Nacional Comum Curricular
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CA - Centro Acadêmico
CAE - Coordenação de Assistência ao Estudante
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CNE - Conselho Nacional de Educação
COLAE - Comissão Local de Assistência Estudantil
CORES - Coordenação de Registros Escolares
COTEPE - Coordenação Técnico-Pedagógica
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CREAD - Centro de Referência em Educação a Distância
EAD - Educação a Distância
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FIC - Formação Inicial e Continuada
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES - Instituições de Ensino Superior
IF's - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
NDA - Núcleo Docente Articulado
NDE - Núcleo Docente Estruturante
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
ODP - Organização Didático-Pedagógica
PAP - Programa de Apoio a Pesquisa
PNE - Plano Nacional de Educação
PEE - Plano Estadual de Educação
PME - Plano Municipal de Educação
PDI - Projeto de Desenvolvimento Institucional
PIB - Produto Interno Bruto



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBIC-EM - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Ensino Médio de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico

PIC - Programa de Iniciação Científica

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PCC - Prática do Componente Curricular

PQV - Programa de Qualidade de Vida

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

RA - Restaurante Acadêmico

SIGA-EPCT - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica

SISU - Sistema Único de Seleção Unificada

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

UNED – Unidade de Ensino Descentralizada





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 JUSTIFICATIVA	17
2 OBJETIVOS DO CURSO	28
2.1 Objetivo Geral	28
2.2 Objetivos Específicos	28
3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	30
4 FORMAS E REQUISITOS DE INGRESSO	33
4.1 Do ingresso via vestibular	33
4.2 Do ingresso via Enem/Sisu.....	34
4.3 Do ingresso via transferência interna	34
4.4 Do ingresso via transferência externa.....	34
4.5 Do ingresso via portadores de diploma	34
4.6 Do reingresso	35
4.7 Da complementação de estudos.....	35
5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	36
5.1 Competências Gerais Docentes:	36
5.2 Competências Específicas Docentes:	38
6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	49
6.1 Introdução	49
6.2 Grade Curricular	50
6.2.1 Demonstrativo de disciplinas por período	54
6.2.1.1 Primeiro Período.....	54
6.2.1.2 Segundo Período.....	55
6.2.1.3 Terceiro Período	55
6.2.1.4 Quarto Período.....	56
6.2.1.5 Quinto Período.....	56
6.2.1.6 Sexto Período.....	57





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

6.2.1.7 Sétimo Período	57
6.2.1.8 Oitavo Período.....	58
6.2.1.9 Catálogo de Eletivas	60
6.3 Metodologia.....	63
6.4 Prática do Componente Curricular (PCC)	70
6.5 Estágio Curricular Supervisionado (ECS).....	71
6.6 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	75
6.7 Atividades Complementares.....	78
7 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	81
7.1 Segunda oportunidade de avaliação	84
7.2 Revisão da Avaliação	85
7.3 Exame Final.....	85
8 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	87
8.1 Aproveitamento de Estudos.....	87
8.2 Exame de Proficiência.....	88
9 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	89
9.1 SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior	89
9.2 CPA – Comissão Própria de Avaliação	89
9.3 ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes	90
10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	91
10.1 Estrutura Física Administrativa.....	91
10.2 Salas de Aula	92
10.3 Biblioteca.....	93
10.4 Laboratórios de Informática e Laboratório de Ensino e Material Didático....	95
10.4.1 Informática.....	95
10.4.2 Práticas Pedagógicas.....	96
10.5 Outros espaços pedagógicos.....	97
10.6 Estrutura de Acessibilidade do <i>Campus</i>	98
11 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	100





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

11.1 Quadro Docente	101
11.2. Coordenador e Núcleo Docente Estruturante	106
11.2.1 Dados do Coordenador do Curso.....	107
11.2.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	108
11.3 Colegiado do Curso	108
11.4 Pessoal Técnico Administrativo	109
11.5 Servidores terceirizados.....	112
12 CERTIFICADOS E DIPLOMAS	113
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXOS.....	118
Descrição Mínima das Unidades Curriculares	118
1º Período.....	118
2º Período.....	125
3º Período.....	133
4º Período.....	143
5º Período.....	153
6º Período.....	161
7º Período.....	171
8º Período.....	180
Componentes Eletivas	190





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO -TO, é resultante da integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins e foi criado por meio da Lei n.º 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Hoje, o IFTO possui oito *campi* em pleno funcionamento distribuído por todo o Estado, localizados nas cidades de Palmas, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Dianópolis, Colinas do Tocantins, Araguaína e Araguatins; três campi avançados, localizados nos municípios de Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia e Pedro Afonso, além de educação a distância, que oferece educação técnica em 16 (dezesesseis) polos. Todos tendo como mantenedor o Ministério da Educação – MEC. As ações e políticas do IFTO se baseiam na seguinte missão: **Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.**

Os cursos oferecidos pelo IFTO, presencialmente ou à distância, estão divididos nos níveis médio (concomitante, integrado e subsequente) e superior (bacharelados, licenciaturas, tecnologias e pós-graduações). Ao longo do Estado do Tocantins, o IFTO forma profissionais desde as ciências agrárias, passando por cursos de formação de professores e na área de serviços, bem como engenharias e cursos voltados para a indústria. O espectro formativo diversificado visa atender as necessidades profissionais do Estado e os arranjos produtivos locais. Um sumário dos cursos ofertados pelo IFTO pode ser visualizado no Quadro 1, a seguir:

UNIDADE	CURSO	MODALIDADE
Campus Araguaína	Análise e Desenvolvimento De Sistemas	Tecnologia
	Análises Clínicas	Técnico Subsequente
	Biotecnologia	Ensino Médio Integrado
	Enfermagem	Técnico Subsequente
	Formação Docente Em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Especialização
	Gestão Da Produção Industrial	Tecnologia
	Informática	Ensino Médio Integrado
	Operador De Computador	Proeja – FIC
Campus Araguatins	Engenharia Agrônômica	Bacharelado
	Agropecuária	Ensino Médio Integrado
	Agropecuária	Técnico Subsequente
	Ciências Biológicas	Licenciatura
	Computação	Licenciatura
	Redes De Computadores	Ensino Médio Integrado





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Campus Colinas do Tocantins	Agropecuária Sustentável	Especialização
	Agropecuária	Técnico Subsequente
	Agropecuária	Ensino Médio Integrado
	Computação	Licenciatura
	Informática	Ensino Médio Integrado
	Engenharia Agrônômica	Bacharelado
Campus Dianópolis	Agropecuária	Ensino Médio Integrado
	Computação	Licenciatura
	Engenharia Agrônômica	Bacharelado
Campus Formoso do Araguaia	Informática	Ensino Médio Integrado
	Agricultura	Técnico Subsequente
Campus Gurupi	Informática	Técnico Concomitante
	Administração	Ensino Médio Integrado
	Agronegócio	Ensino Médio Integrado
	Agronegócio	Técnico Subsequente
	Arte Educação	Especialização
	Teatro	Licenciatura
	Edificações	Ensino Médio Integrado
	Engenharia Civil	Bacharelado
	Gestão Pública	Tecnologia
	Operador De Computador	Proeja
Campus Lagoa da Confusão	Produção de Grãos	Tecnologia
	Agricultura	Técnico Subsequente
	Agricultura	Técnico Concomitante
	Informática	Técnico Subsequente
	Informática	Técnico Concomitante
Campus Palmas	Engenharia Agrônômica	Bacharelado
	Administração	Ensino Médio Integrado
	Agrimensura	Ensino Médio Integrado
	Agrimensura	Técnico Subsequente
	Agronegócio	Ensino Médio Integrado
	Agronegócio	Tecnologia
	Atendimento	Proeja – FIC
	Automação Industrial	Técnico Subsequente
	Controle Ambiental	Ensino Médio Integrado
	Edificações	Técnico Subsequente
	Educação Física	Licenciatura
	Eletrotécnica	Ensino Médio Integrado
	Eletrotécnica	Técnico Subsequente
	Engenharia Agrônômica	Bacharelado
	Engenharia Civil	Bacharelado
Engenharia Elétrica	Bacharelado	
Eventos	Ensino Médio Integrado	
Física	Licenciatura	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

	Gestão de Turismo	Tecnologia
	Gestão Pública	Tecnologia
	Informática para Internet	Ensino Médio Integrado
	Letras - Língua Portuguesa	Licenciatura
	Manutenção e Operação de Microcomputadores	Proeja – FIC
	Matemática	Licenciatura
	Mecatrônica	Ensino Médio Integrado
	Secretariado	Técnico Subsequente
	Segurança do Trabalho	Técnico Subsequente
	Sistemas para Internet	Tecnologia
	Telemática	Especialização
Campus Paraíso do Tocantins	Administração	Bacharelado
	Agroindústria	Ensino Médio Integrado
	Alimentos	Tecnologia
	Informática	Ensino Médio Integrado
	Matemática	Licenciatura
	Meio Ambiente	Ensino Médio Integrado
	Química	Licenciatura
Sistemas de Informação	Bacharelado	
Campus Pedro Afonso	Agropecuária	Técnico Subsequente
	Agropecuária	Técnico Concomitante
	Informática	Técnico Subsequente
	Engenharia Agrônômica	Bacharelado
Campus Porto Nacional	Administração	Ensino Médio Integrado
	Computação	Licenciatura
	Informática	Técnico Subsequente
	Informática para Internet	Ensino Médio Integrado
	Logística	Tecnologia
	Meio Ambiente	Ensino Médio Integrado

Quadro 1: Cursos ofertados pelo IFTO

Além dos cursos oferecidos à comunidade, o IFTO atua na pesquisa e na extensão através da exploração dos arranjos produtivos locais e dos projetos envolvendo os cursos de formação de professores.

O *Campus* Porto Nacional do IFTO foi implantado como UNED – Unidade de Ensino Descentralizada – da antiga Escola Técnica Federal de Palmas. Outras UNEDs foram implantadas na mesma época (fim de 2007 ao início de 2008), casos das UNEDs de Araguaína e Paraíso do Tocantins. Todos estes *campus*, Porto Nacional inclusive, tiveram bastante avanço na ocasião da Expansão II da Rede Federal de Educação Tecnológica (por volta de 2010).

Com a doação do terreno, por parte da prefeitura, onde hoje localiza-se o *Campus* Porto Nacional do IFTO, a remoção de servidores do campus Palmas e Araguatins, a posse dos novos servidores recém-concurados, dá-se início ao trabalho de construção dos projetos estruturais e





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

pedagógicos da nova unidade, bem como as obras dos blocos I, II e IV do *Campus*. Nos primeiros meses, os servidores recém-concursados prestavam expediente na Reitoria. Em junho de 2010, a estrutura administrativa e pedagógica do *campus* Porto Nacional instalou-se definitivamente na sede da Avenida Tocantins, no novo bairro Jardim América da cidade de Porto Nacional.

O primeiro diretor-geral em caráter *pro-tempore* foi o professor Ovídio Ricardo Dantas Júnior, substituído em 2011 pelo professor Miguel Camargo da Silva, também *pro-tempore*. Ao cabo de 5 (cinco) anos da implantação do *campus*, um processo de consulta eleitoral foi instaurado, sendo eleita a professora Lilissanne Marcelly de Sousa, primeira mulher a dirigir um *campus* do IFTO.

Atualmente o Campus Porto Nacional tem como Gestor o Professor Edilson Leite de Sousa, eleito pela comunidade em consulta direta ocorrida em 07 de novembro de 2017, nomeado pela Portaria nº 549/2018/REI/IFTO, de 11 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2018.

Os primeiros cursos implantados no *campus* Porto Nacional do IFTO foram Licenciatura em Computação e Tecnologia em Logística.

Fazendo aqui um relato histórico, pode-se afirmar que a concepção do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Porto Nacional do IFTO, teve início a partir de estudos sobre a temática de formação de professores para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental e pesquisa de demanda realizada junto comunidade de Porto Nacional e cidades circunvizinhas.

Na oportunidade, reuniram-se professores e técnicos administrativos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins do *Campus* Porto Nacional e destacou-se a necessidade da realização de um planejamento participativo para a elaboração de novos PPCs (Projetos Pedagógicos dos Cursos) e implantação de novos cursos, sendo estes: Licenciatura em Pedagogia, Bacharelados em Administração e Sistema de Informação. Estes estudos aconteceram durante período correspondente ao mês de agosto de 2018 a maio de 2019, período este de realização do estudo de demanda e elaboração de parecer técnico, quando culminou na instituição da comissão para elaboração do PPC do curso de Licenciatura em Pedagogia, Portaria n.º 61/2019/PNA/REI/IFTO, de 21 de fevereiro de 2019.

O curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado pelo IFTO Campus Porto Nacional,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

descrito neste PPC, destina-se à formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental e estará vigente a partir de 2021. Possui carga horária total de 3.300,4 horas; entre os componentes curriculares do curso constam Estágios Curriculares Supervisionados I, II e II, Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso, todos obrigatórios.

Este curso não abrange a formação disposta no capítulo VII da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, ou seja, formação para Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Educação Básica. Caso o estudante deseje essa habilitação terá de fazer complementação de estudos nos termos do Art. 22. da referida resolução:

Art. 22. A formação para atuar em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Educação Básica, nos termos do art. 64 da LDB, ou com centralidade em ambientes de aprendizagens e de coordenação e assessoramento pedagógico, pode-se dar em:

I - cursos de graduação em Pedagogia com aprofundamento de estudos nas áreas de que trata o caput e que possuam uma carga horária mínima de 3.600 (três mil e seiscentas) horas; e

II - cursos de especialização lato sensu ou cursos de mestrado ou doutorado, nas mesmas áreas de que trata o caput, nos termos do inciso II do art. 61 da LDB.

§ 1º O aprofundamento de estudos de que trata o inciso I será correspondente a 400 (quatrocentas) horas adicionais às 3.200 (três mil e duzentas) horas previstas para o curso de Pedagogia.

§ 2º Para o exercício profissional das funções relativas a essas áreas, a experiência docente é pré-requisito, nos termos das normas de cada sistema de ensino, conforme o disposto no § 1º do art. 67 da LDB.

O curso possui horas-aula de 50 minutos a serem regidas no período noturno, ao longo de oito semestres, podendo ser integralizado em até 16 (dezesseis) semestres. Em cada semestre 40 vagas serão oportunizadas e, após concluído o curso, o estudante receberá o diploma de Licenciado (a) em Pedagogia.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO
NOME DO CURSO: Licenciatura em Pedagogia
NÍVEL DE ENSINO: Educação Superior
TIPO DO CURSO: Licenciatura
HABILITAÇÃO: Licenciado(a)
ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Humanas
EIXO: Curso Superior de Licenciatura
ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR/ACADÊMICO: Semestral
PERIODICIDADE DE INGRESSO: Período Semestral
MODALIDADE DE ENSINO: Presencial
DURAÇÃO DO CURSO: 8 semestres ou 4 anos. Prazo máximo para integralização: 16 semestres ou 8 anos.
CARGA HORÁRIA DE INTEGRALIZAÇÃO: 3.300,4 horas-relógio (60min) / Total de aulas: 3.960 (aulas de 50 min)
VAGAS OFERTADAS: 80 vagas (40 vagas por semestre).
TURNO DE OFERTA: Noturno.

Quadro 2: Identificação do Curso

O presente Projeto Pedagógico de Curso está amparado legalmente nas legislações que seguem:

Legislações Gerais:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º 9.394/96;
- Lei n.º 13.168, de 6 de outubro de 2015, que altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei n.º 9.394/1996;

Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação:

- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- Resolução CNE/CEB nº 5, DE 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a Educação Básica;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, se refere à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental;
- Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

Resoluções e Pareceres específicos do curso:

- Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia;
- Parecer CNE/CP nº 3, de 21 de fevereiro de 2006, que trata de reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;
- Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro de 2019, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);
- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Requisitos Legais - SINAES:

- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que estabelece as políticas de educação ambiental;
- Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Lei nº 10.861/2004 - Lei do SINAES, que estabelece os princípios da avaliação da educação superior;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante;
- Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e Portaria MEC Nº 3.284/2003, que estabelecem condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Parecer CNE/CP nº 8 de 6 de março de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que estabelece a Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Artigo 99 da Portaria Seres/MEC nº 23/2017, que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;
- Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância, de outubro de 2017- MEC/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP.

Regulamentos e normas do IFTO:

- Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO, aprovado pela Resolução nº 24/2011/CONSUP/IFTO, de 16 de dezembro de 2011, alterado pela Resolução nº 45/2012/CONSUP/IFTO, de 19 de novembro de 2012 e alterado pela Resolução nº 51/2016/CONSUP/IFTO, de 7 de outubro de 2016 (ODP vigente); e
- Instrução Normativa nº 1/2018/Reitoria/IFTO, de 26 de março de 2018 (IN-01/2018).

Outras Resoluções e Leis:



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- Resolução CNE/CES n.º 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- Resolução CNE/CEB Nº 5, DE 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Lei n.º 13.005/2015/4, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE;
- Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências.
- Lei nº 2.248, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação-PME, de Porto Nacional-TO (2015-2025), e adota outras providências.
- Resolução CONAES n.º 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 JUSTIFICATIVA

De acordo com Oliveira (2018), em mapeamento dos APLs no Tocantins, desde 2012 os serviços tocaninenses vêm aumentando sua competitividade no cenário nacional. Dentre os setores consolidados estão: atividades que beneficiam e fabricam produtos provenientes do arroz; o processamento de carnes e seus derivados; produção de minérios não-metálicos, bem como madeira e mobiliário, entre outros. Observa-se ainda, a partir da referida pesquisa, que o estado apresenta alta vocação para construção de APLs ligados à cadeia do frango, à produção de artefatos provenientes do cimento, de biocombustíveis e de madeira, da fabricação de móveis, da fabricação de pedras ornamentais - necessárias para a construção civil – e à agricultura e pecuária.

É importante salientar que esses arranjos apresentam demandas por inovações tecnológicas, de modo a prover sua operacionalização e melhorar sua eficiência na cadeia de produção. Algumas das atividades mencionadas acima impactam diretamente o meio ambiente, evidenciando a necessidade de soluções tecnológicas que possam mapear e mitigar tal dano. Neste contexto, pode ser implantada a TI Verde, cujos benefícios financeiros estão associados à ecoeficiência, que diz respeito à entrega de produtos e serviços com preços competitivos, e que minimizam o impacto ao meio ambiente (SALLES, 2016).

Cabe destacar que os institutos não trabalham apenas com arranjos produtivos, mas também com os arranjos sociais e culturais. Nesse sentido, para atender as necessidades locais, os primeiros cursos implantados no Campus Porto Nacional do IFTO foram Licenciatura em Computação e Tecnologia em Logística, que continuam sendo até o momento os únicos cursos ofertados na modalidade ensino superior.

Com o objetivo de identificar as demandas territoriais, com base no panorama socioeconômico e educacional da região onde o campus está inserido, buscou-se identificar os cursos de graduação (tecnólogos, licenciaturas e bacharelados) e de pós-graduação que poderiam ser ofertados para suprir tais demandas. Foi realizado também um mapeamento dos cursos superiores ofertados na microrregião de Porto Nacional. A pesquisa aconteceu entre os meses de agosto e outubro de 2018, em algumas cidades da microrregião de Porto Nacional, no período diurno e noturno, através da aplicação de 400 questionários. Foram entrevistados os seguintes perfis: estudantes do Ensino Médio (3º ano) concluintes e egressos; profissionais da



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

educação (professores e técnicos educacionais), entre outros servidores públicos, bem como empresários e trabalhadores celetistas, como se pode observar na figura 1.

A fim de ampliar a representatividade dos municípios da microrregião de Porto Nacional, e assim buscar atender parte de suas demandas, colaboraram com a referida pesquisa participantes das cidades circunvizinhas, homens e mulheres, os quais foram indagados acerca do interesse em realizar algum curso superior no Instituto Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional, obtendo-se uma resposta positiva da maioria dos entrevistados. As cidades onde residem os participantes constam na figura 3.

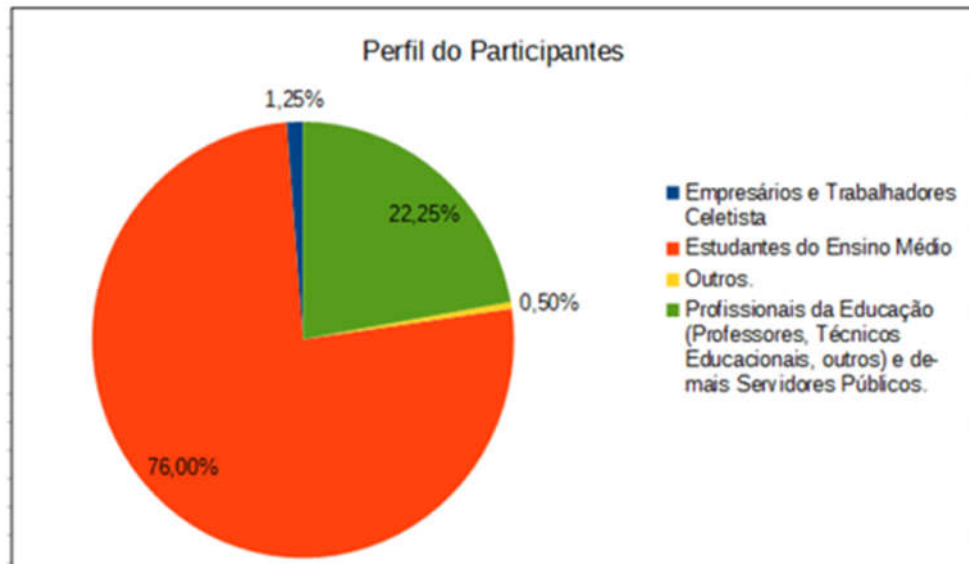


Figura 1: Perfil dos participantes.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

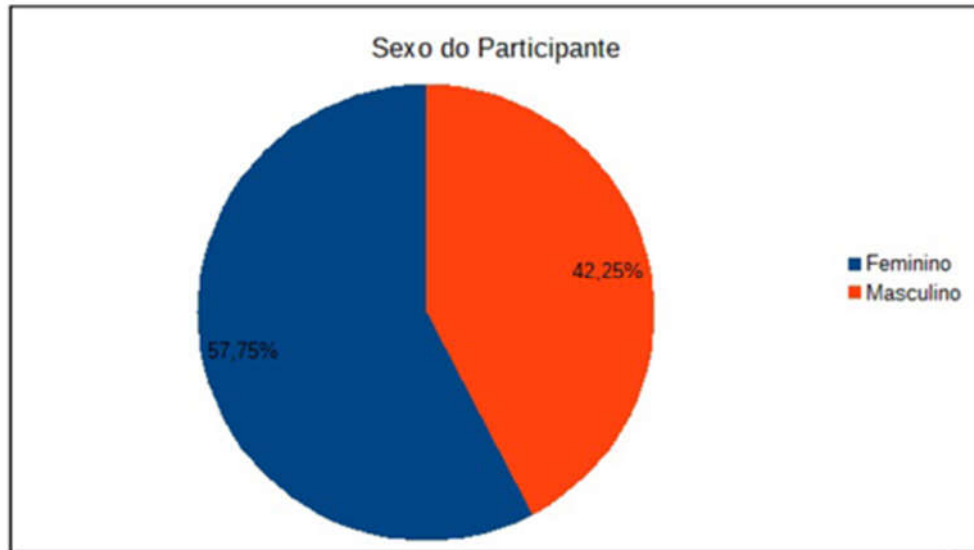


Figura 2: Sexo dos participantes.

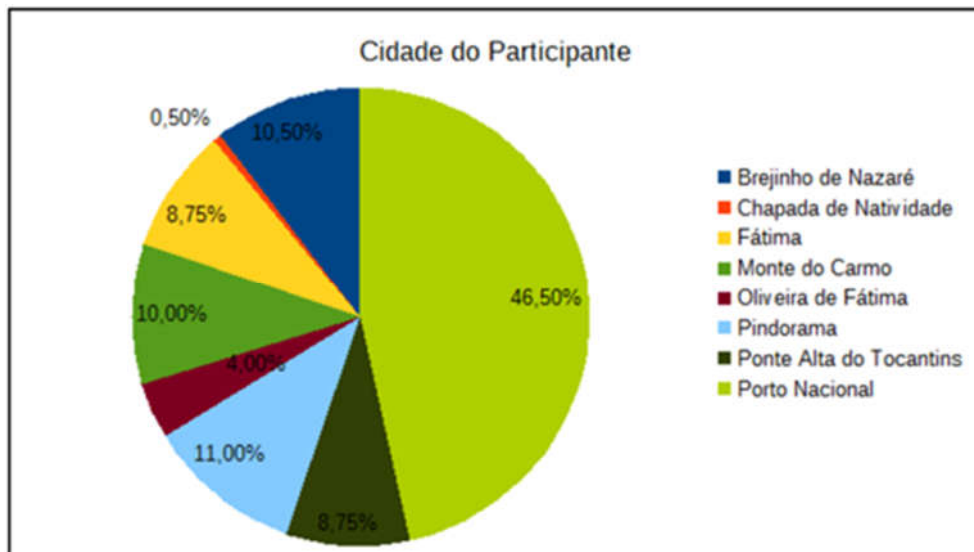


Figura 3: Cidades dos participantes

Os entrevistados foram perguntados sobre quais cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura eles gostariam que fossem ofertados, escolhendo algumas opções dentre um conjunto predeterminado de cursos sugeridos. Os resultados constam nas figuras 4, 5 e 6.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL



Figura 4: Cursos superiores de tecnologia.



Figura 5: Cursos superiores de bacharelado.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

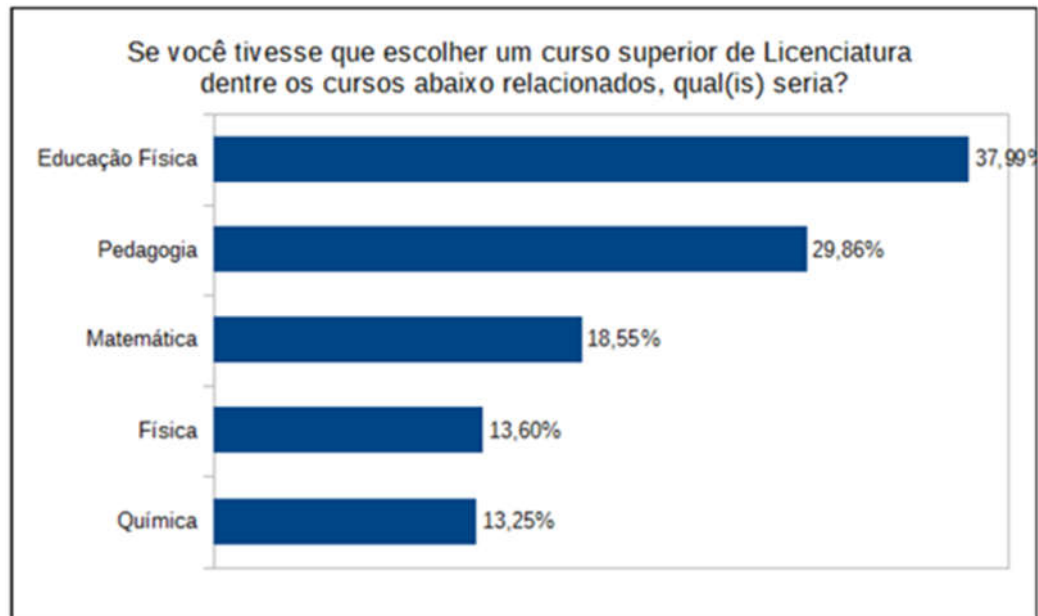


Figura 6: Cursos superiores de licenciatura.

Com base nos resultados da pesquisa de demanda para a implantação de cursos superiores, optou-se por ofertar o curso Licenciatura em Pedagogia. Para tanto, conforme dispõe o capítulo III da Instrução Normativa nº 1 do IFTO, dentre os critérios que devem ser levados em consideração no estudo de viabilidade para a oferta de novos cursos, foram determinantes os critérios a seguir: disponibilidade e previsão de professores; disponibilidade e previsão de instalações físicas e bibliografia disponível na biblioteca.

As primeiras iniciativas de formação de professor na rede vêm da década de 40 com a implementação de cursos de aperfeiçoamento do ensino industrial, seguidos de cursos especiais para a educação técnica previstos na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Entre os cursos emergenciais que marcaram a memória histórica das instituições, encontram-se os chamados Esquema I, destinados aos portadores de diploma de Educação Superior que ansiavam por uma formação pedagógica e Esquema II, destinados aos portadores de diploma técnico (BRASIL, 2008b).

As primeiras Escolas Técnicas Federais (ETFs) que passaram a ser Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), em 1978, foram nos Estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, que trouxeram como desígnio a oferta do ensino superior de licenciatura plena e curta visando à formação de professores e especialistas para as disciplinas de 2º Grau e dos





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

cursos de tecnólogos (exigência da Lei n.º 6.545/78). Desde esse período aos dias atuais há normas e programas de formação, mas, até o momento, sem resolver em definitivo a carência de pessoal qualificado para o exercício da função: “A carência de profissionais qualificados para a função docente é uma das dificuldades mais fortes com que a educação profissional e tecnológica esbarra” (BRASIL, 2008).

Com a lei de criação dos institutos federais (Lei Federal n.º 11.892/2008), a possibilidade de oferta do ensino superior não apenas foi aberta, como foi exigida. Dentro do texto da lei, inclusive, há destaque especial para a oferta de cursos superiores para formação de professores:

Art. 7º. Observadas as finalidades e características definidas no art. 6o desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

[...]

VI - ministrar em nível de educação superior:

[...]

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

Tentando superar esses desafios e de acordo com estudos realizados no âmbito da área de formação pedagógica é que se propôs a oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia no *Campus* Porto Nacional, em concordância com os seguintes pontos:

- Fazer valer a legislação vigente quanto à necessidade de expansão do ensino superior, licenciatura na rede federal;
- Demanda tênue de formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; gestão educacional e escolar e em outras nas quais sejam previstos no município de Porto Nacional e cidades circunvizinhas;
- Consideração à formação pedagógica como estratégica.

Baseando-se no disposto no art. 8 da Lei nº 11.892 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências), de 29 de dezembro de 2008, o Campus de Porto Nacional do IFTO apresenta uma proposta para a implantação do Curso Licenciatura em Pedagogia, explicitando as razões e a demanda de mercado que o levaram a elaborar este





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

projeto.

A formação do docente para a Educação Básica implica na necessidade constante de oferecer ao professor, formação inicial e continuada de modo a dotá-lo de condições adequadas para a atuação na escola, de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação, com as exigências atuais do mercado de trabalho, como também, contribuir para o avanço científico e tecnológico da sociedade. Contudo, o Campus de Porto Nacional do IFTO, por meio do curso de Pedagogia, entende ser necessário uma ampliação da ação docente para além das preconizadas seja pela legislação educacional brasileira, seja pelos ditames do mercado.

A docência deve ser entendida como um espaço para a crítica e produção de conhecimento, para um pensar e fazer pedagógico que vão além do reducionismo epistemológico contido na legislação e no clientelismo imposto pelo mercado. A docência será compreendida como espaço para o debate, para a crítica construtiva, para a utopia, para o “fazer diferente”, o refletir permanente, portanto, para a transformação desta sociedade desigual e injusta em uma outra sociedade, mais justa, mais igualitária e fraterna.

Portanto, o trabalho docente e do pedagogo devem ser compreendidos à luz da sociedade e fazer. Nesse sentido, o curso de pedagogia do Campus de Porto Nacional do IFTO almeja superar a visão suposta em que vivemos: desigual e injusta. Portanto, trata-se de pensar esse trabalho como um trabalho que é reflexo da divisão social do trabalho, da separação entre teoria e prática. No curso de Licenciatura em Pedagogia é retomada a concepção do trabalho como um princípio educativo, porém situado em uma sociedade de classes. E o professor-pedagogo que se pretende formar, portanto, deve também ser situado nesta mesma sociedade, como sujeito dialeticamente formador e transformador (FERREIRA e BITTAR, 2008).

Amplia-se, assim, substancialmente, tanto o papel do profissional da educação como o papel da própria escola, colocando-os como elementos contraditórios, conservando e transformando uma sociedade também contraditória. Consoante com essa concepção mais ampliada de docência, de escola e da própria educação, há que se lembrar que o curso de graduação em Pedagogia permite ao seu licenciado não apenas atuar em sala de aula, mas também em qualquer espaço educativo. Sendo assim, há que se ter uma concepção mais ampliada também sobre o pedagogo, afinal, a Pedagogia é a ciência da educação, e esta ocorre





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

nos mais diferentes espaços educativos, não apenas na escola. Então, ao contrário do que o senso comum acredita, o pedagogo é um profissional responsável por refletir e agir criticamente sobre o fenômeno educativo, sob suas mais diferentes facetas, contribuindo para a produção do conhecimento.

Nesse sentido, de acordo com Libâneo (2006) há que se romper com visões simplistas e reducionistas sobre o curso de pedagogia, por exemplo, a de que tal curso seria uma formação apenas para professores da educação infantil e séries iniciais. Ou, ainda, que o pedagogo seria um profissional responsável por dominar e disseminar a outros profissionais da escola “métodos e técnicas de ensino”. O pedagogo é, antes de qualquer outra coisa, um “especialista em educação”, um profissional capaz de pensar o objeto de sua ciência, no caso o fenômeno educativo, com robustez intelectual e consistência epistemológica.

No curso de pedagogia do Campus Porto Nacional do IFTO, o pedagogo será compreendido como professor-educador, especialista em educação e, acima de tudo, produtor de conhecimento. Sendo assim, o licenciado em pedagogia do Campus Porto Nacional do IFTO será um profissional capaz de atuar, criticamente, tanto em espaços escolares quanto em espaços não-escolares.

No tocante à contribuição para a Instituição, ressalta-se que o *Campus* Porto Nacional acolhe o desafio de contribuir com o desenvolvimento da região. A contribuição para com o avanço no trabalho que envolve a criação de tecnologias em processos de conhecimento e a formação de profissionais para a docência possibilitará o reconhecimento e a aceitabilidade da instituição por parte da comunidade. A proposta também leva a um novo patamar de abrangência para a Instituição, pois se reforçam as linhas de aprendizado no desenvolvimento de sistemas computacionais voltados para a informação, a comunicação e a educação.

A cidade de Porto Nacional está localizada em uma região de cerrado na porção central do Estado do Tocantins (ver Figura 7). Quanto ao clima da cidade, esse é classificado como seco de savana, apresentando temperatura média anual oscilando entre 28°C e 29°C.

Politicamente, mesmo o Tocantins tendo sido criado em 1988, quando da promulgação da constituição cidadã, a cidade de Porto Nacional é emancipada desde 1861. A importância da cidade para o Estado tem também componentes acadêmicos e religiosos: Antes de o estado do Tocantins ser implantado, Porto Nacional tinham um *campus* da UFG e era sede de uma diocese





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

da Igreja Católica. Durante décadas, a própria Igreja Católica impulsionou a formação de professores para os estados do Tocantins e do Goiás. Essa vocação foi seguida pela congregação das Irmãs Dominicanas, ao implantarem escolas por todo interior do Brasil, inclusive em Porto Nacional. Tudo isso fez com que indivíduos de diversas partes do Tocantins procurassem Porto Nacional para *letrar-se*.

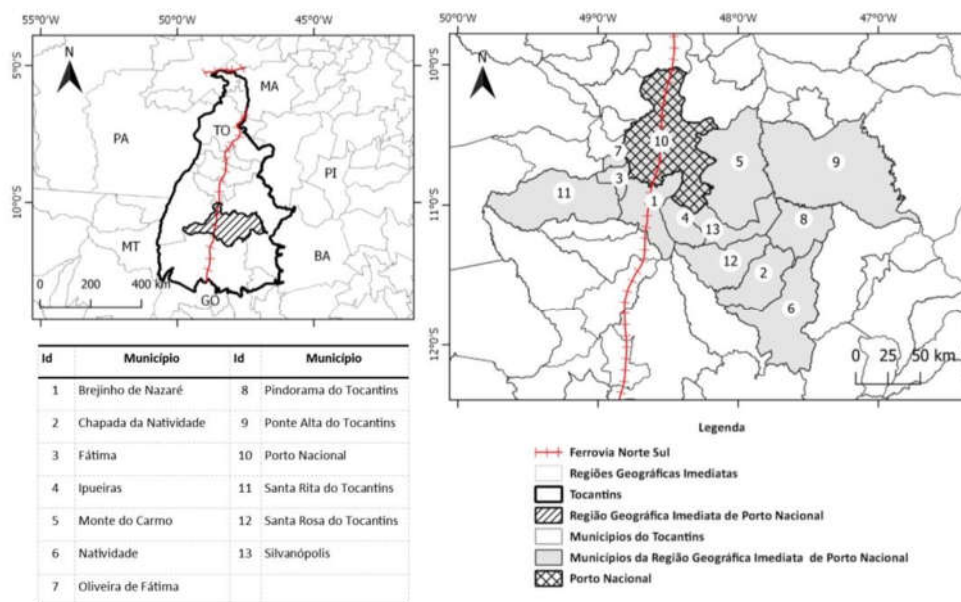


Figura 7: Posição de Porto Nacional dentro do Estado do Tocantins. Fonte: Portal de Mapas do IBGE

Além da referência histórica e cultural, Porto Nacional constitui-se pujante polo econômico do Estado do Tocantins. A cidade, possui 52.510 habitantes (Estimativa do IBGE para 2016) e um território de 4.449.917 km². Porto Nacional possui o 4º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Tocantins, segundo dados do IBGE (2011), aproximadamente 750 milhões de reais de um total de 18 bilhões do PIB estadual. Em outras palavras, o PIB de Porto Nacional representa cerca de 4,1% de toda a riqueza produzida no Estado. A cidade é um importante polo de serviços, comércio e saúde para sua população e para cidades vizinhas como Monte do Carmo, Brejinho de Nazaré, Silvanópolis, Ipueiras, Fátima, Oliveira de Fátima, Santa Rosa do Tocantins. A posição de Porto Nacional facilita inclusive a abrangência de mercado consumidor de serviços e produtos da Capital do Estado, Palmas, especialmente dos distritos





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

de Taquaralto e região dos Aurení's.

Em se tratando da Educação, o Plano Municipal de Educação de Porto Nacional destaca um crescimento de 72,6%, passando de 0,406 em 2.000 para 0,701 em 2010 no IDH-M. “O município de Porto Nacional se destaca no estado do Tocantins, ocupando a 5ª posição no IDH-M. (PME, 2015, p. 37)”.

A presença do curso de Licenciatura em Pedagogia neste cenário complementa a oferta de cursos de formação de professores na região. Na Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Porto Nacional, são ofertadas as licenciaturas em Letras – Inglês, Letras – Libras, Biologia, História, Geografia e Ciências Sociais, além de Matemática e Física na modalidade EaD. Neste sentido, a oferta do presente curso na cidade de Porto Nacional preenche uma lacuna dentre as licenciaturas ofertadas na região. Além do mais, sabe-se que o curso de Licenciatura em Pedagogia, além de formar professores, prepara pessoas que sejam capazes de compreender e também de colaborar para a melhoria da educação brasileira, tanto em espaços formais, como em espaços informais.

Ainda sobre Porto Nacional, é possível justificar a implantação do curso sob a ótica da importância de profissionais para atender inclusive a educação pública municipal da cidade. De acordo com o PME (Plano Municipal de Educação, 2015) de Porto Nacional, a cidade conta com 28 escolas municipais, 12 destas ficam em zona rural. Essas escolas demandam que seus profissionais obtenham a formação superior em licenciatura para a educação básica, no entanto ainda não há na região nenhum curso de Pedagogia sendo ofertado por instituição pública. Portanto, o profissional graduado em Pedagogia no Campus Porto Nacional do IFTO poderá atuar em uma vasta região, em um grande e diferenciado número de instituições: escolares e não escolares, seja como docente ou profissional em educação.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020 – 2024) do IFTO, no desenvolvimento das ações escolares/acadêmicas, cada campus, em cada exercício, deve garantir os percentuais mínimos de oferta de suas vagas conforme definido no art. 8º da Lei nº 11.892/08. O quantitativo de oferta de vagas é previsto no PDI, sendo observados os percentuais previstos em lei, conforme disposto no artigo 8º da Lei nº 11.892/08 e no § 1º do artigo 2º do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.

No que se refere à execução dos cursos, a instituição oferta atividades de ensino,





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL**

pesquisa e extensão nos períodos matutino, vespertino, noturno ou em período integral, de segunda a sábado, de acordo com a demanda da comunidade, disponibilidade de servidores e infraestrutura de cada campus. Podendo, ainda, ofertar componentes curriculares que utilizem modalidade semipresencial, integral ou parcial, desde que observada a legislação de educação vigente.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

2 OBJETIVOS DO CURSO

2.1 Objetivo Geral

Formar professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, e na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

2.2 Objetivos Específicos

- Difundir os valores estéticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática;
- Tornar o licenciado para planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- Instrumentalizar o futuro pedagogo frente a sua área de atuação na Educação Básica e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos;
- Possibilitar o aprofundamento de saberes disciplinares básicos para a atuação profissional do pedagogo;
- Potencializar situações para a compreensão de saberes metodológicos relacionados aos diferentes saberes;
- Habilitar o futuro pedagogo para o planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- Aprofundar o conhecimento sobre a complexidade da educação no contexto sociocultural;
- Desenvolver atitudes investigativas que conduzam à realização da pesquisa educacional;
- Compreender a educação de jovens e adultos;
- Compreender as políticas de inclusão no contexto do trabalho educativo como



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

reconhecimento e valorização da diversidade;

- Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional de modo abrangente e flexível, possibilitando que a formação esteja em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais;
- Formar um profissional capaz de agir nas mais diferentes modalidades de ensino na busca de soluções dos problemas complexos da realidade educacional de forma preventiva (evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros), favorecendo a reflexão crítica acerca dos valores éticos que devem permear o pensar e o agir profissional;
- Desenvolver competências no licenciado para produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.
- Utilizar o conhecimento sobre a legislação que rege sua atividade profissional;
- Melhorar, de modo satisfatório, a qualidade do ensino;
- Difundir os valores estéticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática;
- Propiciar o protagonismo crítico para a construção do conhecimento;
- Gerenciar o próprio desenvolvimento profissional;
- Desenvolver, nos futuros educadores, o compromisso social e comunitário, levando-os a um trabalho interdisciplinar aprendendo a conhecer o contexto;
- Incentivar os licenciados a atuar no processo de intercâmbio social da sua comunidade com senso crítico e cada vez mais conscientes de seu papel social e da sua contribuição no avanço científico e tecnológico da região e do país;
- Estimular a formação de professores com rigor científico, tecnológico e didático-pedagógico, orientando-se pela pesquisa/investigação, tomadas na construção e problematização do conhecimento e da (sua) própria aprendizagem.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A descrição do perfil profissional do egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia, atende a ao disposto no Parecer 5/2005, na Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 e na Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019.

O egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Porto Nacional - IFTO contempla consistente formação teórica e diversidade de conhecimentos e de práticas, de forma que está apto para atuar na docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, e na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

O egresso do Curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia do Campus Porto Nacional - IFTO está apto a:

1. atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
2. compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
3. fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
4. trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
5. reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
6. ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
7. ter compreensão dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade;

8. promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

9. identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

10. demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

11. desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

12. participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico da escola e da construção de valores democráticos;

13. estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

14. participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

15. utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

16. resolver problemas, engajar em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;

17. ter vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem;

18. alfabetizar e ter domínio de seus fundamentos e domínio pedagógico dos processos e das aprendizagens envolvidas, com centralidade nos resultados quanto à fluência em leitura, à compreensão de textos e à produção de escrita das crianças, jovens e adultos;

19. contextualizar os conteúdos curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas;

20. ter engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais;

21. dominar metodologias, práticas de ensino e sequências didáticas dos conteúdos a serem ensinados;

22. manejar os ritmos, espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;

23. engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

24. elaborar e planejar sequências didáticas de forma disciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar ou pluridisciplinar e adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e diversificadas.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

4 FORMAS E REQUISITOS DE INGRESSO

Conforme o art. 67 do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos cursos de graduação presenciais do IFTO, o ingresso nos cursos de graduação do IFTO somente é concedido a quem já tenha concluído o ensino médio ou equivalente a este nível de ensino, de acordo com o art. 44, inciso II, da Lei n.º 9.394/96, e suas alterações.

Mediante Processo Seletivo Público, o ingresso no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Porto Nacional do IFTO poderá acontecer das seguintes formas:

- Vestibular;
- Aproveitamento de nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), via Sistema Único de Seleção Unificada (SISU);
- Transferência interna (mudança de curso);
- Transferência externa;
- Portadores de diploma;
- Reingresso;
- Complementação de estudos.

4.1 Do ingresso via vestibular

O vestibular, processo seletivo público aberto a concluintes e portadores de diploma de Ensino Médio ou equivalente, ocorrerá semestralmente, de acordo com normas estabelecidas em edital próprio, sendo válido para o período letivo a que se destina. Destinar-se-ão, por essa forma de ingresso, 20 (vinte) vagas para o curso a cada semestre letivo, sujeitas às políticas de reserva de vagas e ações afirmativas. Seu objetivo será avaliar o domínio, por parte dos candidatos, dos conteúdos referentes ao Ensino Médio, bem como classificá-los para fins de preenchimento de vagas. Os estudantes serão convocados através de edital, sendo os exames realizados no âmbito do IFTO. A classificação dos candidatos será feita por ordem decrescente,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

excluídos aqueles que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos.

4.2 Do ingresso via Enem/Sisu

A utilização das médias do Enem ocorrerá semestralmente/anualmente, via SISU, em edital gerenciado pelo MEC, para o qual serão destinadas 20 (vinte) vagas de ingresso para os candidatos, sujeitas às políticas de reserva de vagas e ações afirmativas.

4.3 Do ingresso via transferência interna

A transferência interna, entendida como a transferência de estudantes de outros cursos superiores oferecidos pelo Campus Porto Nacional do IFTO para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, para prosseguimento de estudos, ocorrerá mediante a existência de vaga e aprovação em processo seletivo próprio para essa finalidade.

4.4 Do ingresso via transferência externa

A Transferência externa, entendida como a transferência de estudantes de outras Instituições de Ensino Superior para o Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Porto Nacional do IFTO, para prosseguimento de estudos, do mesmo curso ou equivalente, ocorrerá mediante a existência de vaga e aprovação em processo seletivo.

4.5 Do ingresso via portadores de diploma

A admissão de Portadores de Título poderá ser concedida a graduados em cursos de nível superior preferencialmente de eixo tecnológico afim ou correlato ou curso de mesmo eixo tecnológico ou área de conhecimento afim ou correlato, condicionada à existência de vagas. A admissão será precedida de edital público, prevista em calendário escolar/acadêmico conforme regulamento da ODP vigente.



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

4.6 Do reingresso

Em observância aos artigos 117 a 121 do Regulamento da Organização Didático Pedagógica (ODP) dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO, o reingresso, entendido como o retorno formal ao curso, de estudantes que estejam com status de “desligado” do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Porto Nacional do IFTO, será regulado por edital próprio, só sendo permitido uma única vez.

4.7 Da complementação de estudos

Em observância aos artigos 88 a 98 do Regulamento da Organização Didático Pedagógica (ODP) dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO, a complementação de estudos é entendida como a possibilidade de estudantes do IFTO, ou membros externos, cursarem uma ou mais disciplinas do curso. Ainda de acordo com o referido documento, a complementação de estudos vincula o estudante exclusivamente à (s) disciplina (s) em questão, não se configurando como uma forma de ingresso; sendo permitida nas formas de Estudante Especial e Enriquecimento Curricular. Considera-se candidato a estudante especial o interessado externo ao IFTO, que tenha concluído o ensino médio (ou equivalente). O estudante especial não terá vínculo com o curso de graduação; será vinculado exclusivamente à (s) disciplina(s) que tenha se inscrito. Considera-se candidato ao enriquecimento curricular o estudante do Campus do IFTO que tenha concluído o ensino médio (ou equivalente), sem exigência de vínculo com curso de graduação. É vinculado exclusivamente a uma ou mais disciplinas e não a um determinado curso. Entende-se por enriquecimento curricular a opção de o estudante complementar seus estudos se matriculando em disciplinas além das descritas no PPC como obrigatórias, eletivas e optativas. As condições relativas aos processos seletivos para a Complementação de Estudos seguirão edital próprio, publicado pela Direção/Gerência de Ensino, respeitando-se as datas previstas no calendário escolar/acadêmico.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia, tem em vista ofertar uma formação integral e sólida aos estudantes. A formação deve pautar-se na aquisição de competências e habilidades que permita ao estudante atuar em diversos campos profissionais, que envolva a área de estudo da pedagogia. Amparado nessa perspectiva formativa, o estudante será capaz de se preparar para lidar com situações-problema de seu cotidiano e resolvê-las, sejam elas de cunho teórico ou prático, acadêmico ou profissional.

Nesse contexto, seguem as competências e habilidades necessárias, cuja aquisição deve ser o escopo central da formação do profissional licenciado em pedagogia, na qual corrobora em inteiro teor e inter-relacionam-se com as competências gerais da Educação Básica estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Art. 2º da Resolução CNE/CP n.º 2/2019, diz que a formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. Desta forma a grade curricular e as demais disposições regulamentadas e previstas neste PPC de Licenciatura em Pedagogia, permitem que o egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Porto Nacional adquira as competências gerais e específicas previstas na BNCC-Educação Básica.

As competências previstas na Resolução CNE/CP n.º 1/2006 para o egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia estão previstas nas várias competências gerais e específicas descritas em comum acordo com a Resolução CNE/CP n.º 2/2019.

5.1 Competências Gerais Docentes:

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES
1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.

2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.

3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

11. Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

12. Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

13. Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
14. Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
15. Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
16. Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
17. Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
18. Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
19. Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
20. Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
21. Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
22. Participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
23. Participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

Quadro 3: Competências gerais docentes

5.2 Competências Específicas Docentes:

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS		
1. CONHECIMENTO PROFISSIONAL	2. PRÁTICA PROFISSIONAL	3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender
1.3 Reconhecer os contextos	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades	3.4 Engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade

Quadro 4: Competências específicas docentes





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1. DIMENSÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	<p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.</p> <p>1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a inter-relação da área com os demais componentes curriculares.</p> <p>1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

<p>1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem</p>	<p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendente; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p>
<p>1.3 Reconhecer os contextos</p>	<p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

	<p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p>
<p>1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais</p>	<p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.</p> <p>1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p>

Quadro 5: Dimensão do conhecimento profissional





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

2. DIMENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
2.1 Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	<p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam às necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

<p>2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem</p>	<p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.2.2 Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.</p> <p>2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p>
<p>2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino</p>	<p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>2.3.6 Conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliações em larga escala, para criar estratégias de melhoria dos resultados educacionais da escola e da rede de ensino em que atua.</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

<p>2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades</p>	<p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.4 Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>2.4.6 Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento.</p>
---	--

Quadro 6: Dimensão da prática profissional





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

3. DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional	<p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

<p>3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender</p>	<p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentiva os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p>
<p>3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos</p>	<p>3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

<p>3.4 Engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade</p>	<p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p> <p>3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>
---	--

Quadro 7: Dimensão do engajamento profissional





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1 Introdução

A organização curricular obedece a uma sequência de componentes curriculares que preparam o discente para atuação profissional nas diversas áreas da docência, seja em ambientes de trabalhos privados ou públicos. A organização e administração dos conteúdos buscam fomentar a proposta de interdisciplinaridade entre os componentes curriculares, preparando profissionais aptos a participarem ativamente do processo de ensino e aprendizagem, assim como, que permita uma formação baseada no perfil profissional do licenciado em Pedagogia.

O curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia será desenvolvido regularmente em 08 (oito) semestres, sendo que a carga horária total para a integralização do curso é de 3.300,4 horas.

A estrutura curricular apresentada neste PPC contempla a seguinte padronização: 01 (uma) hora-aula correspondendo a 50 (cinquenta) minutos. Em virtude disso, apresenta-se também a carga horária do curso em hora-relógio de 60 (sessenta) minutos e a quantidade total de horas-aula. Em resumo: os componentes curriculares com 80 horas-aula (04 aulas semanais) correspondem a 66,7 horas-relógio (60 minutos); os componentes curriculares com 40 horas-aula (02 aulas semanais) correspondem a 33,3 horas-relógio (60 minutos).

Os tempos mínimo e máximo para integralização do curso, considerando ingresso por processo seletivo tradicional (vestibular) ou SISU, desconsiderando-se aproveitamento de créditos cursados anteriormente, a aprovação em exames proficiência em componentes curriculares e o adiantamento de componentes curriculares são: I. Mínimo: 04 anos ou 08 semestres; II. Máximo: 08 anos ou 16 semestres.

O prazo máximo para integralização segue determinação do Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO, sendo regulamentado o dobro do prazo mínimo.

O Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia é oferecido integralmente na forma presencial, no turno noturno, com aulas de segunda a sexta-feira, podendo os sábados serem considerados como dias letivos, nos quais as aulas poderão ocorrer nos turnos matutino, vespertino ou noturno.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

6.2 Grade Curricular

Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, instituída nos termos do Capítulo I, da Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019 e no Art. 5º da Resolução CNE/CP n.º 01/2006.

O Art. 2º, § 2º, da Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006, estabelece que:

§ 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará:

I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;

II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

O Art. 11 da Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019, traz a carga horária dos cursos de licenciatura, com a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

Seguindo as orientações da Resolução acima, os grupos curriculares deste PPC de Licenciatura em Pedagogia estará organizado como segue:

- Grupo I, a carga horária de **800 horas** será trabalhada a base comum que compreende conhecimentos científicos, pedagógicos e educacionais.



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- Grupo II, a carga horária de **1.600,4 horas** irá trabalhar as aprendizagens específicas da área do curso e componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC.
- Grupo III, a carga horária de **800 horas** será distribuída entre a Prática pedagógica (Estágio Curricular Supervisionado e Prática dos Componentes Curriculares I e II).
- Atividades Complementares, a carga horária de **100 horas**, seguindo a Resolução CNE/CP n.º 1/2006.

Para o Grupo I, o início será no 1º semestre, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – conhecimento, prática e engajamento profissionais – como organizadoras do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.

O parágrafo único do art. 12 da Resolução CNE/CP 2/2019 traz uma série de temáticas que têm obrigatoriedade de serem atendidas no Grupo I, as temáticas obrigatórias previstas estão sendo atendidas, conforme demonstrado no Quadro 20: Relação geral das disciplinas da base comum.

Para o Grupo II, que compreende o aprofundamento de estudos na etapa e/ou no componente curricular ou área de conhecimento, a carga horária deve efetivar-se do 3º ao 8º semestre, no entanto as disciplinas Língua Portuguesa, Leitura e Produção de Texto e LIBRAS constam a partir do primeiro ano, devido a necessidade de melhor preparar o ingressante do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFTO, que muitas vezes chega ao ensino superior com dificuldades na leitura e escrita, além de não ter a vivência com a Língua de Sinais- LIBRAS.

Assim, a carga horária do Grupo II constante neste PPC, deverá contemplar:

a) Formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil:

I - as especificidades das escolas de Educação Infantil – creche ou pré-escola – seus modos de organização, gestão e rotinas;

II - as particularidades do processo de aprendizagem das crianças nas faixas etárias da creche e pré-escolar;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

III – os princípios didáticos de planejamento, encaminhamento e avaliação de propostas pedagógicas que tenham como referência os eixos estruturantes de brincadeiras e interações das DCN's da educação infantil e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC – conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se – para garantir a consecução dos objetivos de desenvolvimento e a aprendizagem organizados nos campos de experiência da Educação Infantil conforme disposto na Base nacional Comum Curricular:

- a) o Eu, o Outro e o Nós;
- b) corpo, gestos e movimentos;
- c) escuta, fala, pensamento e imaginação;
- d) traços, sons, cores e formas; e
- e) espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

IV - a revisão das áreas e componentes previstos pela BNCC-Educação Básica como um todo, seus conteúdos, unidades temáticas e objetos de conhecimento; e

V - as competências gerais, por áreas e componentes, e as habilidades a serem constituídas pelos estudantes da Educação Básica. VI - o aprendizado da dimensão prática do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para os estudantes da Educação Básica;

b) Formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental:

I - o aprendizado da dimensão prática do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para os estudantes da Educação Básica;

II - as áreas e componentes, previstos na BNCC-Educação Básica como um todo, e para os anos iniciais do Ensino Fundamental em particular, seus conteúdos, unidades temáticas e objetos de conhecimento; e

III - as competências gerais, por áreas e componentes, e as habilidades a serem constituídas pelos estudantes e que devem ser aprendidas e avaliadas pelos licenciandos desse curso de formação.

O § 1º do art. 13 da Resolução CNE/CP 2/2019 traz uma série de habilidades que têm obrigatoriedade de serem atendidas no Grupo II na parte de estudos comuns referentes à formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil e à formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental, essas habilidades obrigatórias previstas estão sendo atendidas, através dos diversos componentes curriculares constantes no Quadro 21: Relação geral das disciplinas da base específica.

Estão atendidas também as habilidades previstas nos § 2º e § 3º do art. 13 da Resolução CNE/CP 2/2019, que têm a obrigatoriedade de serem atendidas no Grupo II na parte específica





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

de estudos para a formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil e para a formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para o grupo III, a carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, ser assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

Este PPC na composição da grade curricular contempla a Resolução CNE/CP n.º 01/2006, em seu Art. 8º, nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de:

I - disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação, contemplados no Grupo I e II, conforme art. 11 da Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019;

II - práticas de docência e gestão educacional que ensejem aos licenciandos a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos, contemplados no Grupo III, conforme art. 11 da Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019;

III - atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas, sendo que Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019, não prever atividades complementares e TCC como componentes da carga horária mínima do curso, essa carga horária foi acrescida para além das 3.200,4h.

Segue o quadro demonstrativo de como estará distribuída a carga horária do PPC de Licenciatura em Pedagogia.

Quantitativos exigidos pelo Artigo 11 da Resolução CNE/CP n.º 2/2019 e consonância com a Resolução CNE/CP n.º 1/2006		
Item	Valor mínimo exigido	Atendido neste PPC
Número de Semestres	8 semestres	8 semestres
Grupo I	800 horas	800 horas
Grupo II	1.600 horas	1.600,4 horas
Grupo III - Estágio Curricular Supervisionado e Prática do Componente Curricular	800 horas	800 horas
Atividades Complementares, incluindo Trabalho de Conclusão de Curso (Resolução CNE/CP n.º 1/2006)	-	100 horas
Carga Horária Total	3.200 horas	3.300,4 horas

Quadro 8: Distribuição da Carga Horária

6.2.1 Demonstrativo de disciplinas por período

6.2.1.1 Primeiro Período

Primeiro Período								
Código	Disciplinas	CH teórica (Horas-relógio)	CH prática (Horas-relógio)	PCC (Horas-relógio)	CH Total (Horas-relógio) 60 min.	Aulas na semana	Total de aulas Hora-aula (50min.)	Pré-requisitos
PDP1D1	Filosofia da Educação	50	16,7	-	66,7	4	80	-
PDP1D2	Fundamentos de LIBRAS	50	16,7	-	66,7	4	80	-
PDP1D3	História da Educação e da Pedagogia	46,7	-	20	66,7	4	80	-
PDP1D4	Introdução à Psicologia da Educação	50	16,7	-	66,7	4	80	-
PDP1D5	Língua Portuguesa	20	13,3	-	33,3	2	40	-
PDP1D6	Metodologia Científica	16,6	16,7	-	33,3	2	40	-
Total 1º Período		233,3	80,1	20	333,4	20	400	-

Quadro 9: Demonstrativo das disciplinas do primeiro período





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

6.2.1.2 Segundo Período

Segundo Período								
Código	Disciplinas	CH teórica (Horas-relógio)	CH prática (Horas-relógio)	PCC (Horas-relógio)	CH Total (Horas-relógio) 60 min.	Aulas na semana	Total de aulas Hora-aula (50min.)	Pré-requisitos
PDP2D1	LIBRAS	33,3	33,4		66,7	4	80	-
PDP2D2	Leitura e Produção de Texto	16,6	16,7	-	33,3	2	40	-
PDP2D3	Noções de Informática	16,6	16,7	-	33,3	2	40	-
PDP2D4	Política e Legislação da Educação Básica	33,3	-	33,4	66,7	4	80	-
PDP2D5	Psicologia da Educação	36,7	-	30	66,7	4	80	-
PDP2D6	Sociologia da Educação	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
Total 2º Período		169,8	100,2	63,4	333,4	20	400	-

Quadro 10: Demonstrativo das disciplinas do segundo período

6.2.1.3 Terceiro Período

Terceiro Período								
Código	Disciplinas	CH teórica (Horas-relógio)	CH prática (Horas-relógio)	PCC (Horas-relógio)	CH Total (Horas-relógio) 60 min.	Aulas na semana	Total de aulas Hora-aula (50min.)	Pré-requisitos
PDP3D1	Alfabetização e Letramento	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
PDP3D2	Currículo	40	26,7	-	66,7	4	80	-
PDP3D3	Didática	33,3	-	33,4	66,7	4	80	-
PDP3D4	Educação e Novas Tecnologias	16,7	-	16,6	33,3	2	40	-
PDP3D5	Educação em Direitos Humanos	16,6	16,7	-	33,3	2	40	-
PDP3D6	Ética Aplicada à Educação	33,3	-	-	33,3	2	40	-
PDP3D7	História e Cultura Indígena e Afro-brasileira	16,6	-	16,7	33,3	2	40	-
Total 3º Período		189,8	76,8	66,7	333,3	20	400	-

Quadro 11: Demonstrativo das disciplinas do terceiro período





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

6.2.1.4 Quarto Período

Quarto Período								
Código	Disciplinas	CH teórica (Horas-relógio)	CH prática (Horas-relógio)	PCC (Horas-relógio)	CH Total (Horas-relógio) 60 min.	Aulas na semana	Total de aulas Hora-aula (50min.)	Pré-requisitos
PDP4D1	Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	33,3	-	33,4	66,7	4	80	-
PDP4D2	Educação Inclusiva	33,3	-	33,4	66,7	4	80	-
PDP4D3	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação Infantil	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
PDP4D4	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
PDP4D5	Gestão Educacional	16,6	16,7	-	33,3	2	40	-
PDP4D6	Educação a Distância	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
Total 4º Período		183,1	116,9	66,8	366,8	22	440	-

Quadro 12: Demonstrativo das disciplinas do quarto período

6.2.1.5 Quinto Período

Quinto Período								
Código	Disciplinas	CH teórica (Horas-relógio)	CH prática (Horas-relógio)	PCC (Horas-relógio)	CH Total (Horas-relógio) 60 min.	Aulas na semana	Total de aulas Hora-aula (50min.)	Pré-requisitos
PDP5D1	Literatura Infanto-Juvenil	33,3	-	33,4	66,7	4	80	-
PDP5D2	Investigação da Prática Educacional I	16,2	-	17,1	33,3	2	40	-
PDP5D3	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Matemática	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
PDP5D4	Neurociência e Aprendizagem	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
PDP5D5	Educação, Corporeidade e Movimento	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
PDP5D6	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
Total 5º Período		182,7	133,6	50,5	366,8	22	440	-





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Quadro 13: Demonstrativo das disciplinas do quinto período

6.2.1.6 Sexto Período

Sexto Período								
Código	Disciplinas	CH teórica (Horas-relógio)	CH prática (Horas-relógio)	PCC (Horas-relógio)	CH Total (Horas-relógio) 60 min.	Aulas na semana	Total de aulas Hora-aula (50min.)	Pré-requisitos
PDP6D1	Eletiva I	33,3	-	-	33,3	2	40	-
PDP6D2	Metodologia da Pesquisa	33,3	33,4	-	66,7	4	80	PDP1 D6
PDP6D3	Investigação da Prática Educacional II	15,3	-	18	33,3	2	40	-
PDP6D4	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Geografia	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
PDP6D5	Fundamentos e Metodologias do Ensino da História	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
PDP6D6	Práticas Recreativas e Lúdicas	33,3	-	33,4	66,7	4	80	-
PDP6D7	Ambientes Virtuais de Aprendizagem	16,7	-	16,6	33,3	2	40	-
Total 6º Período		198,5	100,2	68	366,7	22	440	-

Quadro 14: Demonstrativo das disciplinas do sexto período

6.2.1.7 Sétimo Período

Sétimo Período								
Código	Disciplinas	CH teórica (Horas-relógio)	CH prática (Horas-relógio)	PCC (Horas-relógio)	CH Total (Horas-relógio) 60 min.	Aulas na semana	Total de aulas Hora-aula (50min.)	Pré-requisitos
PDP7D1	Eletiva II	33,3	-	-	33,3	2	40	-
PDP7D2	Investigação da Prática Educacional III	15,3	-	18	33,3	2	40	-
PDP7D3	Hardware Educacional	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
PDP7D4	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Inglesa	16,6	16,7	-	33,3	2	40	-





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

PDP7D5	Fundamentos e Metodologias do Ensino das Ciências da Natureza	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
PDP7D6	Educação de Jovens e Adultos	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
PDP7D7	Educação em Espaços não-escolares	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
Total 7º Período		198,4	150,3	18	366,7	22	440	-

Quadro 15: Demonstrativo das disciplinas do sétimo período

6.2.1.8 Oitavo Período

Oitavo Período								
Código	Disciplinas	CH teórica (Horas-relógio)	CH prática (Horas-relógio)	PCC (Horas-relógio)	CH Total (Horas-relógio) 60 min.	Aulas na semana	Total de aulas Hora-aula (50min.)	Pré-requisitos
PDP8D1	Eletiva III	33,3	-	-	33,3	2	40	-
PDP8D2	Educação e Trabalho	16,6	16,7	-	33,3	2	40	-
PDP8D3	Pedagogia de Projetos	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
PDP8D4	Seminário Temático em Educação	36,7	-	30	66,7	4	80	-
PDP8D5	Empreendedorismo	16,6	16,7	-	33,3	2	40	-
PDP8D6	Metodologias Integradas ao Ensino	16,7	-	16,6	33,3	2	40	-
PDP8D7	Princípios e Métodos de Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional	33,3	33,4	-	66,7	4	80	-
Total 8º Período		186,5	100,2	46,6	333,3	20	400	-

Quadro 16: Demonstrativo das disciplinas do oitavo período

COMPONENTES CURRICULARES				
Cód. Siga	Componente Curricular	CH total (hora 60min.)	CH total (hora-aula 50 min.)	Pré-requisitos
	Atividades Complementares	40	48	
	Trabalho de Conclusão de Curso	60	72	Ter cumprido





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL**

				todos os componentes curriculares até o 7º período
	Estágio Curricular supervisionado I (deve ser realizado conjuntamente (co-requisito) com a disciplina de Investigação da Prática Educacional I)	140	168	
	Estágio Curricular supervisionado II (deve ser realizado conjuntamente (co-requisito) com a disciplina de Investigação da Prática Educacional II)	140	168	
	Estágio Curricular supervisionado III (deve ser realizado conjuntamente (co-requisito) com a disciplina de Investigação da Prática Educacional III)	120	144	
Total		500	600	

Quadro 17: Demonstrativo de componentes curriculares

PERÍODO	Aulas na Semana	Total de aulas Hora-aula (50min.)	CH Teórica (Horas-relógio)	CH prática (Horas-relógio)	PCC (Horas-relógio)	CH Total (horas-relógio)
1º PERÍODO	20	400	233,3	80,1	20	333,4
2º PERÍODO	20	400	169,8	100,2	63,4	333,4
3º PERÍODO	20	400	189,8	76,8	66,7	333,3
4º PERÍODO	22	440	183,1	116,9	66,8	366,8
5º PERÍODO	22	440	182,7	133,6	50,5	366,8
6º PERÍODO	22	440	198,5	100,2	68	366,7
7º PERÍODO	22	440	198,4	150,3	18	366,7
8º PERÍODO	20	400	186,5	100,2	46,6	333,3
Carga Horária Total das Disciplinas	168	3.360	1.542,1	858,3	400	2.800,4
Atividades complementares	-	48	40	-		40
Trabalho de Conclusão de Curso	-	72	60			60
Estágio Curricular Supervisionado	-	480	400	-		400
Carga Horária Total do Curso	-	3.960	2.042,1	-		3.300,4

Quadro 18: Resumo da carga horária do curso





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

6.2.1.9 Catálogo de Eletivas

Catálogo das Disciplinas Eletivas								
Código	Disciplinas	CH teórica (Horas-relógio)	CH prática (Horas-relógio)	PCC (Horas-relógio)	CH Total (Horas-relógio)	Aulas na semana	Total de aulas por semestre	Pré-requisitos
PDPLD1	Gestão da Sala de aula e Ambientes de Aprendizagem	33,3	-	-	33,3	2	40	
PDPLD2	Conselhos de Controle Social	33,3	-	-	33,3	2	40	--
PDPLD3	Educação do Campo	33,3	-	-	33,3	2	40	
PDPLD4	Gestão Democrática nas Escolas	33,3	-	-	33,3	2	40	-
PDPLD5	Educação Indígena	33,3	-	-	33,3	2	40	-
PDPLD6	Tópicos Especiais em Educação	33,3	-	-	33,3	2	40	-
PDPLD7	Educação e Diversidade	33,3	-	-	33,3	2	40	-
PDPLD8	Gestão de Pessoas	33,3	-	-	33,3	2	40	-
PDPLD9	Contação de História	33,3	-	-	33,3	2	40	-
PDPLD10	Ensino Religioso na Educação Básica	33,3	-	-	33,3	2	40	-

Quadro 19: Catálogo de eletivas

Disciplinas da Base Comum -Grupo I (Resolução CNE/CP n.º 2/2019, Art. 11)	Carga horária
Política e Legislação da Educação Básica	33,3
História da Educação e da Pedagogia	46,7
Didática	33,3
Introdução à Psicologia da Educação	66,7
Fundamentos de LIBRAS	66,7
Metodologia Científica	33,3
Psicologia da Educação	36,7
Filosofia da Educação	66,7
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	33,3
Noções de Informática	33,3
Sociologia da Educação	66,7
História e Cultura Indígena e Afro-brasileira	16,6
Currículo	66,7





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação Infantil	66,7
Educação Inclusiva	33,3
Gestão Educacional	33,3
Educação e Novas Tecnologias	16,7
Metodologias Integradas ao Ensino	16,7
Empreendedorismo	33,3
TOTAL	800

Quadro 20: Relação Geral das Disciplinas da Base Comum

Disciplinas da Base Específica- Grupo II (Resolução CNE/CP n.º 2/2019, Art. 11)	Carga horária
Língua Portuguesa	33,3
Leitura e Produção de Texto	33,3
Alfabetização e Letramento	66,7
LIBRAS	66,7
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa	66,7
Educação em Direitos Humanos	33,3
Educação a Distância	66,7
Investigação da Prática Educacional I	16,2
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte	66,7
Ambientes Virtuais de Aprendizagem	16,7
Educação e Trabalho	33,3
Neurociência e Aprendizagem	66,7
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Matemática	66,7
Literatura Infante-Juvenil	33,3
Educação, Corporeidade e Movimento	66,7
Investigação da Prática Educacional II	15,3
Metodologia da Pesquisa	66,7
Ética Aplicada à Educação	33,3
Fundamentos e Metodologias do Ensino da História	66,7
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Geografia	66,7
Práticas Recreativas e Lúdicas	33,3
Eletiva I	33,3
Investigação da Prática Educacional III	15,3
Hardware Educacional	66,7
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Inglesa	33,3





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Educação de Jovens e Adultos	66,7
Fundamentos e Metodologias do Ensino das Ciências da Natureza	66,7
Educação em Espaços não-escolares	66,7
Eletiva II	33,3
Pedagogia de Projetos	66,7
Seminário Temático em Educação	36,7
Princípios e Métodos de Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional	66,7
Eletiva III	33,3
TOTAL	1.600,4

Quadro 21: Relação geral das disciplinas da base específica

Disciplinas Práticas do Componente Curricular-PCC - Grupo III (Resolução CNE/CP n.º 2/2019, Art. 11)	Carga horária
História da Educação e da Pedagogia	20
Psicologia da Educação	30
Política e Legislação da Educação Básica	33,4
História e Cultura Indígena e Afro-brasileira	16,7
Didática	33,4
Educação e Novas Tecnologias	16,6
Educação Inclusiva	33,4
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	33,4
Investigação da Prática Educacional I	17,1
Literatura Infante-Juvenil	33,4
Ambientes Virtuais de Aprendizagem	16,6
Práticas Recreativas e Lúdicas	33,4
Investigação da Prática Educacional II	18
Seminário Temático em Educação	30
Metodologias Integradas ao Ensino	16,6
Investigação da Prática Educacional III	18
TOTAL	400

Quadro 22: Relação geral das disciplinas da PCC





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Componentes de Estágio Curricular Supervisionado - Grupo III (Resolução CNE/CP n.º 2/20019, Art. 11 e Resolução CNE/CP n.º 1/2006)	Carga horária
Estágio Curricular Supervisionado I	140,0
Estágio Curricular Supervisionado II	140,0
Estágio Curricular Supervisionado III	120,0
TOTAL	400,0

Quadro 23: Relação geral dos componentes de Estágio Curricular Supervisionado

Atividades Complementares (Resolução CNE/CP n.º 1/2006)	Carga horária
Atividades Complementares (Trabalho de Conclusão de Curso)	60,0
Atividades Complementares	40,0
TOTAL	100,0

Quadro 24: Relação das Atividades Complementares

6.3 Metodologia

A metodologia de ensino assume papel relevante, juntamente à seleção e à estrutura do conteúdo e às condições de aprendizagem, para que proporcione ao estudante um modo de assimilação significativa e crítica da ciência, da tecnologia e da cultura, para que possa confrontá-las com as necessidades e interesses socioculturais. (ODP/IFTO, 2016).

De acordo com a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determina o fim dos currículos mínimos obrigatórios. A matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Porto Nacional, do IFTO, com intuito de proporcionar um currículo flexível e motivador o bastante para possibilitar ao estudante a livre escolha dos componentes curriculares a serem cursados, oferece uma estrutura curricular adaptável e com a presença mínima de pré-requisitos.

O conceito de flexibilização pressupõe a possibilidade de propiciar uma experiência diferenciada nas trajetórias individuais, permitindo, a partir de um núcleo básico comum, composto pelo que se poderia considerar a essência da formação profissional, um arranjo próprio e personalizado. Esse arranjo permite que diferentes expectativas e experiências possam conviver harmonicamente no conjunto de um curso.

O curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia estimula no estudante o desenvolvimento da cultura investigativa, metodológica e a postura proativa que lhe permite avançar frente aos desafios da profissão docente. Diante de tais mecanismos, durante o curso o





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

estudante será incentivado a participar de projetos de ensino, pesquisa e extensão em parceria com instituições públicas e privadas.

A formação do licenciado baseia-se em atividades que contemplem um desenvolvimento articulado às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão visando à consolidação da produção do conhecimento bem como encontrar um equilíbrio entre demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

O curso de Licenciatura em Pedagogia propicia ao estudante estabelecer a conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.

As atividades de Ensino estão pautadas na oportunidade de informação, vivências, observações, reflexões e práticas, com base nos fundamentos teórico metodológicos ministrados em sala de aula e por meio de conteúdos programáticos a partir da grade curricular visando o conhecimento. Como atividades de ensino serão compreendidas: componentes curriculares; grupos de estudos; seminários temáticos; monitoria escola e monitoria acadêmica. Os componentes curriculares serão construídos a partir da compreensão de que cada aula será uma oportunidade para se exercitar a relação holística entre teoria e prática, observando que o aprendizado é atividade fim para a formação do licenciado em Pedagogia.

A atividade de Pesquisa compreende um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado no IFTO com os diversos segmentos educacionais. Por meio de metodologias participativas o IFTO buscará a possibilidade de produção de conhecimento favorecendo o diálogo entre os pesquisadores e os pesquisados, visando à produção e ressignificação de conhecimentos que favoreçam as transformações sociais.

A atividade de Extensão é entendida como uma possibilidade de o IFTO assumir um processo educativo, cultural e científico diferenciado que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e promove relação entre a instituição de ensino e a sociedade. Por meio da tríade ensino/pesquisa e extensão poderá ser assegurada a práxis do conhecimento acadêmico, promovendo benefícios para o IFTO e para a sociedade.

A metodologia é, especialmente, um conjunto de convicções pedagógicas norteadoras das ações didáticas em determinado campo do conhecimento humano, assim os princípios





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

metodológicos para o curso superior de Licenciatura em Pedagogia do IFTO *Campus* Porto Nacional, deve contemplar na relação da Organização Curricular com os temas transversais.

O currículo do curso responde às demandas da sociedade na contemporaneidade e atende questões referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645, de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004), o Curso de Licenciatura em Pedagogia possui componentes curriculares e ementas que contemplam as Leis e resoluções citadas em História da Educação e da Pedagogia, Filosofia da Educação, Didática, Educação inclusiva e História e Cultura Indígena e Afro-brasileira.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012, retrata que a Educação em Direitos Humanos observa os seguintes princípios da dignidade da pessoa humana, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, e sustentabilidade socioambiental, como indicado pelo Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e ressalta que:

A ideia de Direitos Humanos diz respeito a um conjunto de direitos internacionalmente reconhecidos, como os direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, que se referem à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. Atuando como linguagem internacional que estabelece a sua conexão com os estados democráticos de direito, a política dos direitos humanos pretende fazer cumprir: a) os direitos humanos que estão preconizados e trabalhar pela sua universalização e b) os princípios da contemporaneidade: da solidariedade, da singularidade, da coletividade, da igualdade e da liberdade. (PARECER CNE/CP Nº 8/2012, p. 3).

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos no curso de Licenciatura em Pedagogia será como conteúdo específico do componente: Educação em Direitos Humanos, 4º Período e abordada nos componentes curriculares: História da Educação e da Pedagogia e Sociologia da Educação.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, será garantido o acesso desses





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

educandos no curso de Licenciatura em Pedagogia; bem como a inclusão do tema será objeto de estudo nos componentes de Educação Inclusiva, Psicologia da Educação, Neurociência e Aprendizagem. Para o melhor atendimento os educandos e professores contarão com o apoio do setor biopsicossocial do Campus.

Políticas de Educação Ambiental com base na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, a temática será abordada nos componentes curriculares: Ética Aplicada à Educação, Hardware Educacional; Fundamentos e Metodologias do Ensino das Ciências da Natureza e trabalhada transversalmente nos componentes de: Fundamentos e Metodologias e nas disciplinas da educação infantil, quando explorar o campo de experiência: espaços, tempo, quantidades, relações e transformações.

Busca-se atender a Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), em seu art. 22: “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria”. Assim, nos componentes curriculares serão trabalhados conhecimentos referentes ao processo de envelhecimento saudável e em algumas ementas este tema será abordado de forma direta em Educação de Jovens e Adultos, Sociologia da Educação e Educação Inclusiva.

A Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 versa sobre a acessibilidade como fator de inclusão. Para atender às demandas vinculadas a este quesito, o Campus Porto Nacional e os demais *campi* do IFTO, conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) que articula com a Coordenação de Educação Inclusiva e Diversidade para a viabilização de ações inclusivas.

Ainda para atender as demandas legais e sociais quanto a acessibilidade, o IFTO – Campus Porto Nacional promove a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações, incluindo uma série de atividades, a saber: campanhas de conscientização para a comunidade acadêmica e colaboradores em diversos espaços com o objetivo de despertar o convívio com a diferença, fortalecendo o convívio com a diversidade; aplicação de cartazes contendo mensagens referentes aos cuidados necessários com os portadores de deficiência física; apoio aos funcionários, técnicos e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

O Campus Porto Nacional ofertará com frequência programas de formação, capacitação e sensibilização de professores para que os mesmos utilizem metodologias de ensino com recursos e estratégias que possam assegurar o uso de estilos de aprendizagem diferentes, promovendo acesso e permanência dos estudantes e colaboradores com deficiência em todo contexto educacional e laboral no intuito de ampliar ao máximo sua Acessibilidade Pedagógica.

A instituição ofertará, de acordo com as demandas locais e temporais disciplinas eletivas para ampliar o leque de opções na formação de seus estudantes. As três disciplinas eletivas, ofertadas no 6º, 7º e 8º períodos do curso, são de cumprimento obrigatório.

No curso de Licenciatura em Pedagogia do IFTO, todas as aulas serão presenciais. Os professores terão opção de programar algumas atividades utilizando plataforma digital, sendo que a recomendada é o Google *Classroom*. Para reafirmar o seu compromisso no acesso à informação, o campus tem investido consideravelmente na área tecnológica. A instituição dispõe de laboratórios de informática, com acesso à internet cabeada e softwares disponíveis para aulas, ambiente virtual de aprendizagem, com disponibilização de conteúdo e atividades online.

Pensando-se no combate a retenção e evasão dos estudantes, o campus oferta apoio, psicológico, psicopedagógico e de atividades acompanhadas (regime domiciliar); conta ainda com atividades do Núcleo de Apoio a Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE) e espaços físicos de convivência, apoio a criação de centro acadêmicos de cursos, refeitório e o espaço do estudante, que oferta mesas, cadeiras, acesso às redes elétrica e Wi-Fi.

Para uma participação de qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão os estudantes contarão com o apoio do campus, o qual disponibiliza serviços de apoio ao estudante, dentre os quais se destacam:

Horário de atendimento individual ao estudante e atividades extracurriculares para estudantes com baixo rendimento;

- Incentivo à participação em movimentos estudantis, como os centros acadêmicos e outros;
- Participação em intercâmbios, com respaldo no Regulamento da ODP dos cursos de graduação presenciais do IFTO, Título IX, capítulo VI;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- Coordenação de Assistência Estudantil, com atendimento psicológico, assistência social, bolsas de assistência estudantil, orientação educacional;
- Atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida garantindo a acessibilidade pedagógica, atitudinal, arquitetônica, nas comunicações e a digital;

A saber:

Acessibilidade Atitudinal. Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade Pedagógica. Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações. Eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital. Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

Com relação apoio financeiro a instituição conta com diversos modelos de bolsas distintos, primeiramente por se manter fiel ao tripé da educação pública de qualidade, mantendo projetos de ensino, pesquisa e extensão. Além das bolsas de pesquisa e extensão, a instituição conta ainda com bolsas assistenciais voltadas à permanência, à alimentação e ao transporte dos estudantes. Todos os modelos de bolsas do Campus podem contemplar tanto estudante de ensino médio quanto de graduação.

Ao início de cada semestre deverão ser realizadas reuniões de colegiado para se contemplar a execução e avaliação das disciplinas do semestre anterior, o cumprimento percentual da ementa bem como eventuais críticas às mesmas.

No que se refere a prática o curso de Licenciatura em Pedagogia obedecerá o que





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

estabelece nos § 3º e 4º, do Art. 14, da Resolução 19:

§ 3º A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa.

§ 4º As práticas devem ser registradas em portfólio, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.

O IFTO *campus* Porto Nacional possui convênios com diversas escolas da região para o cumprimento do componente de estágio curricular supervisionado do curso e aproveitamento de técnicas e materiais desenvolvidos nas disciplinas práticas e oficinas do curso a serem apresentadas nestas escolas tanto nos estágios quanto em momentos oportunos, em acordo com os calendários do IFTO e da escola receptora.

Para auferir o título de licenciado o estudante deverá cursar e concluir com êxito todas as disciplinas e também os componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, Estágios Curriculares Supervisionados I, II e III e Atividades Complementares.

Os projetos que envolvam pesquisa com seres humanos deverão conter na sua elaboração uma seção/item sobre seus aspectos éticos, devendo ser anexado parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) credenciado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme os termos da Portaria 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

Os componentes curriculares que compõem o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFTO *Campus* Porto Nacional, serão ministrados em aulas teóricas, práticas e práticas do componente curricular, sendo estas, norteadas pelo plano de ensino conforme definição do professor e avaliação do coordenador.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

6.4 Prática do Componente Curricular (PCC)

Conforme Resolução CNE/CP nº 2/2019, Art. 15, e Parecer CNE/CEB nº 22/2019, item 4.4.2, o curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Porto Nacional do IFTO prevê 400 (quatrocentas) horas de práticas dos componentes curriculares, que deverão ser realizadas desde o primeiro período do curso, o que garantirá, desde o início, um relacionamento próximo com a educação básica.

A Prática do Componente Curricular serão desenvolvidas com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas e à resolução de situações problema características do cotidiano profissional, encaminhamento para solução de problemas identificados. A prática poderá ser enriquecida com tecnologia de informação, narrativas orais e escrita de professores, produções dos estudantes, situações simuladoras e estudo de casos, entre outros.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia as Práticas no Componente Curricular (PCC) serão realizadas mediante convênio (ou instrumento congênera) entre a unidade de ensino do IFTO e uma instituição de ensino, preferencialmente escola de instituição pública (que é o futuro campo de atuação do egresso). Pois a prática do componente curricular deve ser executada para além da sala de aula do curso de licenciatura.

A prática pedagógica, enquanto Prática do Componente Curricular (PCC), será acompanhada por docente da unidade de ensino do IFTO e por um professor da escola onde o estudante a realizará.

A prática pedagógica, enquanto Prática do Componente Curricular, será desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduzirá ao estágio curricular supervisionado.

A prática pedagógica, enquanto Prática do Componente Curricular (e os estágios supervisionados) serão registradas em portfólio, para evidenciar a aprendizagem do licenciando.

A prática pedagógica, enquanto Prática do Componente Curricular, consistirá no planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

As atividades darão ênfase à atuação em situações contextualizadas de maneira que promovam tarefas envolvendo os estudantes no cotidiano das unidades escolares, a saber: análise de materiais paradidáticos; miniaulas; constituição de grupos de estudos próprios do ambiente da educação escolar; debates sobre temas relacionados com a educação; desenvolvimento de projetos temáticos envolvendo a escola/docentes da comunidade; estudos de caso; grupos de trabalho envolvendo a comunidade escolar; palestras com estudantes que realizaram pesquisas em educação relacionadas com o ensino ou difusão do conhecimento na escola; palestras de professores da educação básica sobre questões importantes relativas ao conteúdo do componente curricular em tela no ambiente escolar; pesquisa de campo e pesquisa de sala de aula participativa e colaborativa (com ou sem intervenção no cotidiano escolar); produção de materiais didáticos, paradidáticos e de divulgação para espaços escolares; produção técnica dos estudantes; projetos práticos envolvendo os diferentes componentes curriculares do currículo escolar; resolução de situações-problema; situações simuladoras; visitas às escolas objetivando a observação detalhada do seu funcionamento e manipulação dos assuntos relacionados à gestão e à administração escolar e verificação das condições socioeconômicas da comunidade na qual a escola se insere.

Diante de tais possibilidades, o professor explicitará semestralmente em seu plano de ensino, a forma de realização das atividades relacionadas com a prática do componente curricular, bem como esclarecerá os objetivos dessa prática, conforme o terceiro parágrafo do artigo 36 do Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO vigente.

Para essa atividade são previstas 400 (quatrocentas) horas a serem desenvolvidas ao longo do curso nos componentes curriculares que compõem o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFTO.

6.5 Estágio Curricular Supervisionado (ECS)

O Estágio Curricular Supervisionado, de caráter obrigatório para as licenciaturas, é um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa do Curso de Licenciatura em Pedagogia capaz de construir e reconstruir experiências em torno da





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

dinâmica própria da atividade educacional e tem por objetivo oportunizar o contato do estudante com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, e do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário.

No presente curso, o Estágio Curricular Supervisionado tem como principais fundamentos legais: A Lei n.º 9.394/96 - LDB; Lei n.º 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; Resolução CNE/CP n.º 02/2019; Resolução CNE/CP n.º 1/2006; Parecer CNE/CP 22/2019; e pelo Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO.

Assim, o Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Porto Nacional, do IFTO, tem início a partir do 5º semestre. O estudante apenas poderá matricular-se em qualquer dos estágios a partir do quinto período, ainda que tenha pendências em componentes curriculares dos semestres letivos anteriores. Seguindo esta orientação, o estudante poderá matricular-se em qualquer um dos Estágios Curriculares Supervisionados. Será exigida a matrícula simultânea de qualquer um dos estágios com a disciplina de Investigação da Prática Educacional do semestre correspondente.

O Estágio se constitui em momento articulador entre os estudos teóricos, a docência, vivenciada no contexto escolar, eliminando a dicotomia no processo de construção do conhecimento. Portanto, o estágio não se limita a regência escolar, mas a essa se vincula intrinsecamente. A escola deverá ser discutida, analisada inserida em um sistema e, conseqüentemente, em uma dada sociedade.

Art. 8º, da Resolução 1/2006: estabelece que:

- IV - estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:
- a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
 - b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;
 - c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
 - d) na Educação de Jovens e Adultos;
 - e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
 - f) em reuniões de formação pedagógica.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

O Estágio pressupõe o envolvimento de todos os docentes do Curso, dos estudantes e das escolas do sistema envolvidas. Busca-se a construção de um trabalho interdisciplinar que valorize e estimule as relações entre os vários componentes curriculares capacitando o estudante, de forma articulada com o cotidiano e a dinâmica da escola em um processo de construção coletiva no Curso, ou seja, um processo de construção de competências e habilidades numa contínua investigação articulada com as diferentes áreas do conhecimento.

A estruturação da prática centrar-se-á no estudo da escola em sua concreticidade, produto dos problemas concretos, levantados e diagnosticados pelos estudantes na prática pedagógica, com vistas à reorganização do trabalho escolar, discutido e tematizado a partir de diferentes referenciais teóricos, com a participação articulada dos professores dos componentes curriculares. Esta reorganização do trabalho escolar significa a intervenção do estagiário na prática pedagógica (diagnóstico da escola, participação em planejamentos, estudos com professores das escolas para reorientar os problemas de aprendizagem detectados, reuniões com a comunidade, etc.).

Os dados levantados no diagnóstico pelos estagiários, a teorização destes problemas, o planejamento e os resultados da sua intervenção na prática, poderão ser sistematizados e elaborados como relatório. O trabalho deverá possibilitar aos licenciandos uma oportunidade concreta de integração e comprometimento com a realidade escolar.

Os estágios contemplarão o que estabelece o inciso VIII da Resolução CNE/CP 2/2019 de possibilitar a centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula.

O estágio possibilitará ao licenciado a vivência da realidade escolar, a participação em conselhos de classe/reuniões de professores, a relação com a rede de escolas da Educação Básica, acompanhamento pelo docente da IES (orientador) nas atividades no campo da prática ao longo do ano letivo, práticas inovadoras para a gestão da relação entre a IES e a rede de escolas da Educação Básica, a articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica, o embasamento teórico das atividades planejadas no campo da prática, a participação do licenciando em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica, a reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos e a criação e divulgação de produtos que articulam e





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

sistemizam a relação teoria e prática com atividades comprovadamente exitosas ou inovadoras.

A Resolução CNE/CP 2/2019 em seu Art. 8º estabelece que:

(...)

VII -reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;

VIII -compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e

IX -decisões pedagógicas com base em evidências.

(...)

Os grupos de licenciandos terão o acompanhamento do Professor Orientador de Estágio e do Supervisor de Estágio do IFTO, assim como do Supervisor de Estágio da Unidade Concedente, que se fará presente nas escolas-campo, além de encontros de orientação, discussão e avaliação das atividades.

O estágio está subdividido em três grupos:

- Estágio Curricular Supervisionado I no 5º período (deverá ser realizado na Educação Infantil e Gestão Escolar, em conjunto (co-requisito) com a disciplina de Investigação da Prática I, com 140h),
- Estágio Curricular Supervisionado II no 6º período (deverá ser realizado nas séries iniciais do Ensino Fundamental I e Gestão Escolar, em conjunto (co-requisito) com a disciplina de Investigação da Prática II, 140h);
- Estágio Curricular Supervisionado III no 7º período (deverá ser realizado na Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo e Gestão Escolar, em conjunto (co-requisito) com a disciplina de Investigação da Prática III, 120h), totalizando uma carga horária de 400 horas.

O trabalho nos três componentes curriculares relativos ao Estágio Curricular Supervisionado estará norteado a partir da seguinte **ementa**: Observação crítica; Acompanhamento e desenvolvimento de atividades vinculadas ao ensino no nível educacional





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

relativo ao estágio (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Profissional e Gestão Escolar); Investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula; Investigação, reflexão e problematização de atividades escolares como: elaboração do projeto pedagógico, matrículas, conselhos de classe, organização de turmas, divisão e organização dos tempos escolares, dentre outras; Investigação, participação, reflexão e problematização de atividades da gestão da unidade de ensino; Elaboração de relatório envolvendo as reflexões sobre as atividades observadas. Planejamento de Sequências Didáticas, na aplicação das aulas, na aprendizagem dos estudantes. Compreensão e observação de territórios educativos.

O estudante deverá considerar nas atividades desenvolvidas as seguintes temáticas: Ética, Consciência Ambiental – Sustentabilidade, Cultura Afro-brasileira e indígena, Acessibilidade e Inclusão, Interdisciplinaridade.

Para aprovação nos estágios curriculares supervisionados, além de ter obtido êxito nas atividades propostas, o estudante deverá cursar 100% da carga horária prevista neste PPC para esses componentes (400h).

O IFTO *campus* Porto Nacional estabelecerá convênios com diversas escolas da região para o cumprimento do componente de estágio curricular supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia.

6.6 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Com o intuito de promover a articulação entre os fundamentos teórico-metodológicos e a prática educacional, o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC viabilizará a iniciação à pesquisa e investigação educacionais dos futuros docentes, por meio da problematização da prática docente. Tem por finalidade despertar o interesse pela pesquisa e pelo desenvolvimento científico, tecnológico e pedagógico peculiares à área do curso, com base na articulação entre teoria e prática, pautando-se pelo planejamento, pela ética, pela organização e pela redação do trabalho científico.

O TCC consiste na elaboração, pelo estudante concluinte, de um trabalho que demonstre sua capacidade para formular, fundamentar e desenvolver um problema de pesquisa





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

de modo claro, objetivo, analítico e conclusivo. Deve ser desenvolvido segundo as normas da ABNT, orientações que regem o trabalho e a pesquisa científica, e outras normas complementares que venham a ser estabelecidas pelo Colegiado de Curso, desde que sejam aprovadas junto às instâncias competentes e divulgadas antecipadamente aos estudantes.

O tema, dentro do campo específico curricular, é de livre escolha para o discente. No entanto, há uma preferência sobre as temáticas relacionadas ao ensino, em virtude do caráter do curso, sendo a escola um espaço importante para o desenvolvimento da pesquisa.

O TCC será desenvolvido individualmente, realizado sob orientação de um servidor do IFTO, desde que tenha, no mínimo, um curso de pós-graduação lato sensu. A orientação do TCC é assegurada a cada estudante regularmente matriculado, após ter cumprido todos os componentes curriculares até o 7º período, tendo este (TCC) uma carga horária de 60 horas, compondo conforme a Resolução CNE/CP n.º1/2006, carga horária das Atividades Complementares.

De acordo com o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO vigente, são consideradas modalidades de TCC no âmbito do IFTO:

Art. 258º São consideradas modalidades de TCC no âmbito do IFTO:

I – pesquisa científica básica, compreendendo a realização de estudos científicos que envolvam verdades e interesses universais, com o objetivo de gerar novos conhecimentos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista;

II – pesquisa científica aplicada, compreendendo a realização de estudos científicos que envolvam verdades e interesses locais, com o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos;

III – desenvolvimento de tecnologia, processos, produtos e serviços, compreendendo a inovação em práticas pedagógicas, instrumentos, equipamentos ou protótipos, revisão e proposição de processos, oferta de serviços, novos ou reformulados, podendo ou não resultar em patente ou propriedade intelectual/industrial;

§ 1º Considerando a natureza das modalidades de TCC expressas, o estudante poderá, conforme definição da pesquisa, utilizar-se do(s) seguinte(s) procedimento(s) técnico(s):

I – Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado;

II – Pesquisa Documental: quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico;

III – Pesquisa Experimental: quando há estudo no qual uma ou mais variáveis são manipuladas;

IV – Levantamento: quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer;

V – Estudo de Caso: quando há utilização de um caso específico para análise, mediante metodologia e referencial teórico definidos;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

VI – Pesquisa *Ex-post Facto*: quando o “experimento” se realiza depois dos fatos;

VII – Pesquisa-ação: quando os pesquisadores e colaboradores estão envolvidos de modo cooperativo e participativo; e

VIII – Pesquisa Participante: quando desenvolvida a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.

Ainda de acordo com o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO vigente, quanto à outras possibilidades de realização do TCC:

§ 2º Será admitida a possibilidade de realização do TCC por meio de submissão de um Artigo Científico, atendendo aos seguintes critérios:

I – o estudante deverá proceder à arguição verbal, nos moldes regulamentados neste documento;

II – o artigo científico deve, minimamente, ser submetido a uma revista com Qualis/Capes, devendo o estudante apresentar documentos comprobatórios;

III – caso o estudante não tenha submetido nenhum artigo, este terá que apresentar uma modalidade de TCC na forma de monografia de acordo com os critérios deste regulamento;

IV – o artigo científico deverá conter um único estudante de graduação do IFTO constando no seu rol de autores, para o qual o referido artigo será admitido como TCC;

V – o orientador deve ser um dos autores do artigo científico; e

VI – caberá ao Colegiado do Curso indicar uma lista de revistas com Qualis/Capes sugestiva para a submissão do artigo. Caso o estudante deseje submeter o artigo a uma revista diferente das indicadas, deverá solicitar manifestação do Colegiado de Curso.

No âmbito do IFTO, independentemente da modalidade do TCC, o texto a ser apresentado para a Banca de Avaliação e a versão final para depósito na biblioteca da instituição terão o caráter de monografia, mesmo para o caso de artigo científico, em que deve constar a apresentação dos elementos pré-textuais e pós-textuais.

O Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO vigente determina que:

§ 3º Independentemente da modalidade do TCC, o texto a ser apresentado para a Banca de Avaliação e a versão final para depósito na biblioteca da instituição terão o caráter de monografia, mesmo para o caso de artigo científico, em que deve constar a apresentação dos elementos pré-textuais e pós-textuais.

O TCC, conforme a Resolução CNE/CP n.º 2/2019 não faz parte da carga horária mínima do Curso de Licenciatura, porém pela Resolução CNE/CP n.º 1/2006, ele é obrigatório para a integralização do curso e sua carga horária foi acrescida além das 3.200 previstas.

Quanto à normatização do TCC, orientação, supervisão, desenvolvimento, apresentação e avaliação, deverá obedecer ao Regulamento da Organização Didático-





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO vigente.

6.7 Atividades Complementares

As atividades complementares desenvolvidas pelos acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia, do *Campus* Porto Nacional, do IFTO, terão como objetivo principal garantir aos mesmos uma visão acadêmica e profissional mais ampla. As atividades aqui descritas serão utilizadas para corresponder à exigência constante no Art. 6º da Resolução CNE/CP n.º 1/2006, que exige 100 horas relacionadas ao Núcleo III, do Art. 7º da mesma resolução.

A Resolução CNE/CP n.º 1/2006, em seu Art. 6º prevê que a estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á de:

III - um **núcleo de estudos integradores** que proporcionará enriquecimento curricular e compreende participação em:

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior;
- b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c) atividades de comunicação e expressão cultural.

Atendendo às determinações da mesma Resolução CNE/CP Nº 1/2006, Art. 7º, Inciso III, o curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Porto Nacional - IFTO terá a carga horária de 3.300,4 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Tais atividades terão carga horária obrigatória de 100 horas, tendo como principais fundamentos legais a Resolução CNE/CP n.º 01/2006 e o Título IX, Capítulo I da Organização Didático-Pedagógica que dispõe sobre as atividades complementares que no art. 233 diz:

Entende-se por atividades complementares o conjunto de atividades de atualização, relacionamento com a realidade social, econômica e cultural, diversificação, flexibilização, interação com o mundo do trabalho e complementação de formação profissional que abordam temas correlatos à área de cada curso de graduação.

Para os casos em que não haja obrigatoriedade prevista de oferta nas Diretrizes Curriculares Nacionais, caberá ao NDE do curso a tomada de decisão pela oferta, tornando-se obrigatório a integralização do componente curricular pelo estudante a partir do período definido no Projeto Pedagógico do Curso.

As atividades complementares, conforme a o Art. 8º da Resolução CNE/CP n.º 1/2006, nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de:

III - atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas.

Desta forma, as 100 horas previstas para as Atividades Complementares neste PPC, estão divididas entre 60 horas destinadas à elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e 40 horas para seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras atividades consideradas relevantes para a formação de um licenciado em Pedagogia, de acordo com parecer do colegiado de curso.

A solicitação de validação das atividades complementares deverá ser protocolada pelo acadêmico em tempo hábil estabelecido no calendário acadêmico, conforme estabelecido no Regulamento da ODP dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO por meio de requerimento documentado e encaminhado à instância competente para proceder à análise legal, a qual após





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL**

deferir o aproveitamento, encaminhará o processo para registro no histórico escolar do estudante.

O aproveitamento das atividades complementares será feito pela Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, mediante a devida comprovação do seu cumprimento, por intermédio de certificação, observando a compatibilidade das atividades exercidas. As atividades complementares deverão ter relação com o enfoque do curso.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

7 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é entendida como processo, numa perspectiva libertadora, com a finalidade de promover o desenvolvimento e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, para a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos educandos, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

Conforme indicado na LDB – Lei nº 9.394/96 – a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se por observar, desenvolver e valorizar todas as etapas de crescimento, de progresso do educando na busca de uma participação consciente, crítica e ativa do mesmo.

No curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, a avaliação é tomada como práxis educativa, em que os processos de ação, reflexão e ação, apresentam-se como fundamentais e imprescindíveis para os avanços necessários, tanto aos estudantes quanto aos professores, no que se refere ao ensino e aprendizagem.

[...] nossa meta é formar o educando como sujeito e como cidadão, ciente de si, do outro, do meio ambiente e do sagrado. Investir nessa meta será o nosso cotidiano na escola e a avaliação será nossa aliada nessa jornada, mostrando-nos os resultados do que fizemos e o que falta fazer para que cheguemos aonde estabelecemos chegar. A avaliação retrata a qualidade dos resultados que estão sendo obtidos, cabe ao gestor (no caso da sala de aula, ao professor), com base nessa constatação, decidir e investir na busca daquilo que foi almejado. (LUCKESI, p. 58, 2011).

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino-aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico e à construção em uma perspectiva democrática.

O Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO vigente normatiza o sistema de avaliação e prevê que a avaliação da aprendizagem deverá ser formativa, integral, processual e contínua, tendo como parâmetros os princípios de Projeto Pedagógico Institucional do IFTO, os objetivos gerais e específicos e o





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

perfil profissional do egresso expressos no PPC de cada curso.

Considera-se no artigo nº 182 da ODP dos cursos de graduação presenciais do IFTO, avaliação como sendo toda estratégia didático-pedagógica aplicada no processo de avaliação da aprendizagem prevista no plano de ensino de cada componente curricular, tais como:

- Observação contínua;
- Trabalhos individuais e/ou coletivos;
- Exames escritos, com ou sem consulta;
- Verificações individuais ou em grupos;
- Arguição;
- Seminários;
- Visitas;
- Resolução de exercícios;
- Execução de experimentos ou projetos;
- Relatórios referentes aos trabalhos, experimentos e visitas;
- Trabalhos práticos;
- Outros instrumentos pertinentes à prática pedagógica.

Cabe aos professores realizarem avaliação diagnóstica no início de cada período letivo, bem como verificar a aprendizagem dos estudantes em diversos momentos, reorganizando o planejamento de modo a atender as demandas de interesses, progressos e dificuldades das turmas.

Vale ressaltar que, a avaliação deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando-se em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Para tanto, torna-se necessário destacar os seguintes aspectos:

- Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- Inclusão de atividades contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente com os acadêmicos;
- Divulgação dos critérios a serem adotados na avaliação;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- Exigência dos mesmos critérios de avaliação para todos os acadêmicos;
- Divulgação dos resultados do processo avaliativo;

No que se refere aos critérios avaliativos, o Regulamento da Organização Didático-pedagógica (ODP) dos Cursos de Graduação presenciais do IFTO, Artigo n.º 184, determina que:

Art. 184. Para cada disciplina, deverão ser realizados, no mínimo, 2 (dois) instrumentos avaliativos diversificados, por bimestre, em cada período letivo, conforme a especificidade de cada disciplina.

§ 1º Ao final do semestre letivo, serão geradas 2 (duas) notas parciais, uma para cada bimestre (BIM 1 e BIM 2), expressas em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, independente do quantitativo de avaliações realizadas em cada bimestre.

§ 2º Adotar-se-á apenas uma casa decimal na exposição do valor quantitativo, adotando-se, conforme o caso, algarismo significativo.

Ainda sobre as avaliações, o artigo n.º 185 da ODP apregoa:

Art. 185. O professor deverá registrar as notas das avaliações no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica e divulgar os resultados de cada avaliação num prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da realização da avaliação, respeitando os limites do calendário escolar/acadêmico.

Por fim, a medida de desempenho do discente se dará nos termos dos artigos n.º 188 e 189:

Art. 188. O resultado final, chamado Nota Final, será dado pela média aritmética simples das notas parciais obtidas nas disciplinas em cada um dos 2 (dois) bimestres, ou seja, BIM 1 e BIM2.

Art. 189. Ao final do semestre letivo, o estudante com média inferior a 6,0 (seis) nas disciplinas terá a oportunidade de realizar um Exame Final, seja ele teórico ou prático, que, sendo igual ou superior a 6,0 (seis), substituirá a Nota Final.

O estudante que obtiver média final igual ou superior a 6,0 e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência será considerado aprovado no componente curricular.

No decorrer do período avaliativo serão oferecidos estudos de recuperação paralela aos estudantes que apresentarem dificuldades de aprendizagem. No que se refere à recuperação paralela, o Regulamento da Organização Didático-pedagógica (ODP) dos Cursos de Graduação presenciais do IFTO, Artigo n.º 198, determina que:

§ 1º O planejamento do processo de recuperação deve envolver a identificação das dificuldades apresentadas pelos estudantes, a fim de selecionar as atividades que serão realizadas com o intuito de promover a aprendizagem destes estudantes.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

§ 2º No processo de recuperação, o professor oportunizará atividades diversificadas, tais como roteiro de estudos, assessoria pedagógica (do professor em horário de atendimento ao estudante), participação nos projetos de reforço e/ ou entre outras atividades que o professor poderá sugerir.

§ 3º Durante o horário de atendimento ao estudante, não será feita recuperação de nota (prova de recuperação), apenas recuperação de competências e habilidades.

§ 4º É de responsabilidade do estudante procurar o professor em seu horário de atendimento, que será informado por este no primeiro dia de aula; sendo facultada ao professor a autonomia para convocar o estudante caso julgue necessário.

7.1 Segunda oportunidade de avaliação

É reservada ao acadêmico, uma segunda oportunidade quando por motivo justificado, previsto no artigo 200, parágrafo 2º, do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos cursos de graduação presenciais do IFTO (devidamente comprovado), deixar de comparecer às atividades programadas, desde que seja apresentado requerimento com a devida justificativa ao Setor de Protocolo, solicitando segunda oportunidade, no prazo de até dois dias úteis letivos após a realização da referida atividade ou do retorno do estudante às atividades acadêmicas, no caso da falta ter ocorrido por motivo de saúde.

O requerimento poderá ser solicitado “[...] pelo estudante, por seu responsável ou representante legal” (Artigo nº 172, parágrafo 1º ODP, p. 76).

Será concedida a revisão de qualquer avaliação ao estudante que discordar dos resultados obtidos até, no máximo, dois dias letivos após a vista da avaliação.

A revisão da avaliação deverá ser requerida pelo estudante com as devidas justificativas no setor de protocolo do IFTO, *Campus* Porto Nacional, encaminhando o processo ao coordenador de curso.

O requerimento será analisado pelo coordenador de curso; sendo deferido, o coordenador indicará uma Banca Examinadora constituída pelo próprio professor do componente curricular e outros dois professores do curso que ministram o mesmo componente curricular ou Componente Curricular afim.

A Banca Examinadora, após a revisão da avaliação, irá se pronunciar sobre a manutenção ou alteração da nota ao coordenador de curso e este fará a comunicação formal (por escrito) ao estudante.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

No caso da avaliação de recuperação, após a vista da avaliação, o estudante terá direito à solicitação de revisão mesmo que ela ocorra no início do semestre letivo seguinte.

7.2 Revisão da Avaliação

Será concedida a revisão de qualquer avaliação ao estudante que discordar dos resultados obtidos até, no máximo, dois dias letivos após a vista da avaliação.

A revisão da avaliação deverá ser requerida pelo estudante com as devidas justificativas no setor de protocolo do IFTO, *Campus* Porto Nacional, encaminhando o processo ao coordenador de curso.

O requerimento será analisado pelo coordenador de curso; sendo deferido, o coordenador indicará uma Banca Examinadora constituída pelo próprio professor do componente curricular e outros dois professores do curso que ministram o mesmo componente curricular ou Componente Curricular afim.

A Banca Examinadora, após a revisão da avaliação, irá se pronunciar sobre a manutenção ou alteração da nota ao coordenador de curso e este fará a comunicação formal (por escrito) ao estudante.

No caso da avaliação de recuperação, após a vista da avaliação, o estudante terá direito à solicitação de revisão mesmo que ela ocorra no início do semestre letivo seguinte.

7.3 Exame Final

O resultado final, chamado Nota Final, será dado pela média aritmética simples das notas parciais obtidas nas disciplinas em cada um dos 2 (dois) bimestres, ou seja, BIM 1 e BIM 2.

Ao final do semestre letivo, o estudante com média inferior a 6,0 (seis) nas disciplinas terá a oportunidade de realizar um Exame Final, seja ele teórico ou prático, que, sendo igual ou superior a 6,0 (seis), substituirá a Nota Final. Deverá ser dada vista aos estudantes do instrumento de avaliação aplicado no Exame Final.

Ao final do período letivo, os professores deverão entregar às respectivas



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL**

Coordenações de Curso as avaliações de Exame Final, para que sejam arquivadas na pasta do estudante no setor de registros escolares/acadêmicos.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

8 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O regime de matrícula por créditos permite flexibilidade no currículo. É possível ter o adiantamento de unidades curriculares, aproveitamento de unidades curriculares cursadas em outro curso de mesmo nível e de experiências vividas, além de enriquecimento curricular.

Os estudantes que apresentarem conhecimentos adquiridos em outras instituições, em cursos de mesmo nível, terão direito ao aproveitamento de estudos, desde que tenham sido aprovados pela instituição de origem e as competências e habilidades sejam compatíveis.

Da mesma forma, os acadêmicos que tenham conhecimentos adquiridos de outras experiências e vivências, também terão direito ao aproveitamento de estudos, devendo comprovar as competências e habilidades do componente curricular através de avaliação específica, denominada Exame de Proficiência.

8.1 Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de conhecimentos e de estudos é a inclusão, no histórico escolar do estudante, de créditos já cumpridos em cursos de graduação no IFTO, ou em outras Instituições de Ensino Superior, desde que legalmente reconhecidos. Poderá ser concedido mediante requerimento protocolado pelo estudante, ou por seu representante legal para a Coordenação de Curso de acordo com o disposto no Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO vigente. O aproveitamento de estudos não implica o aproveitamento automático de componente curricular considerado pré-requisito no projeto pedagógico do curso. Não serão realizados aproveitamento dos componentes curriculares de TCC e Estágio Curricular Supervisionado.

Todos os procedimentos devem ser realizados de acordo com o calendário acadêmico e segundo as disposições do Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação do IFTO vigente.

Os critérios para atendimento ao requerimento de aproveitamento de estudos no curso de Licenciatura em Pedagogia devem ser observados conforme o que determina o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação presenciais, vigente, do IFTO.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

8.2 Exame de Proficiência

O estudante que tiver interesse e comprovar domínio dos conhecimentos de determinado Componente Curricular poderá requerer à Coordenação do Curso, via protocolo, no setor responsável do *Campus* Porto Nacional, Exame de Proficiência, respeitando-se as datas previstas no calendário acadêmico.

Os critérios para atendimento ao requerimento de exame de proficiência no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia devem ser observados conforme o que determina o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação presenciais, vigente, do IFTO.

Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009), ratificado pela Resolução CNE/CP n.º 2/20019, Art. 11, Parágrafo único.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

9 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A avaliação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Porto Nacional será feita semestralmente, utilizando as informações extraídas do encontro de egressos, das reuniões como as representações estudantis e através de relatórios de acompanhamento da evolução dos indicadores dos Instrumentos de Avaliação dos Cursos de Graduação do SINAES vigentes elaborados por parte do NDE.

9.1 SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. O SINAES reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e das avaliações institucionais e dos cursos. As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições.

Os processos avaliativos do SINAES são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

9.2 CPA – Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é o órgão colegiado de natureza deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos acadêmicos e administrativos, e tem por finalidade avaliar a instituição nas 12 dimensões avaliadas pelo MEC. A CPA do *Campus* é composta por representantes docentes, discentes e técnico-administrativos e realiza, dentre outras coisas, o desenvolvimento de atividades para fomento da importância de se realizar uma





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

avaliação interna da instituição – sensibilização; a criação de instrumentos e de formas de avaliação interna (questionário ou outros); a divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica e entrega dos relatórios para as partes interessadas; e o incentivo à comunidade acadêmica no sentido de desenvolver planos de ação para melhorias.

Pautando, sobretudo, pela utilização dos resultados obtidos nas avaliações da CPA, a Coordenação de Curso deverá adotar como mecanismo de acompanhamento acadêmico-administrativo destes resultados, a realização de reuniões/encontros/discussões. Momentos estes caracterizados pela troca de experiências, levantamento de demandas e apresentação de críticas construtivas.

Em articulação com instituições públicas e privadas, em especial, as de classe e de representatividade social, por meio de seus representantes, a Coordenação de Curso deverá realizar um acompanhamento constante das mudanças do campo educacional, acerca da formulação que se deseja para os profissionais que venham a atuar nas escolas públicas municipais e estaduais, bem como nas escolas privadas localizadas na região do município de Porto Nacional/TO.

9.3 ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

A prova do ENADE é um importante instrumento do MEC para aferir o IGC – Índice Geral de Cursos. A prova é aplicada para cada grande área a cada 3 anos, conforme portarias específicas do INEP. O ENADE é obrigatório a todos os estudantes que forem selecionados pelo INEP. O discente que não comparecer à aplicação do ENADE, quando selecionado e sem justificativa, será impedido de colar grau enquanto não regularizar sua situação junto ao INEP.

Os resultados do ENADE poderão servir de fonte de informações para balizar a avaliação do projeto de curso e subsidiar o colegiado na proposição de alterações no currículo do curso.

Logo, é papel do Colegiado do Curso acompanhar o processo do Exame Nacional de Desempenho de Acadêmicos e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação. Tais ações deverão ser definidas em reuniões, como por exemplo, a realização de simulados, antecedendo ao momento de aplicação das provas do ENADE.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O IFTO *Campus* Porto Nacional possui uma ampla área em uma região economicamente efervescente da Cidade de Porto Nacional. O acesso ao *campus* está instalado na Avenida Tocantins, no Bairro Jardim América, fato que possibilita a chegada à unidade seja através do transporte coletivo municipal, seja pelos serviços intermunicipais.

10.1 Estrutura Física Administrativa

Na tabela abaixo, apresentamos a atual organização do Bloco I.

Ambiente	Setor	Área (m ²)
Sala 1	Gerência de Administração	20,66
Sala 2	Protocolo e Setor de Orçamento e Finanças	20,66
Sala 3	CORES	41,24
Sala 4	Gerência de Ensino e Coordenação de Integração Empresa-Escola-Comunidade	20,66
Sala 5	Coordenação de Pesquisa e Coordenação de Extensão	20,66
Sala 6	Coordenação de Gestão de Pessoas	20,66
Sala 7	Direção Geral	41,24
Sala 8		
Sala 9	Copa	20,66
Sala 10	Setor de Tecnologia da Informação	41,24
Sala 11		
Sala 12		
Sala 13	Sala dos professores	41,24
Sala 14	Cabines de estudo	41,24
Sala 15	Sala de Descanso	20,66
Banheiro Feminino	-	12,95
Banheiro Masculino	-	12,95
Banheiro\Vestiário PNE	-	4,00

Tabela 1: Infraestrutura Geral do Campus (Bloco I)

A estrutura física descrita na tabela acima é referente ao Bloco I, que a partir de adequações realizadas no ano de 2016 e 2017, passou abrigar apenas as salas administrativas, os banheiros, sala de professores, a qual possui, além do ambiente coletivo, cabines de estudo e atendimento individualizado a discentes, contendo ainda neste ambiente: computador, impressora, mesas, cadeiras e armário para a guarda de materiais e equipamentos pessoais dos docentes. A Gerência de Ensino e outros setores pedagógicos foram remanejados para o piso térreo do Bloco II, onde também estão instalados:





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- Coordenação de Licenciatura em Computação;
- Coordenação de Tecnologia em Logística;
- Coordenação dos Cursos Técnicos Subsequentes;
- Coordenação do Curso de Administração Modalidade Integrada;
- Coordenação do Curso de Informática Para Internet modalidade Integrada;
- Coordenação Técnico-Pedagógica;
- Coordenação de assistência estudantil.

Ambiente	Setor	Área (m ²)
Sala 66	Cantina	54,87
Sala 67	Setor Audiovisual	43,64
Sala 120	Coordenação de Logística	16,00
Sala 121	Protocolo	16,00
Sala 122	COTEPE-(Coordenação Técnico-Pedagógica)	24,00
Sala 70	CAE-(Coordenação de Assistência Estudantil)	16,00
Sala 71	Serviço Social	16,00
Sala 72	Enfermagem	24,00
Sala 73	Sala de Reuniões	62,00
Sala 74	Processo Seletivo	16,00
Sala 75	Gerência de Ensino	24,00
Sala 75	Clube de Fogueteiros	16,00

Tabela 2: Infraestrutura Geral do Campus (Bloco II - Térreo)

Quando da implantação do curso, o seu coordenador contará com sala adequada que viabilizará as ações acadêmico-administrativas, o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade, bem como contará com a infraestrutura tecnológica necessária ao bom desempenho de suas atribuições.

10.2 Salas de Aula

Quanto às salas de aulas, o *Campus* Porto Nacional dispõe de ampla estrutura para atendimento aos discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Essas salas estão distribuídas no Bloco II (primeiro piso) e no Bloco III. Todas as salas são devidamente climatizadas, o que torna o ambiente mais adequado ao processo de construção dos saberes inerentes ao curso. Além disso, possuem quadros próprios e devidamente afixados, bem como aparelho de Data Show próprios. Todas as salas de aula possuem, ainda, sinal de internet wi-fi.

Segue a tabela, com as salas de aula dos Blocos II e III:





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Bloco II	
Ambiente	Área (m²)
Sala 25	56,00
Sala 26	56,00
Sala 27	56,00
Sala 28	56,00
Sala 29	56,00
Sala 30	56,00
Sala 31	56,00
Sala 32	56,00
Sala 33	56,00
Sala 34	56,00
Sala 35	56,00
Sala 36	56,00

Bloco III	
Ambiente	Área (m²)
Sala 38	65,41
Sala 39	65,41
Sala 40	43,64
Sala 41	43,64
Sala 44	65,41
Sala 45	65,41
Sala 46	65,41
Sala 47 (Laboratório de Robótica)	43,18
Sala 55	65,41
Sala 56	65,41
Sala 57	65,41
Sala 58	43,18

Tabela 3: Salas de aulas do Blocos II e III

10.3 Biblioteca

A Biblioteca “Rachel de Queiroz” do IFTO/Campus Porto Nacional tem como objetivo oferecer apoio e informações às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no Campus. Sua missão é promover o acesso, recuperação e disseminação da informação contribuindo para a formação de profissionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva e social. No cumprimento de sua missão, a biblioteca oferece serviço de atendimento ao usuário, consulta, empréstimos (renovação e reserva de material emprestado), acesso à internet, rede sem fio (wi-fi), levantamento bibliográfico, orientação bibliográfica, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação/elaboração de ficha catalográfica, ajuda aos usuários quanto à localização de obras no acervo, entre outros. Além disso o acervo pode ser consultado diretamente pelo seguinte endereço eletrônico: <https://biblioteca.ifto.edu.br/> Com relação ao





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

seu espaço físico, a Biblioteca Rachel de Queiroz encontra-se subdividida da seguinte forma:

- Área de referência (balcão de atendimento): 44,40 m², com 04 (quatro) computadores para atendimento ao público e 01 (um) para pesquisa/consulta do acervo online;
- Área de acervo: 44,40 m²;
- Área de estudo em grupo: 177,60 m², com cadeiras, mesas e estante com dicionários; 48 armários com chaves para guarda de bolsas/mochilas e 12 (doze) computadores com acesso à internet, disponíveis para pesquisas diversas;
- Área de estudo individual: 44,40 m², com baias e cadeiras;
- Sala de Administração: 19,50 m², com 02 (duas) mesas em L, 02 (dois) computadores, 03 (três) estantes pequenas em aço e armários em MDF;
- Sala de Processamento Técnico: 19,50 m², com armários em MDF, estante em aço, mesas, cadeiras, poltronas conjugadas e um frigobar.

Quanto ao seu horário de funcionamento, a Biblioteca Rachel de Queiroz presta atendimento ininterrupto das 8h às 22h, de segunda a sexta-feira, inclusive aos sábados, quando letivos. Dispõe, ainda, de um corpo técnico devidamente capacitado para atender aos diversos usuários (estudantes, técnicos-administrativos, professores e comunidade em geral). Conta com todo o seu acervo devidamente catalogado, com possibilidade de consulta virtual por meio do “Sistema Sophia Biblioteca”.

Visando garantir o acesso às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, a biblioteca possui piso tátil em faixa alto relevo fixadas no chão para fornecer auxílio na locomoção pessoal de deficientes visuais. Existe, ainda, um computador exclusivo para estudantes de baixa visão com programa instalado denominado Dosvox, que é um sistema computacional baseado no uso intensivo de síntese de voz, que se destina a facilitar o acesso dos estudantes com necessidades visuais aos computadores. A Biblioteca Rachel de Queiroz dispõe de acervo em diferentes formatos: livros, periódicos, TCCs, CDs. O acervo é gerenciado pelo Sistema Sophia Biblioteca e tombado junto ao patrimônio do Campus. Com relação aos livros impressos, a biblioteca conta com mais de 1.800 (mil e oitocentos) títulos e mais de 6.000 (seis mil) exemplares. Existem, ainda, mais de 200 (duzentos) trabalhos acadêmicos em formato impresso e digital.

Os livros estão armazenados em locais apropriados, em estantes de aço que suportam





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

mais peso e evitam a proliferação de cupins e outros insetos. As estantes estão instaladas com espaço mínimo de 0,90 cm de corredor o que permite uma adequada circulação de pessoas, inclusive a passagem de cadeira de rodas.

10.4 Laboratórios de Informática e Laboratório de Ensino e Material Didático

O Campus Porto Nacional do IFTO conta com 7 (sete) laboratórios de Informática dedicados ao uso lógico, isto é, apenas para manuseio de software e acesso à internet. Além desses, há um laboratório de Hardware equipado com computadores e equipamentos periféricos para montagem, desmontagem e manutenção, além de ferramentas adequadas para tais práticas.

Tal infraestrutura proporciona os requisitos necessários para que se desenvolva ações com vistas à interdisciplinaridade e integração entre teoria e prática, assim como dita a Resolução CNE/CES n.º 5 de 2016.

Na tabela abaixo apresentamos a estrutura laboratorial que atende os cursos do Campus Porto Nacional do IFTO.

10.4.1 Informática

Bloco IV		
Ambiente	Computadores	Área (m ²)
Laboratório de Informática III	11	43,18
Laboratório de Informática IV	25	65,41
Laboratório de Informática V	30	65,41
Laboratório de Informática VI	22	65,41
Laboratório de Informática VII	42	87,28
Laboratório de Hardware	10	65,41
LABEMAD	6	65,41
Clube de Robótica	4	43,18

Bloco V		
Ambiente	Computadores	Área (m ²)
Laboratório de Informática I	30	65,23
Laboratório de Informática II	30	65,23

Tabela 4: Distribuição dos laboratórios de informática

Com um total de 210 máquinas, estes laboratórios estão disponíveis de segunda a sexta nos horários de 8h às 22h. O acesso aos estudantes é feito mediante agendamento ou disponibilidade de vaga. Esse agendamento é feito pelo professor ou coordenador responsável





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

com pelo menos 24 (vinte quatro) horas de antecedência, utilizando a plataforma SUAP (com mesmo login e senha do sistema SIGA). Há também a disponibilidades de 12 (doze) terminais para uso acadêmico localizados na biblioteca do Campus.

O link de internet disponível para acesso é o da rede federal de educação fornecido pela RNP. Sua velocidade é de 100 MB/s, estando em operação via rede cabeada e rede sem fio. Devido à multiplicidade de acesso à rede sem fio, a velocidade por aparelho é limitada a 512 kbps para garantir o mínimo de conexão para todos. Os softwares instalados nas máquinas são o Linux Mint em sua última versão e o Windows 10 licenciado. Estão instalados vários aplicativos básicos gratuitos, como toda a suíte de aplicativos do Libreoffice, Gimp, Foxit e outros específicos para atender diversas demandas relacionadas às áreas dos cursos ofertados. A cada início de semestre letivo, os professores encaminham à Coordenação de TI a demanda de softwares que serão utilizados no ensino, pesquisa e extensão, para instalação nos laboratórios.

10.4.2 Práticas Pedagógicas

Outro laboratório que atende os estudantes do Campus Porto Nacional é o LABEMAD – Laboratório de Ensino e Material didático – Como foco no estudo e na elaboração de objetos de aprendizagem arrojados e consoantes com as competências técnico-pedagógicas a serem desenvolvidas pelos estudantes, do curso de Licenciatura e no desenvolvimento de metodologias ativas. O LABEMAD servirá como suporte às disciplinas da base pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia, tais como: Prática do Componente Curricular, Investigação da Prática Pedagógica, Didática, Fundamentos e Metodologias, Prática Lúdicas e Recreativas, Seminário Temático em Educação e outras.

Bloco IV					
Ambiente	Computadores	Conjuntos de mesas c/ 04 cadeiras	Quadro branco	Projeter Multimídia	Área (m ²)
LABEMAD	6	04	01	01	65,41

Tabela 5: Laboratório de Ensino e Material Didático

O Laboratório de Artes é um espaço destinado para a prática pedagógica e a ludicidade





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

do curso de Licenciatura em Pedagogia, podendo servir de laboratório para as disciplinas de: Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte, Literatura Literatura Infanto-Juvenil, Prática do Componente Curricular e outras.

Ambiente	Mesas	Cadeiras	Quadro branco	Armários	Área (m ²)
Laboratório de Artes	02	45	01	02	65,41

Tabela 6: Laboratório de Artes

A Brinquedoteca pode ser entendido como laboratório de práticas pedagógicas que faz a interlocução entre teoria e prática, pensando no brincar como elemento primordial para o desenvolvimento da criança e da infância. Este espaço deverá ser implantado no primeiro ano de funcionamento do curso. O *campus* de Porto Nacional conta com o Espaço Kids, que servirá também como laboratório para as práticas pedagógicas e estágios não curriculares na área da Educação Infantil.

O Residência Pedagógica é um outro espaço que estará disponível para o curso de Licenciatura em Pedagogia, devidamente projetado para realização de atividades de pesquisa, extensão, prática pedagógica e de estágio curricular e extracurricular.

10.5 Outros espaços pedagógicos

Outros Espaços Pedagógicos	
Ambiente	Área (m ²)
	Geral – 1694,00
Ginásio Poliesportivo	Palco Multiuso – 71,53
Campo de Futebol <i>society</i>	1732,59
Campo de Areia	366,32
Sala de Reuniões – Mini-auditório (60 lugares)	84,60
Laboratório de Biologia	103,04
Laboratório de Química	102,90
Laboratório de Física	87,24
Área de Vivência – Bloco II	745,00
Pista de Atletismo Comp. 905m	-
Residência Pedagógica	65,41
Auditório	630,05
Espaço Kids	65,41

Tabela 7: Distribuição dos laboratórios de práticas e espaços de convivência





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Vale destacar que todos os ambientes (Blocos) descritos são equipados com banheiros masculinos, femininos, banheiros para portadores de necessidades especiais, bebedouros elétricos com filtragem local.

Todos os laboratórios possuem quadro branco, aparelho de projeção fixado no teto e carteiras alocadas de acordo com a quantidade e estudantes para cada turma.

No comprometimento com o tripé ensino-pesquisa-extensão, o *Campus* Porto Nacional dispõe de uma frota de veículos destinados a contribuir com o trabalho dos estudantes, docentes e técnicos administrativos, no cumprimento de suas respectivas funções exigidas no contexto acadêmico. A descrição da frota consta a seguir:

- Ônibus Escolar - Capacidade para 48 passageiros;
- Micro-ônibus Escolar - Capacidade para 28 passageiros;
- Carros de passeio: Logan – 5 lugares; L200 (duas) – 5 Lugares; Ranger – 5 Lugares.

10.6 Estrutura de Acessibilidade do *Campus*

Para atender estudantes servidores e colaboradores e a comunidade em geral, o Campus Porto Nacional do IFTO vem instalando, ano após ano, uma infraestrutura que busque ampliar a acessibilidade. Todos os espaços da instituição apresentam rampas de acesso, identificação em braile, além de haver identificação tátil para todas as salas. Deste modo, como prevê o Artigo 3º da Lei nº 10.098, todos os espaços foram pensados de forma a torná-los acessíveis a todas as pessoas, inclusive àquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Observa-se ainda que, segundo a referida lei, em seu Artigo 11, os requisitos de acessibilidade previstos estão sendo atendidos em sua totalidade, uma vez que o Campus dispõe de vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência, acesso ao interior da edificação livre de barreiras arquitetônicas, mecanismos que indicam as dependências e serviços do edifício, e banheiro acessível. O quadro abaixo apresenta um resumo da estrutura implantada.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Item	Contemplados	Em processo de instalação/Adequação
Dos Espaços (áreas não-construídas)	Estacionamento: Com vagas para deficientes devidamente identificadas; Rampas de acesso à instituição.	Implantação de piso e mapa tátil.
Mobiliários (cadeiras, mesas, armários, etc.) e equipamentos urbanos (lixeira, banco de praça, telefone público, etc.).	Armários de vários tamanhos (0,75m; 1,60m e 2,10m). Cadeiras para canhotos em cada sala de aula. Bebedouros de pequeno porte. Cadeiras para pessoas com dificuldades de locomoção em cada sala de aula. Identificação tátil para todas as salas.	
Das edificações (todas as áreas construídas: sala de aula, laboratório, biblioteca, etc.)	Banheiro para PNE em todos os blocos. Sala de aulas sem desníveis. Rampas de acesso em todos os blocos.	
Dos serviços de transporte (carro, ônibus, micro-ônibus).		Estudo em desenvolvimento para aquisição de veículo ônibus ou micro-ônibus com acesso a cadeirantes

Quadro 25: estrutura de acessibilidade do campus

Todos os ambientes descritos proporcionam os requisitos necessários para atender os estudantes do curso do primeiro período ao último período do curso, e tende a ser ampliada e reestruturada no decorrer dos próximos anos.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

11 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 66, para atuar no ensino superior, exige-se que o docente tenha formação acadêmica em nível de pós-graduação (BRASIL, 1996). Ainda em conformidade com a LDB, o título de pós-graduação dos docentes que atuam no ensino superior deve ser, prioritariamente, em nível *Stricto Sensu* (mestrado ou doutorado).

No que tange a esse aspecto, o *Campus* Porto Nacional tem empreendido todos os esforços no sentido de cumprir com o dever institucional de integrar ao colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia somente professores com titulação acadêmica de pós-graduação, sendo que destes, quase que em sua totalidade, já possuem mestrado ou doutorado. Além disso, para atendimento às demandas do curso, com fulcro no tripé ensino-pesquisa-extensão, o corpo docente integrante do colegiado possui graduação em diversas áreas, o que supre as necessidades de todo o curso.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

COMPONENTE CURRICULAR	Perfil de Formação acadêmica do docente para ministrar o componente curricular
Didática, Avaliação do Ensino e da Aprendizagem, Currículo, Educação de Jovens e Adultos, Fundamentos e Metodologia do Ensino da Educação Infantil, Gestão Educacional, Alfabetização e Letramento, Investigação da Prática Educacional, Neurociência e Aprendizagem, Práticas Recreativas e Lúdicas, Pedagogia de Projetos, Princípios e Métodos de Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional, Estágio Curricular Supervisionado.	Graduação em Pedagogia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática	Graduação na área de Ciências Exatas com Habilitação em Matemática ou Licenciatura Plena em Matemática, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
História da Educação e da Pedagogia, Introdução à Psicologia da Educação, Psicologia da Educação, Educação Inclusiva, História e Cultura Indígena e Afro-brasileira, Metodologias Integradas ao Ensino, Empreendedorismo, Ambientes Virtuais de Aprendizagem, Educação em Espaços não-escolares	Graduação em Pedagogia ou na área de Ciências Humanas e Sociais, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Noções de Informática, Educação e Novas Tecnologias, Educação a Distância, Hardware Educacional	Graduação na área de Ciências da Computação ou Licenciatura em Computação, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Língua Portuguesa, Leitura e Produção de Texto, Fundamentos de Libras, LIBRAS, Literatura Infanto-Juvenil, Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa, Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte, Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Inglesa	Graduação na área de Linguística, Letras e Artes, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Metodologia do Trabalho Científico, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Política e Legislação da Educação Básica, Educação em Direitos Humanos, Educação e Trabalho, Metodologia da Pesquisa, Ética Aplicada à Educação, Seminário Temático em Educação	Graduação na área de Ciências Humanas e Sociais ou licenciaturas, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos e Metodologias do Ensino das Ciências da Natureza	Graduação na área de Ciências Biológicas, da Terra, Licenciatura Plena em Biologia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Educação, Corporeidade e Movimento	Graduação na área de Artes ou Educação Física, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos e Metodologias do Ensino da História	Graduação na área de História, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Geografia	Graduação na área de Geografia, possuindo no mínimo pós-graduação <i>Latu sensu</i> .

Quadro 26: Formação acadêmica desejada para ministrar os componentes curriculares.

11.1 Quadro Docente

A interdisciplinaridade do curso de Licenciatura em Pedagogia e o perfil flexível da grade curricular desse projeto de curso permite a atuação de professores com os mais diversos





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

perfis científicos. Diante disso, apresenta-se nesta subseção um demonstrativo do corpo docente efetivo do Campus Porto Nacional do IFTO.

Professor (a)	Graduação	Área de ingresso no IFTO	Formação atual		Regime de Trabalho
Adriana Fernanda Pilati Gomes	Graduação em Letras Português/Inglês	Letras	Mestre em Letras	http://lattes.cnpq.br/3112284169080287	Dedicação Exclusiva
Albano Dias Pereira Filho	Matemática	Matemática	Doutor em Educação Matemática	http://lattes.cnpq.br/3210452932144387	Dedicação Exclusiva
Alini Cardoso de Albuquerque Alves	Letras - Português	Letras – Libras	Especialista em Tradução e Interpretação de Libras e Docência em Libras	http://lattes.cnpq.br/7071369591235015	Dedicação Exclusiva
Arnaldo Coelho Teixeira Junior	Tecnólogo em Sistemas para Internet	Informática – Geral	Especialista em Telemática	http://lattes.cnpq.br/7923316857511912	Dedicação Exclusiva
Autenir Carvalho de Rezende	Ciências Econômicas	Economia e Mercado	Doutor em Planejamento Urbano e Regional	http://lattes.cnpq.br/9344815534464983	Dedicação Exclusiva
Dêmis Carlos Fonseca Gomes	Ciência da Computação	Informática	Mestre em Educação	http://lattes.cnpq.br/2399194201112435	Dedicação Exclusiva
Edilson Leite de Sousa	Ciência da Computação	Ciência da Computação	Mestre em Ciência da Computação	http://lattes.cnpq.br/2550592317327191	Dedicação Exclusiva
Edymar Patryk Madureira	Educação Física	Educação Física	Especialista em Educação Física Escolar	http://lattes.cnpq.br/2532459629370632	Dedicação Exclusiva
Elvis Nascimento da Silva	Tecnologia em Processamento de Dados	Processamento de Dados	Mestre em Modelagem Computacional de Sistemas	http://lattes.cnpq.br/0092131408418553	Dedicação Exclusiva





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Francisca Mesquita Souza	Sociologia	Sociologia	Mestre em Desenvolvimento Regional	http://lattes.cnpq.br/2195103116624199	Dedicação Exclusiva
Gertrudes Maria de Andrade Benetele	Direito	Direito	Mestre em Letras	http://lattes.cnpq.br/9296170032189412	Dedicação Exclusiva
Graciene Reis de Sousa	História	História	Mestre em Educação Profissional	http://lattes.cnpq.br/7886493193751018	Dedicação Exclusiva
Grasiele Silva Amorim	Letras	Português, Espanhol e suas Literaturas	Mestre em Letras/Linguística	http://lattes.cnpq.br/6081123487998206	Dedicação Exclusiva
Heleno Manduca Ayres Leal	Tecnologia de Processamento de Dados	Informática com ênfase em Desenvolvimento de Sistemas	Mestre em Ciências do Ambiente	http://lattes.cnpq.br/2269387295620478	Dedicação Exclusiva
Jânio Carlos Nascimento Silva	Ciência da Computação	Informática com ênfase em Desenvolvimento de Sistemas	Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento	http://lattes.cnpq.br/1303983490903390	Dedicação Exclusiva
Januário Neto Pereira Sarmento	Pedagogia e Administração Pública	Administração Pública	Mestre profissional em Educação Profissional e Tecnológica	http://lattes.cnpq.br/3614344919859297	Dedicação Exclusiva
Kenya Maria Vieira Lopes	Pedagogia	Pedagogia	Mestre em Educação Agrícola	http://lattes.cnpq.br/5642303009200996	Dedicação Exclusiva
Lígia Araújo Ramos Correia	Ciências - Habilitação em Química	Química	Mestre em Agroenergia	http://lattes.cnpq.br/2135350587020465	Dedicação Exclusiva
Lilissanne Marcellly de Sousa	Sistemas de Informação	Sistemas de Informação	Mestre em Ciências Ambientais	http://lattes.cnpq.br/1709493936049266	Dedicação Exclusiva





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Luciano Correia Franco	Tecnologia em Telecomunicações	Tecnologia em Comunicação	Mestre em Gestão de Políticas Públicas	http://lattes.cnpq.br/8460270464010691	Dedicação Exclusiva
Luiz Antônio de Assis Machado	Matemática	Matemática	Mestre em Matemática	http://lattes.cnpq.br/7608887768545883	Dedicação Exclusiva
Márcia Dall'Agnol	Educação Artística: Artes Plásticas	Artes	Mestre profissional em Ciências Ambientais	http://lattes.cnpq.br/5280316666346093	Dedicação Exclusiva
Maria José Alves	Letras, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas	Português e suas literaturas	Mestra em Estudos da Linguagem	http://lattes.cnpq.br/5588150644915340	Dedicação Exclusiva
Maria Madalena Rodrigues Teles	Pedagogia	Pedagogia	Mestre em Geografia	http://lattes.cnpq.br/6473109795100996	Dedicação Exclusiva
Marina Rodrigues de Oliveira	Letras	Português e suas Literaturas	Mestra em Letras	http://lattes.cnpq.br/2659501910185077	Dedicação Exclusiva
Niccolly Evannys Zifirino Lima	Artes - Teatro	Artes	Mestre em Letras/Literatura	http://lattes.cnpq.br/8953632077903619	Dedicação Exclusiva
Ordália Dias da Silva Guilherme	Geografia	Geografia	Mestre em Geografia	http://lattes.cnpq.br/5693063215106225	Dedicação Exclusiva
Paulo César de Sousa Patrício	Pedagogia	Pedagogia	Mestre em Ciências Ambientais	http://lattes.cnpq.br/3739666917676132	Dedicação Exclusiva
Paulo Rodrigues da Costa Júnior	Física	Física	Mestre em Ciência dos Materiais	http://lattes.cnpq.br/5844065873232751	Dedicação Exclusiva
Paulo Tizoni Paraná	Administração	Administração	Mestre em Desenvolvimento Regional	http://lattes.cnpq.br/4631266002882026	40h
Rafael Miranda Correia	Ciência da Computação	Informática	Mestre em Modelagem computacional de Sistemas	http://lattes.cnpq.br/3305434541054865	Dedicação Exclusiva





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Renato de Oliveira Bastos	Sistemas de Informação	Informática	Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas	http://lattes.cnpq.br/8553524749148661	Dedicação Exclusiva
Reuvia de Oliveira Ribeiro	Geografia	Geografia	Mestre em Geografia	http://lattes.cnpq.br/9423630823488060	Dedicação Exclusiva
Rosinete Libânio dos Santos Costa	Tecnologia de Processamento de Dados	Informática	Mestre em Ciência da Computação	http://lattes.cnpq.br/6657719108825104	Dedicação Exclusiva
Sabrina Silva de Carvalho	Ciências Sociais	Sociologia	Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	http://lattes.cnpq.br/7059910036841858	Dedicação Exclusiva
Saulo Carvalho de Souza Timóteo	Matemática	Matemática	Mestre Profissional em Matemática	http://lattes.cnpq.br/1678728128382922	Dedicação Exclusiva
Sérgio Henrique Moura Estêvão	História	História	Mestre em História	http://lattes.cnpq.br/3930210342070538	Dedicação Exclusiva
Sérgio Túlio Pereira Machado	Matemática	Matemática	Mestre Profissional em Ciências Ambientais	http://lattes.cnpq.br/5494595958954746	20 horas
Simóni Elias Furtado Leite	Licenciatura Plena em Geografia	Geografia	Mestre em Geografia	http://lattes.cnpq.br/5004606507861536	Dedicação Exclusiva
Teomar Manduca Aires Leal	Administração	Administração	Mestre profissional em Gestão de Políticas Públicas	http://lattes.cnpq.br/3310321165070116	Dedicação Exclusiva
Tharles Lopes de Oliveira Guedes	Ciências Biológicas	Biologia	Mestre em Ecologia de Ecótonos	http://lattes.cnpq.br/2357116253123072	Dedicação Exclusiva
Vonínio Brito de Castro	Licenciatura Plena em Português e Inglês	Português e Inglês	Doutor em Antropologia	http://lattes.cnpq.br/2849515817633396	Dedicação Exclusiva
Yara Gomes Correa	Ciências Biológicas	Biologia	Mestre em Ciências do Ambiente	http://lattes.cnpq.br/9378587625604741	Dedicação Exclusiva

Quadro 27: Demonstrativo do corpo docente efetivo do campus.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Vale destacar que dos 43 professores que formam o corpo docente, somente três ainda não concluíram pós-graduação *stricto sensu*, mas a maioria está em andamento, ou seja, cursando mestrado. Vale ressaltar que desse quadro de professores 41 trabalham em regime de dedicação exclusiva ao IFTO, constituindo assim um colegiado robusto para atender a todas as necessidades do curso, dos discentes e da comunidade de Porto Nacional.

O IFTO conta com diversas políticas que promovem e incentivam a qualificação destes profissionais. Através do programa Pró-Qualificar, bolsas de estudo e de reembolso contemplam professores que estão em complementação de currículo, especialmente, estudantes de pós-graduação. Além disso, 10% dos professores do Campus gozam de afastamento integral para cursar pós-graduação *stricto sensu*.

11.2. Coordenador e Núcleo Docente Estruturante

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia é exercida por um (a) docente integrante do seu respectivo colegiado, a quem cabe a responsabilidade de realizar a gestão do curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE). São diversas as atribuições do Coordenador do Curso, às quais encontram-se definidas no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO (ODP), a saber:

- I. realizar atividades que permitam a integração da ação técnico-pedagógica do grupo docente;
- II. cumprir e fazer cumprir as normas deste regulamento e deliberações do Conselho Superior, Reitoria, Pró-reitorias, Direção-geral, Colegiado de Curso e NDE;
- III. representar o Colegiado de Curso junto aos setores do IFTO;
- IV. Conduzir a presidência do NDE;
- V. presidir as reuniões do NDE e executar, junto com este, as providências decorrentes das decisões tomadas;
- VI. realizar o acompanhamento e a avaliação dos cursos juntamente com o NDE;
- VII. orientar os estudantes quanto à matrícula e tempo de integralização do curso;
- VIII. analisar e emitir parecer sobre alterações curriculares, encaminhando-o aos órgãos competentes;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- IX. supervisionar o cumprimento da integralização curricular, a execução dos conteúdos programáticos e os horários do curso;
- X. analisar e emitir parecer conclusivo acerca dos requerimentos recebidos dos estudantes, ouvidas as partes interessadas;
- XI. acompanhar, em conjunto com o setor pedagógico, o regime disciplinar discente, no âmbito do curso;
- XII. aplicar as penas de advertência oral e por escrito aos estudantes;
- XIII. tomar, nos casos urgentes, decisões *ad referendum*, encaminhando-as em seguida para deliberação no Colegiado de Curso;
- XIV. planejar e realizar, com os demais professores, eventos acadêmicos relacionados ao curso;
- XV. coordenar o processo de elaboração, execução e atualização do PPC junto ao NDE;
- XVI. supervisionar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC;
- XVI. convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- XVII. estabelecer em conjunto com os demais membros do Colegiado de Curso a metodologia para a redação das atas e desdobramentos;
- XVIII. receber os planos de ensino dos componentes curriculares dos docentes que pertencem a sua Coordenação no início de cada período letivo e encaminhá-lo ao setor competente;
- XIX. receber e encaminhar para o setor de registros escolares/acadêmicos, os diários de classe dentro do prazo previsto no Calendário Escolar/Acadêmico;
- XX. incentivar os professores a empreender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; e
- XXI. cumprir e fazer cumprir as normas constantes do PDI, PPI e demais atos institucionais.

11.2.1 Dados do Coordenador do Curso

Nome: Paulo César de Sousa Patrício



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Regime de Trabalho: 40h DE

Graduação: Licenciatura em Pedagogia

O Coordenador do Curso, professor Paulo de Sousa Patrício, o qual trabalha em regime de dedicação exclusiva no Campus Porto Nacional, como formação acadêmica possui o grau de Licenciado em Pedagogia pelo IFTO – Campus Palmas e mestrado em Ciências do Ambiente. O referido professor trabalha há mais de sete anos no contexto de Instituições de Ensino Superior, bem como apresenta experiência na área de licenciatura decorrente do desempenho do cargo de Professor.

11.2.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Porto Nacional, conforme Portaria nº 348/2019/PNA/REI/IFTO, de 17 de Outubro de 2019, possui a seguinte composição.

Professor	Titulação	Regime de Trabalho
Dêmis Carlos Fonseca Gomes	Mestre	Dedicação Exclusiva
Edilson Leite de Sousa	Mestre	Dedicação Exclusiva
Maria Madalena Rodrigues Teles	Mestre	Dedicação Exclusiva
Marcia Dall'Agnol	Mestre	Dedicação Exclusiva
Paulo Cesar de Sousa Patrício	Mestre	Dedicação Exclusiva
Lilissanne Marcelly de Sousa	Mestre	Dedicação Exclusiva

Quadro 28: Composição do Núcleo Docente Estruturante-NDE

11.3 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso de Licenciatura em Pedagogia é um órgão permanente, de caráter deliberativo nas suas competências e atribuições (ressalvada a dos Conselhos Superiores), normativo e consultivo, que tem por responsabilidade a execução didático pedagógica e o planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso, em conformidade com as diretrizes da Instituição.

O Colegiado de Curso de Pedagogia é composto pelos seguintes membros:

- I. Coordenador do Curso, como presidente;



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- II. Coordenador da Área Profissional ou equivalente (Núcleo Docente Articulado - NDA);
- III. Todos os professores que ministram componentes curriculares ofertados pelo curso, incluindo os professores supervisores de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) e Estágio Curricular Supervisionado;
- IV. Todos os técnicos de laboratório do curso, quando houver;
- V. 2 (dois) estudantes do curso e seus respectivos suplentes; e
- VI. 1 (um) representante da equipe pedagógica, e seu respectivo suplente.

As ações, atribuições, responsabilidades e competências do Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia devem estar em conformidade com a regulamentação dada pelo Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO (ODP) vigente.

11.4 Pessoal Técnico Administrativo

O IFTO/*Campus* Porto Nacional entende que o processo ensino-aprendizagem materializa-se a partir de um conjunto complexo de fatores que ultrapassam a relação aluno/professor. Nessa perspectiva, a instituição coloca à disposição dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Pedagogia um quadro de servidores técnico-administrativos que contribuem para a eficácia e eficiência da aprendizagem durante toda a trajetória acadêmica de seus estudantes.

Na composição dessa equipe (multidisciplinar) de técnicos-administrativos encontram-se profissionais das mais diversas áreas e formação profissional, tais como: Pedagogos, Técnicos em Assuntos Educacionais, Enfermeiros, Assistentes Sociais, Psicólogos, entre outros. O quadro 29 apresenta o detalhamento da formação, cargo e carga horária de trabalho desses profissionais.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL**

SERVIDOR TAE	FORMAÇÃO		CARGO	RT
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO		
Adriana Coimbra Rodrigues	Bacharel em Ciências Contábeis	Especialização em Gestão Econômica	Assistente em Administração	40h
Angelo Ricardo Balduino	Licenciado em Matemática e em Ciências	Doutorado em Ciências do Ambiente	Técnico de Laboratório - Área	40h
Antônia Lima de Araújo	Bacharel em Biblioteconomia	Especialização em Gestão Pública	Bibliotecário-Documentalista	40h
Antônio Roberto da Silva Oliveira	-	-	Assistente em Administração	40h
Camila Bianca da Silva	Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos	-	Assistente em Administração	40h
Cláudia Gomes Pacheco de Souza	Bacharel em Enfermagem	Especialização em Urgência e Emergência e Gestão em Enfermagem	Enfermeira	40h
Cynthia Gomes de Sousa Costa	-	-	Assistente em Administração	40h
Diego Paulino Galhardo	Bacharel em Psicologia	Mestrado em Psicologia	Psicólogo	40h
Eliana Carvalho de Oliveira	Bacharel em Enfermagem	Especialista em Enfermagem do Trabalho	Técnico em Enfermagem	40h
Elida Gonçalves Guimarães Sousa	Bacharel em Arquitetura e Urbanismo	Especialização em Arquitetura de Interiores	Arquiteto e Urbanista	40h
Euzébio Martins Alves	Tecnólogo em Sistemas para a Internet	Especialização em Tecnologia para Aplicações Web	Técnico em Tecnologia da Informação	40h
Genival Francisco de Carvalho	Bacharel em Ciências Contábeis	Especialização em Gestão Pública	Contador	40h
Gerlany da Silva Sousa Scavone	Licenciada em Pedagogia	Especialização em Avaliação da Educação pela Faculdade	Auxiliar em Administração	40h
Greiciane de Souza Santos	Bacharel em Comunicação Social	-	Jornalista	25h
Gutemberg de Sousa da Conceição	Bacharel em Ciências Contábeis	MBA em Administração de Recursos Humanos	Assistente em Administração	40h
Haroldo Pereira Costa	Licenciado em Letras - Português e suas Literaturas	Mestrado em Ciências Ambientais	Técnico em Assuntos Educacionais	40h
Hilana Rodrigues Bezerra	Tecnóloga em Logística Licenciada em Letras - Português e suas Literaturas	Especialização em História e Cultura Africana e do Negro no Brasil	Assistente em Administração	40h
Ismael Aires Matos	Bacharel em Serviço Social	Especialização em Planejamento e Gestão de Projetos Sociais	Assistente Social	40h
Ivanete Cordeiro Fernandes da Silva	-	-	Auxiliar de Biblioteca	40h





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Jânio Teixeira Rodrigues	Bacharel em Administração	-	Administrador	40h
João Vitor Vilela Silva	Tecnólogo em Sistemas para a Internet	Especialização em Docência na EPT	Técnico de Laboratório - Área	40h
Josafá Costa Sousa	Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação Bacharel em Engenharia Civil	-	Eletricista	40h
José Ferreira Lima	Bacharel em Ciências Contábeis	Especialização em Gestão Pública	Técnico em Contabilidade	40h
Kim Nay dos Reis Wanderley de Arruda Figueiredo	Bacharel em Administração	Mestrado em Educação	Assistente em Administração	40h
Lelma Nunes Silva Barbosa	Graduação em Geografia	-	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais	40h
Lucivan Augusto da Silva	Licenciado em Pedagogia	Mestrado em Educação	Pedagogo	40h
Ludimilla Alves Mota	Bacharel em Farmácia	Especialização em Tecnologia Industrial Farmacêutica	Técnico de Laboratório - Área	40h
Manoel Nazareno Negrão Farias	Bacharel em Biblioteconomia	Especialização em Gestão Pública	Bibliotecário-Documentalista	40h
Maria da Consolação dos Santos Cardoso Lima	Licenciada em Letras - Português e suas Licenciaturas	-	Auxiliar de Biblioteca	40h
Moara Coelho Costa	Bacharel em Comunicação Social	Especialização em Gestão Pública	Assistente em Administração	40h
Orismar Divino Carneiro Soares de França	-	-	Assistente em Administração	40h
Paulina Gomes da Silva	Tecnóloga em Segurança no Trabalho	-	Auxiliar de Biblioteca	40h
Raimundo Gomes Júnior	Bacharel em Administração	-	Assistente de Aluno	40h
Renan Souza Albuquerque	Tecnólogo em Sistemas para a Internet	Especialização em Gestão Pública	Analista de Tecnologia da Informação	40h
Ricardo Asevedo Soares Teixeira	Licenciado em Biologia	-	Técnico de Laboratório - Área	40h
Ricardo Carilo Vivas	Bacharel em Administração	Especialização em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal	Administrador	40h
Rony Ely Malheiro de Carvalho	Tecnólogo em Gestão Pública	Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas	Assistente em Administração	40h
Rosaly Justiniano de Souza Rocha	Licenciada em História	Mestrado em Geografia	Assistente em Administração	40h
Shirley Alves Viana Vanderley	Licenciada em Pedagogia	Mestrado em Geografia	Pedagogo	40h





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Thaiana Grécia Vieira Sousa	Licenciada em Computação	Especialização em Educação a Distância	Assistente em Administração	40h
Valdeir Mezencio de Avelar	Licenciado em Letras - Português e suas Literaturas	-	Assistente de Aluno	40h
Wesley Vieira da Silva	Licenciado em Pedagogia	Especialização em Orientação, Gestão e Supervisão Educacional	Técnico em Assuntos Educacionais	40h
Zeni Silvério dos Reis	Licenciada em Letras - Português e suas Licenciaturas	-	Assistente de Aluno	40h

Quadro 29: Demonstrativo dos Técnicos Administrativos

11.5 Servidores terceirizados

Para a oferta dos diversos cursos, com destaque para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, há uma equipe de profissionais terceirizados, que contribuem para a efetivação da missão institucional do IFTO/*Campus* Porto Nacional. Atualmente, a instituição possui diversos contratos de prestação de serviços terceirizados: vigilância armada; limpeza, asseio e conservação e apoio administrativo.

Sector	Quantidade de postos
Vigilância	4
Serviços gerais	13
Apoio	Motorista - 2
	Copeira - 1
	Agente de Portaria - 1
	Serviços braçais - 2
	Telefonista - 1
	Jardineiro - 1
	Operador de reprografia - 1
	Encarregado - 1
	Artífice de Manutenção - 1
Artífice de Reparo de Condicionador de ar - 1	

Quadro 30: Demonstrativo da equipe de profissionais terceirizados





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

12 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

O diploma de Licenciado em Pedagogia será obtido pelo estudante que concluir com êxito todos os componentes curriculares obrigatórios. O diploma será expedido respeitando-se a flexão de gênero, observando-se os aspectos legais e os regulamentos institucionais.

É obrigatória a colação de grau ao término do curso para que seja emitido o diploma, que será acompanhado de Histórico Escolar, explicitando o título da ocupação: Licenciado em Pedagogia.

Os procedimentos e prazos acerca de solicitação e expedição de diploma são disciplinados por Instrução Normativa do IFTO.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 1996.

_____. Lei nº 13.168, de 06/10/2015. Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394/1996

_____, Lei nº 10.861/2004 - Lei do SINAES - Princípios da Avaliação da Educação Superior, 2004.

_____, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____, Lei nº 13.168, de 6 de outubro de 2015, que altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394/1996.

_____, Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, 2008.

_____, Resolução CNE/CP n.º 1/2006, aprovado em 15 de maio de 2006– Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia, licenciaturas, 2006.

_____, Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância - Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP: Brasília, 2017.

_____, Resolução CNE/CP n.º 2 de 20/12/2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para Educação Básica e institui a Base Nacional Comum Curricular-BNCC para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), 2019.

_____, Resolução CNE/CP n.º 2 de 22/12/2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, 2017.



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

_____. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13/07/2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a Educação Básica.

_____, Resolução CNE/CEB n.º 5 de 17/12/2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, 2009.

_____, Resolução CNE/CP n.º 2 de 1/7/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, 2015.

_____, Parecer CNE/CP n.º 22 de 7/11/2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

_____. Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

_____. Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância: autorização. Brasília: INEP/MEC, 2017.

_____, Resolução CNE/CES n.º 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

_____, Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____, Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que estabelece a Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

_____, Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Educação Ambiental.

_____, Lei n.º 10.861/2004 - Lei do SINAES, que estabelece os princípios da avaliação da educação superior.

_____, Decreto n.º 4.281 de 25 de junho de 2002, que estabelece as Políticas de educação ambiental.

_____, Decretos n.º 5.296/2004, n.º 6.949/2009, n.º 7.611/2011 e Portaria MEC n.º 3.284/2003, que estabelecem condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

_____, Resolução CNE/CP n.º 1 de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____, Resolução CNE/CP n.º 1 de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____, Resolução CONAES n.º 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante;

_____, Parecer CNE/CP n.º 8 de 6 de março de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____, Parecer CNE/CES n.º 15/2005, aprovado em 2 de fevereiro de 2005 Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP n.º 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e n.º 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

FERREIRA JR., Amarilio e BITTAR, Marisa. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. Interface (Botucatu) [online]. 2008, vol.12, n.26, pp.635-646.

_____, Instrução Normativa n.º 1/2018/Reitoria/IFTO, de 26 de março de 2018,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Estabelece os procedimentos a serem adotados para autorização, alterações estruturais e conjunturais, aditamentos, suspensão voluntária por tempo determinado, e extinção/inativação de cursos ofertados pelo IFTO que tramitam pela Pró-Reitoria de Ensino, e dá outras providências, 2018.

_____, ODP - Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO, aprovado pela Resolução n.º 24/2011/CONSUP/IFTO, de 16 de dezembro de 2011 e alterado pela Resolução n.º 45/2012/CONSUP/IFTO, de 19 de novembro de 2012 e alterado pela Resolução n.º 51/2016/CONSUP/IFTO, de 7 de outubro de 2016.

LIBÂNEO, José Carlos – Democratização da escola pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos, 2006, 21ª edição.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

ANEXOS

Descrição Mínima das Unidades Curriculares

1º Período

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Filosofia da Educação
2 - EMENTA
Filosofia e Filosofia da Educação. A Educação ao longo da história e suas questões filosóficas. A influência das escolas filosóficas: Antiga, grega, medieval e moderna na educação ocidental. Reconstruindo conceitos filosóficos educacionais. O papel da Educação no contexto social. As tendências liberais e progressistas na Educação. A filosofia do cotidiano escolar. A formação do professor. O pensamento educacional frente ao processo de globalização.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Refletir sobre o processo educativo dentro da problemática humana; estimular a percepção crítica dos diferentes fatores que afetam a relação pedagógica; contribuir para o desenvolvimento da consciência profissional● Desenvolver a habilidade de análise crítica bem como formar uma consciência interpretativa dos assuntos da atualidade socioeducativa, percebendo o Educador enquanto sujeito-agente responsável e comprometido com a construção do Ser-No e Com-o-Mundo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Explicitar os conceitos básicos do campo científico da educação e formação de um corpo conceitual sobre os temas relacionados com a filosofia da educação;● Analisar os fundamentos filosóficos da educação bem como sua contribuição para a educação contemporânea;● Provocar reflexões e debates sobre os modelos pedagógicos adotados ao longo do tempo no sistema educacional brasileiro.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ARANHA, Maria L. de A. Filosofia da Educação . São Paulo: Moderna, 1989. GHIRALDELLI JR. P. O que você precisa saber em filosofia da educação . Rio de Janeiro: DPA, 2001. LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da Educação . 9ª.ed. São Paulo: Cortez, 1994. MANACORDA, Mário. Marx e a pedagogia moderna . São Paulo: Cortez, 2010. OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. Filosofia da Educação: Reflexões e Debates . 2 ed. Petrópolis, Vozes, 2011. PLATÃO. A República . São Paulo: Martin Claret, 2000 PAPINEAU, David. Filosofia: Grandes Pensadores, Principais Fundamentos e Escolas Filosóficas . Publifolha, 2009. SAVIANI, Demerval. Educação: do senso comum à consciência filosófica . Campinas: Autores associados, 2013.
5.2 - Bibliografia Complementar
COMENIUS, J. – Didática magna . São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997. CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição . 6ª.ed. São Paulo: Cortez, 1995. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia: Romance da história da filosofia . 54 ed. MARX, Karl. Manifesto Comunista . In: MONDIN, Batista. Introdução à Filosofia: problemas, sistemas, autores, obras . 13 ed. São Paulo: Paulus, 2002.



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Fundamentos de Libras
2 - EMENTA
Visão socioantropológica da Surdez. Aspectos históricos da Educação de Surdos e da formação da Libras. Relações entre surdos e ouvintes (educador, intérprete e família) e seu reflexo no contexto educacional. Noções básicas da estrutura linguística da Libras e de sua gramática. Filosofias educacionais aplicadas aos Surdos e sua produção textual. Comunicação Básica em Libras
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender conceitos básicos da Libras e da surdez;• Discutir sobre a educação dos surdos, o papel da língua de sinais, do intérprete educacional, relações familiares e processos de leitura e escrita dos surdos;
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver habilidades comunicativas introdutórias na Libras.• Conhecer os Aspectos linguísticos da Libras• Promover a Inclusão educacional de surdos• Desenvolver Prática em Libras
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. (editores). Dicionário enciclopédico trilingue da língua de sinais brasileira . 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista . 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002. 172 p. Quadros, Ronice Muller de & Karnopp, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos . Porto Alegre, Artmed, 2004. SKLIAR, Carlos. Atualidade da educação bilíngue para surdo – projetos pedagógicos . Porto Alegre: Mediação, 1999.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. _____. Integração Social e Educação de Surdos . Rio de Janeiro: Babel, 1993. QUADROS, R.M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SACKS, O. Vendo vozes: uma jornada no mundo dos surdos . Rio de Janeiro: Imago, 1990. SKLIAR, Carlos (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação, 1998.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: História da Educação e da Pedagogia
2 - EMENTA
Introdução ao estudo da História da Educação e sua relação com diferentes sociedades e culturas nos diversos períodos da História da Humanidade; Conceitos de história, tempo e sujeito social, relacionando-os ao processo histórico da educação brasileira; Estudo das concepções e práticas educativas ocorridas no Brasil em diferentes contextos; A História da Educação no Brasil da Colônia à República; A história do pensamento educacional brasileiro; Tendências educacionais da atualidade; Refletir sobre a significação do conceito da educação e da pedagogia; As grandes tendências da história do pensamento pedagógico a partir dos teóricos educacionais.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender, as concepções e práticas educativas estabelecidas historicamente no Brasil e no mundo em diferentes contextos.• Compreender a história do pensamento educacional brasileiro.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Identificar as conjecturas históricas que fundamentam as várias teorias e práticas pedagógicas.• Analisar o processo histórico na formação das práticas educacionais;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação . São Paulo: Moderna, 2001. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil . Petrópolis: Vozes, 2012. PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos . São Paulo: Loyola, 1972.
5.2 - Bibliografia Complementar
CAMBI, Franco. História da Pedagogia . São Paulo: Editora Unesp, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia, diálogo e conflito, em coautoria com Moacir Gadotti e Sérgio Guimarães . 2ed. São Paulo: Cortez, 1986. Freire Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. GADOTTI, M. História das ideias pedagógicas . São Paulo: Ática, 2001. LOPES, Eliane Marta Teixeira. Perspectivas históricas da educação . 5. ed. São Paulo: Ática, 2009. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2003. MANACORDA, M. A. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias . 12 ed. São Paulo: Cortez, 2006. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira . Campinas, SP: Autores Associados, 2003. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira: a organização escolar . 21. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930-1973) . Petrópolis: Vozes, 2003. VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação . 1 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2007.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Introdução à Psicologia da Educação
2 - EMENTA
Aspectos históricos e conceituais da interface da Psicologia e Educação. Escolas Psicológicas (Behaviorismo, Gestalt, Psicanálise, Humanismo). Concepções inatista e ambientalista. Teorias psicológicas do desenvolvimento e da aprendizagem. O papel do professor frente às contribuições da psicologia da educação. Aplicando conceitos (implicações das teorias psicológicas nas práticas educacionais atuais). Situações-problemas da prática pedagógica na atualidade. Diferenças individuais e atenção à diversidade na aprendizagem escolar.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Analisar as implicâncias das teorias psicológicas ao processo ensino/aprendizagem.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Diagnosticar o papel da psicologia da educação no processo ensino/aprendizagem.• Identificar as principais teorias psicológicas do desenvolvimento e da aprendizagem.• Definir as etapas de desenvolvimento humano frente às possibilidades de aprendizagem em cada ciclo de vida.• Relacionar as teorias do desenvolvimento/aprendizagem com o processo ensino-aprendizagem frente às situações reais de sala de aula e às limitações identificadas.• Ressignificar o papel do professor frente às contribuições da psicologia da educação contemporânea.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ROSA, M. Introdução à Psicologia . Petrópolis, Editora Vozes, 2000. Volume I BARROS, C. S. G. Pontos de Psicologia do Desenvolvimento . 4ª. Ed. São Paulo: Ática, 2000. COLL, César. et al. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar . Porto Alegre: Artmed, 2010. COLL, César. Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da Informação e da Comunicação . Porto Alegre: Artmed, 2010. DAVIS, Cláudis; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia da educação . 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2010. PAPALIA, D.; OLDS, S. Desenvolvimento Humano . 10ª. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2010. LA TAILLE, Yves de.; OLIVEIRA, Marta Kohl de.; DANTAS, Heloysa. PIAGET, VYGOTSKY, WALLON: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, 1992.
5.2 - Bibliografia Complementar
BORUCHOVITCH, E. BZUNECK, J. A. (orgs). A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea . Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. COLL, E; MARCHESI, A; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas . Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. FREIRE, José Carlos Serrano. Afinal... por que nossos alunos não aprendem? O que os professores precisam saber sobre como melhorar a aprendizagem e reduzir a indisciplina . Niterói: Mahara, 2012. LÉVY. Pierre. As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da Informática . Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010. NUNES, Terezinha; BUARQUE, Lair; BRYANT, Peter. Dificuldades na aprendizagem: teoria e prática . 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Língua Portuguesa
2 - EMENTA
Fundamentos linguísticos, sócio-psicolinguísticos e antropológicos da linguagem e as suas relações com a comunidade escolar. Concepções da linguagem. O processo diglótico no português do Brasil: variedades padrão e não padrão: características estruturais e funcionais; diferenças formais e funcionais entre as modalidades oral e escrita da língua; o preconceito linguístico; o processo de monitoração estilística. A articulação entre oralidade, escrita e leitura; o papel do professor na mediação do aprendizado da oralidade letrada, escrita e leitura; a interação professor-aluno na sala de aula; a pedagogia culturalmente sensível; valores, normas e atitudes; alternativas educacionais decorrentes dos avanços teóricos nos estudos da linguagem. Documentos oficiais, políticas e programas vigentes no Brasil com foco no ensino de Língua Materna.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Conceber o papel da linguagem como forma de empoderamento e emancipação humana.• Desenvolver compreensão textual com autonomia crítica, posicionamento singular e conhecimento de mundo.• Ser capaz de interferir nas práticas de educação linguística, isto é, nas formas de ensinar a língua portuguesa nas escolas.• Compor um retrato o mais fiel possível da nossa realidade linguística, com especial interesse na descrição do português brasileiro, língua materna da quase totalidade dos habitantes deste país.• Aplicar instrumentos de análise adequados para lidar, em sala de aula, com as regras características das variedades linguísticas estigmatizadas.• Converter a sociolinguística num instrumento de luta contra toda forma de discriminação e de exclusão social pela linguagem. Porque não basta descrever e analisar as relações entre língua e sociedade — é preciso, também, transformá-las.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conscientizar seu leitor de que, em todos os casos de variedades, estamos diante de diferenças e não de “erros”.• Enfatizar as tendências imanentes da língua para levar as pessoas em geral, e os professores em particular, a assumir a convicção de que os chamados “erros” que nossos estudantes cometem têm explicação no próprio sistema e processo evolutivo da língua. Portanto, podem ser previstos e trabalhados com uma abordagem sistêmica.• Apoderar-se das regras linguísticas que gozam de prestígio, a enriquecer o seu repertório linguístico, de modo a permitir o acesso pleno à maior gama possível de recursos para que possam adquirir uma competência comunicativa cada vez mais ampla e diversificada — sem que nada disso implique a desvalorização de sua própria variedade linguística, adquirida nas relações sociais dentro de sua comunidade.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BORTONI-RICARDO Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2014. ROJO, Roxane. (Org.). Escola Conectada; os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013. BAGNO, Marcos. Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii. São Paulo: Parábola, 2014.
5.2 - Bibliografia Complementar





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

LEAL, Telma Ferraz; MARCUSCHI, Beth. **Estudos sobre educação e linguagem: da educação infantil ao ensino médio**. Editora Universitária da UFPE, 2011.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. et al. **Leitura e escrita na formação de professores**. Juiz de Fora: UFJF: 2002.

ROJO, Roxane. **Falando ao pé da letra: a constituição da narrativa e do letramento**. São Paulo: Parábola, 2010.

SILVA, Alexsandro; PESSOA, Ana Cláudia; LIMA, Ana. **Ensino de gramática: reflexões sobre a língua portuguesa na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Metodologia Científica
2 - EMENTA
Tipos de conhecimentos. Conhecimento científico e Pesquisa Científica. Introdução à redação acadêmica. Fichamentos, esquemas, resumos, resenhas. Pesquisa: tipos, técnicas e fontes. Métodos e técnicas de pesquisa: coleta, organização e interpretação de dados. As Normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas –ABNT.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender o processo científico e metodológico no âmbito do ensino superior;● Compreender a importância e os conceitos da metodologia científica;
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Diferenciar os tipos de conhecimentos, como também a evolução do método científico ao longo dos tempos;● Redigir trabalhos acadêmicos com rigor científico e metodológicos.● Utilizar o método científico em atividades e pesquisas;● Redigir trabalhos acadêmicos que atendam normas e modelos de publicação;● Apresentar trabalhos científicos dentro de padrões profissionais e científicos;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos . 7 ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
5.2 - Bibliografia Complementar
BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. Fundamentos de Metodologia Científica – Um guia para a iniciação científica. 2a ed. Makron Books. São Paulo, 2000. CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. Metodologia Científica . 5 ed. Prentice Hall. São Paulo, 2002. KOCHE, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica – Teoria da Ciência e Prática da Pesquisa . 17 ed. Vozes. Rio de Janeiro, 2000. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico . 22 ed. Cortez. São Paulo, 2002.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

2º Período

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: LIBRAS
2 - EMENTA
Uso de expressões faciais gramaticais e afetivas. A estrutura da frase na língua de sinais. Construções com aspecto, tópico, foco, negativas, interrogativas, afirmativas, com argumentos pronunciados e nulos. Atividades de prática do componente curricular.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Analisar os aspectos relacionados ao estudo da sintaxe das línguas de sinais.● Conhecer o surdo, sua cultura e identidade, proporcionado um aprendizado básico da LIBRAS como forma de expressão e comunicação para mediar o desenvolvimento da linguagem do estudante surdo, numa perspectiva da abordagem educacional bilíngue.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Diferenciar expressões faciais afetivas e gramaticais.● Analisar as combinações dos sinais para a formação de estruturas mais complexas.● Identificar a ordem básica da sentença, bem como as demais ordenações possíveis das sentenças na língua brasileira de sinais.● Conhecer o surdo, sua cultura e identidade, proporcionado um aprendizado básico da LIBRAS como forma de expressão e comunicação para mediar o desenvolvimento da linguagem do estudante surdo, numa perspectiva da abordagem educacional bilíngue.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Loderiin Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre/RS: Artmed, 2004. GOLDFELD, Mareia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista . 2a ed. - São Paulo: Plexus Editora, 2002.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica . Volume 1. Brasília; MEC/SEESP, 2002. BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 . Disponível em: Acesso[em: 20 de junho de 2013 FELIPE, T. A. LIBRAS em contexto . Curso Básico. Rio de Janeiro: MEC/FENEIS, 7ª edição, 2007. FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração do Surdos . GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . - São Paulo: Parábola Editorial, 2009.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Leitura e Produção de Texto
2 - EMENTA
Linguagem e comunicação humana. Letramento. Leitura e produção de textos orais e escritos, com enfoque no texto acadêmico: resumo, resenha, artigo e relatório científico, segundo critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Argumentação. Gramática da variedade padrão da Língua Portuguesa aplicada aos textos produzidos pelo discente.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Conceber o papel da linguagem como forma de empoderamento e emancipação humana.• Conhecer e saber utilizar algumas estratégias de leitura e produção de textos orais e escritos, considerando os gêneros textuais diversos.• Desenvolver compreensão textual com autonomia crítica, posicionamento singular e conhecimento de mundo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Produzir textos de acordo com diferentes tipos de situação e composição.• Aplicar a forma textual adequada à estrutura linguística exigida pelas finalidades do gênero textual.• Elaborar textos em variados gêneros discursivos, com destaque para os gêneros acadêmicos.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antonio. Língua portuguesa : noções básicas para cursos superiores. 9ed. São Paulo: Atlas, 2010. ARAÚJO, Júlio César; DIEB, Messias (Org.). Letramentos na web : gêneros, interação e ensino. Fortaleza: UFC, 2009. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11ed. São Paulo: Atlas, 2010. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia. Resumo . São Paulo: Parábola, 2004. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia. Resenha . São Paulo: Parábola, 2004. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia. Planejar gêneros acadêmicos . São Paulo: Parábola, 2005.
5.2 - Bibliografia Complementar
COMENIUS, J. – Didática magna . São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997. CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição . 6ª.ed. São Paulo: Cortez, 1995. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia: Romance da história da filosofia . 54 ed. MARX, Karl. Manifesto Comunista . In: MONDIN, Batista. Introdução à Filosofia: problemas, sistemas, autores, obras. 13 ed. São Paulo: Paulus, 2002.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Noções de Informática
2 - EMENTA
Compreensão do funcionamento de um computador: origem, funcionamento, componentes básicos. Diferenciação e inter-relação entre hardware, sistema operacional e softwares/aplicativos. A Internet e sua aplicabilidade no mundo da pesquisa e do trabalho. Estudo de editor de textos através de suas características e formatações. Desenvolvimento de apresentações e técnicas apropriadas e elaboração de planilhas eletrônicas.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender os principais sistemas operacionais e aplicativos usados, bem como os conceitos básicos no uso de programas, capacitando-os profissionalmente com propósito de inserção no mercado de trabalho.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Elaborar relatórios, textos, planilhas, formulários, esquemas e gráficos utilizando sistemas computacionais. Aplicar softwares específicos.• Desenvolver pesquisas pela internet.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
Alves, William Pereira. Informática fundamental: introdução ao processamento de dados . São Paulo: Érica, 2010. BORGES, Klaibson Natal Ribeiro. LibreOffice Para Leigos - Facilitando a vida no escritório . 2011. [online] Disponível: www.viaebooks.com.br/informatica/libreoffice-para-leigos . Acesso em: 02 de dezembro de 2019. Capron, H. L.; J.A. Johnson. Introdução a Informática . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. Velloso, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos . 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
5.2 - Bibliografia Complementar
Comer, Douglas E. Redes de Computadores e Internet . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. Manzano, André Luiz N. G.; Manzano, Maria Izabel N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010 . 1. ed. São Paulo: Érica, 2010. Manzano, André Luiz N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Power Point 2010 . 1. ed. São Paulo: Érica, 2010. Manzano, José Augusto N. G.; Manzano, André Luiz N.G. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010 Avançado . Érica, 2010. SCHAFF, Adam. A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial . 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Política e Legislação da Educação Básica
2 - EMENTA
Análise da atual legislação bem como das políticas educacionais brasileira para educação básica no contexto sócio-político e educacional brasileiro; seus condicionantes e sua relação com os paradigmas que atendem as exigências sociais com vistas à compreensão do seu significado social, político e pedagógico, bem como das dificuldades e possibilidades dentro do contexto nacional, em suas situações teórico-práticas ligadas ao cotidiano escolar. Estrutura e funcionamento organizacional e curricular da educação. As principais reformas educacionais brasileiras. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a evolução da política educacional brasileira no contexto das políticas públicas com vistas a um posicionamento reflexivo e crítico diante dos desafios da realidade educacional e um comprometimento com uma educação escolar de qualidade.• Conhecer a legislação educacional brasileira, com vistas a um posicionamento crítico frente aos desafios da realidade educacional e um engajamento comprometido com a construção de uma escola de qualidade.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Investigar o contexto sociopolítico e educacional brasileiro;• Relacionar política e educação no contexto da atual política educacional brasileira;• Identificar os elementos de compreensão teórico-prática favoráveis à democratização da escola pública de qualidade para todos;• Discutir à luz da atual legislação educacional em vigor e do contexto político econômico, problemas do sistema educacional brasileiro;• Analisar o contexto da educação municipal identificando suas dificuldades, impasses e perspectivas;• Conhecer os diversos programas educativos e projetos pedagógicos.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BRASIL, Ministério da Educação. Lei Federal n.º 9131/95. Conselho Nacional de Educação, Brasília 1995. _____, Lei Federal n.º 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996. BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo. Cortez. 2005. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). Políticas Públicas e Educação Básica. São Paulo. Xamã, 2001. GENTIL, P.; MCCOWAN, T. (orgs.). Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil. Petrópolis: Vozes, 2003. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: política, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. MENESES, J. G. ET al. Estrutura e funcionamento da educação básica: leitura. São Paulo, Pioneira, 2000. SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
5.2 - Bibliografia Complementar
DEMO, P. A nova LDB: ranços e avanços. Campinas: Papyrus, 1997.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

PLANK, D. N. **Política educacional no Brasil: caminhos para a salvação pública.** Porto Alegre: Artmed, 2001.
PINSKY, J. **Cidadania e educação.** 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003.
VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2002.
VIANNA, I. O. A. **Planejamento Participativo na escola.** 2. Ed. São Paulo: EPU, 2000.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Psicologia da Educação
2 - EMENTA
O compromisso social da Psicologia e da Educação. Teorias Psicológicas da Aprendizagem. Paradigmas do desenvolvimento psicológico humano. A Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky e os processos de aprendizagem. Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget. A concepção de desenvolvimento infantil de Henri Wallon. A Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel. A aplicação das teorias psicológicas na prática pedagógica. Possibilidades e contribuições das diversas abordagens na Psicologia para a intervenção no universo escolar/educacional para crianças, adolescentes, jovens e adultos. Teoria das inteligências múltiplas. Inteligência emocional.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender as principais contribuições das teorias psicológicas relevantes para a construção da subjetividade no processo educativo .
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Discutir a complexidade das relações de inter-subjetividades presentes nos processos educativos• Relacionar as diferentes teorias psicológicas com o desenvolvimento cognitivo e emocional do indivíduo.• Reconhecer as implicações dos principais paradigmas da Psicologia da Educação nas práticas escolares em consonância com a realidade sócio-histórico-cultural da escola.• Apropriar-se de conteúdos básicos da psicologia da educação para que possam ser aplicados no contexto escolar visando a intervenção e promoção do sucesso no ensino-aprendizagem.• Compreender a participação da Psicologia na constituição epistemológica do trabalho docente.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BARROS, C. S. G. Pontos de Psicologia do Desenvolvimento . 4ª. Ed. São Paulo: Ática, 2000. COLL, César. et al. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar . Porto Alegre: Artmed, 2010. COLL, César. (et all.) O construtivismo na sala de aula . 6.ed. São Paulo: Ática, 2009. DAVIS, Cláudis; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia da educação . 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2010. EDDINE, Eder Ahmad Charaf. Desenvolvimento e aprendizagem em manuais didáticos de psicologia educacional . Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013. GARDNER, Howard. Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas . 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. LA TAILLE, Yves de.; OLIVEIRA, Marta Kohl de.; DANTAS, Heloysa. PIAGET, VYGOTSKY, WALLON: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, 1992. PAPALIA, D.; OLDS, S. Desenvolvimento Humano . 10ª. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2010. VIGOTSKI, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem 10 ed. São Paulo: Ícone, 2006.
5.2 - Bibliografia Complementar
BORUCHOVITCH, E. BZUNECK, J. A. (orgs). A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea . Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. COLL, E; MARCHESI, A; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas . Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

FREIRE, José Carlos Serrano. **Afinal... por que nossos alunos não aprendem? O que os professores precisam saber sobre como melhorar a aprendizagem e reduzir a indisciplina.** Niterói: Mahara, 2012.
NUNES, Terezinha; BUARQUE, Lair; BRYANT, Peter. **Dificuldades na aprendizagem: teoria e prática.** 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.
ARAUJO, C.M.M. (org.) **Psicologia escolar: pesquisa e intervenção.** Em aberto, Brasília, v. 23, n. 83, março de 2010. INEP . Ministério da Educação.



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Sociologia da Educação
2 - EMENTA
Educação e sociedade. A função da escola segundo as correntes sociológicas. Educação e Trabalho. Teorias da reprodução e resistência. Educação como processo social de integração, contradição e transformação da sociedade; A educação formal e informal como espaço político de luta pela hegemonia. Relação entre educação e desigualdade social. Estado e Educação. Trabalho e Educação: A Educação como um dos ramos do Conhecimento Sociológico. Processo de Envelhecimento Saudável. Respeito ao Idoso.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer as principais contribuições da Sociologia para a área educacional, bem como o tratamento teórico da educação dentro da Sociologia.• Compreender a educação como prática social historicamente construída e em relação recíproca de determinação com as demais relações sociais.• Refletir e analisar os fenômenos sociais em sua relação com a educação, o papel social da escola e seus principais atores na transformação da realidade;• Compreender o processo de envelhecimento.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Identificar a função social da Educação no contexto das sociedades modernas;• Interagir de modo solidário nas diversas atividades de aprendizagem;• Analisar os impactos da ciência e da tecnologia nos processos produtivos e no emprego;• Distinguir cada Teoria Sociológica no contexto educacional de seu tempo e espaço, relacionando-as com as tendências ideológicas da educação, sobre, para a educação brasileira;• Comparar criticamente como as teorias sociológicas se vinculam à prática pedagógica existente no sistema educacional brasileiro;• Estudar a relação pedagógica existente entre Escola, Estado e Sociedade.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BELOTTI, Elena Gianini Educar para a submissão Petrópolis: Vozes, 1979 DURKHEIM, Emile. Educação e Sociologia . São Paulo: Melhoramentos- 197 PESSOA, Xavier Carneiro. Sociologia da Educação , Campinas: Ed. Alínea, 2001 RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação , São Paulo: Lamparina, 2007
5.2 - Bibliografia Complementar
ENQUITA, Mariano. A face oculta da escola . Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. GENTILI, Pablo. (Org). Pedagogia da Exclusão . Petrópolis, RJ: Vozes, 1995





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

3º Período

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Alfabetização e Letramento
2 - EMENTA
Estudo dos fundamentos da alfabetização, do letramento e do letramento escolar. Estudo das concepções de língua e poder, de modo a explorar também a relação entre língua, cultura e sujeito e ensino da língua. Estuda as concepções de língua escrita e suas relações com a prática pedagógica dos anos iniciais do ensino fundamental; analisa o uso social da leitura e escrita, bem como as práticas de letramento Caracterização da leitura como prática social, abordando a diferença entre essa prática dentro e fora da escola. Estudo dos fatores textuais, contextuais e intertextuais na produção de sentido. Conceituação de gêneros e tipos textuais. Estudo dos processos de aprendizagem da escrita na criança e seus aspectos sócio-históricos e psicopedagógicos, bem como da sondagem e análise das falhas da escrita da criança para construções de hipótese da escrita. Além de correlacionar tais saberes à dimensão ambiental e às implicações da atuação do ser humano no meio em que vive.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender os conceitos de leitura, alfabetização e letramento.• Entender os conceitos de língua, poder, cultura e identidade, de modo a compreender a importância para a sua realidade social e para o contexto do ensino.• Compreender a prática da leitura como algo que transcende o espaço da sala de aula e atinge diversas práticas sociais do estudante no mundo extraescolar.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Relacionar as práticas de leitura e escritas desenvolvidas em sala de aula com aquelas que fazem parte do mundo extraescolar, identificando, assim, semelhanças e diferenças entre elas.• Identificar os diferentes fatores envolvidos na produção de sentido.• Reconhecer diferentes gêneros textuais, levando em consideração sua natureza socio discursiva, para aplicá-los, de modo crítico ao contexto do ensino.• Relacionar gêneros e tipos textuais
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
FERREIRO, Emília. Reflexões sobre Alfabetização . São Paulo: Cortez, 2001 FERREIRO, Emília. Com todas as letras . 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993 OLIVEIRA, João Batista Araújo. Alfabetização de Crianças e Adultos . São Paulo: Alfa Educativa, 2007 SOARES, Magda Becker. Letramento: um tema em três gêneros . Belo Horizonte: Autêntica, 1998 ANTUNES, I. Aula de português: encontro & interação . São Paulo: Parábola, 2003 BRANDÃO, H. N. (Coord.). Gêneros do discurso na escola: mito, cordel, discurso político, divulgação científica . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003
5.2 - Bibliografia Complementar
BOLZAN, Doris Pires Vargas. Leitura e Escrita – Ensaio Sobre Alfabetização . Belo Horizonte: UFSM, 2007 DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.) Gêneros Textuais e Ensino . Rio de Janeiro: Lucerna. 2002 KLEIMAN, A. B. (Org.). Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita . Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995 LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil . SP, Ática, 1996 MOLLICA, Maria Cecília. Fala, Letramento e Inclusão Social . São Paulo: Contexto, 2007





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Currículo
2 - EMENTA
O componente curricular aborda o histórico curricular e as teorias de currículo, compreendendo-o sob uma visão ampla de construção social. Pensar possibilidades para um currículo que leve em conta a transversalidade da educação. Currículos e seus marcos legais: LDB; Diretrizes Curriculares Nacionais; BNCC, Currículo Estadual e Municipal.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Contribuir para o desenvolvimento de uma visão ampla e crítica de currículo, por meio de atividades que propiciem aos estudantes conhecer diferentes concepções de currículo e as relacionar com as formas de pensar a escola e as práticas pedagógicas.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer que os currículos expressam relações de poder e, por isso, representam o que grupos sociais esperam da educação escolar.• Identificar os determinantes sociais e políticos de diferentes concepções de currículo que surgiram ao longo da história educacional.• Analisar diferentes teorias de currículo e a circulação/produção dessas teorias no Brasil, assim como seu impacto nas políticas educacionais, nas instituições e nas práticas escolares.• Discutir e propor projetos curriculares transdisciplinares.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículo na contemporaneidade. Incertezas e desafios. 4. ed. São Paulo, Editora Cortez, 2012. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008. MACEDO, Elisabeth Fernandes de; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículo, Práticas Pedagógicas e Identidades. Lisboa, Editora Porto, 2002. BRASIL, MEC, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017.
5.2 - Bibliografia Complementar
ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. Editora Cortez. 2011. ARROYO, Miguel. Currículo: território em disputa. Editora Vozes. 2013. DEWEY, John. Escola e a Sociedade e a Criança e o Currículo. Lisboa: Editora Relógio D'água, 2002. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Didática e interdisciplinaridade. Campinas, SP: Papyrus, 2015. BRASIL. Ministério da Educação. Guia de implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação da BNCC. Brasília: MEC, 2018, BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Didática
2 - EMENTA
Pressupostos teórico-metodológicos da Didática. O processo de ensino e de aprendizagem. Objetivos, conteúdos e métodos de ensino. Planejamento Educacional. A aula como forma de organização do ensino. Ensino e avaliação. A relação professor-estudante. Relações pedagógicas e as questões culturais e étnico-racial. A docência e suas especificidades: saberes docentes e formação profissional; os desafios da profissão docente; a oratória como habilidade para o exercício da docência. Aplicando conceitos: o ensino da Informática na Educação Básica. Novos rumos da Didática: a didática, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender a importância do planejamento educacional e do desenvolvimento de uma prática educativa que atenda às demandas atuais da sociedade e do educando a partir das contribuições teóricas e metodológicas da didática.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Identificar os pressupostos teóricos metodológicos da didática;● Caracterizar o processo ensino/aprendizagem a partir de referenciais teóricos e práticos;● Estabelecer relações entre os saberes docentes, a formação profissional e a prática pedagógica;● Relacionar os objetivos e conteúdos do ensino, determinando as melhores metodologias para alcançá-los;● Elaborar planos de aulas e de ensino;● Ministras aulas conforme as diretrizes da educação, com subsídios teóricos e metodológicos adequados para atuação na Educação Básica.● Incluir, na medida do possível, e de forma interdisciplinar e/ou transdisciplinar nas atividades práticas propostas na disciplina abordagem sobre os temas: ética, educação ambiental, educação em direitos humanos, sustentabilidade, cultura afro-brasileira e indígena, relações étnicorraciais.● Ressignificar a atuação docente frente às peculiaridades da profissão no contexto contemporâneo.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BRASIL. Ministério da Educação. Guia de implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação da BNCC. Brasília: MEC, 2018 CORDEIRO, J. F. P. Didática . São Paulo: Contexto, 2007. FAZENDA, Ivani (org.). Didática e Interdisciplinaridade . Campinas: Papyrus, 2011. LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 1994. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico . São Paulo: Libertad Editora, 2010. VEIGA, A. O. <i>et al.</i> Repensando a didática . Campinas: Papyrus, 2010
5.2 - Bibliografia Complementar
BRASIL, Presidência da República. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003 . Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. _____. Lei n.º 10.741 de 1º de outubro de 2003 (Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências).





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

_____. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 30/5/2012** - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, 2012.

CANDAU, Vera M. A. **Rumo a uma nova didática.** Petrópolis: Vozes, 2001.

COX, Kenia Kodel. **Informática na Educação Escolar.** Campinas: Autores Associados, 2003.

CUNHA, M. II. **O bom professor e sua prática.** Campinas: Papirus, 2010.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia.** São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUARNIERI, Maria Regina. **Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência.** Campinas: Autores Associados, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **A Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

VEIGA, I. P.A. **Didática: o ensino e suas relações.** Campinas: Papirus, 2010.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Educação e Novas Tecnologias
2 - EMENTA
O componente curricular aborda estudos sobre a utilização de ambientes, de aplicativos e outras tecnologias para o ensino. O ensino e a aprendizagem inovadora com tecnologias. O uso da tecnologia com suporte à Educação Ambiental. As implicações pedagógicas e sociais do uso da informática na educação e no aprendizado cooperativo. Projetos de tecnologias aplicadas à educação. A alfabetização tecnológica de professores e as novas tecnologias. Tecnologia e formação continuada para professores. Projetos de alfabetização tecnológica de professores.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Relacionar novas linguagens tecnológicas aos processos didático-pedagógicos;• Identificar as novas tecnologias como recurso inovador e propulsor de novas estratégias de aprendizagem, capaz de contribuir de forma significativa para o processo de desenvolvimento das competências necessárias ao educando.• Avaliar os desdobramentos da inserção tecnológica no âmbito educacional nos seus aspectos éticos, estéticos, sociais e políticos, bem como, perceber a mudança do papel do professor, do acadêmico e dos ambientes de aprendizagem.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Dominar as tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas.• Conceituar/definir a alfabetização tecnológica de educadores;• Descrever o significado das novas tecnologias;• Analisar criticamente a relação entre educação e as novas tecnologias;• Aplicar critérios básicos para o emprego das novas tecnologias como ferramenta de apoio à educação;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ROMMEL Melgaço Barbosa. Ambientes Virtuais de Aprendizagem . Porto Alegre: Ed. Artmed – RS, 2005 LEITE, Lígia Silva. (Coord.). Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula . 2. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004 PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco; COSTA, Belarmino César Guimarães (Org.). Tecnologia, cultura e formação... ainda Auschwitz . São Paulo-SP: Cortez, 2003. SAMPAIO, Marisa Narciso; LEITE, Lígia Silva. Alfabetização tecnológica do professor . 3.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999 VALENTE, José Armando. Informática na educação no Brasil: O Computador na Sociedade do Conhecimento . Campinas: 1999 LLANO, José G. de; ADRIAN, Mariella. A informática educativa na escola . São Paulo: Loyola, 2006
5.2 - Bibliografia Complementar
GRISNPUM, Mirian P.S. Zippin (Org.). Educação tecnológica: desafios e perspectivas . 2.ed. São Paulo-SP: Cortez, 2001. JOLY, Maria Cristina Rodrigues Azevedo. A tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem . São Paulo-SP: Casa do Psicólogo, 2002. KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância . Campinas-SP: Papirus, 2003.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

KENSKI, V. M. Educação e Tecnologias: **O Novo Ritmo da Informação**. 3 ed. Campinas: Papyrus, 2007
LITWIN, Edith (Org.). **Tecnologia educacional: política, história e propostas**. Porto Alegre- RS. Artmed, 2001.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Educação em Direitos Humanos
2 - EMENTA
Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender o conhecimento sobre as matrizes conceituais e teóricas da educação em/para direitos humanos, assim como, do seu impacto no contexto educacional, social e cidadã.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer as legislações e documentos básicos que fundamentam os direitos humanos no Brasil e no Mundo;• Debater o processo histórico de construção da concepção dos direitos humanos;• Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade aos direitos humanos;• Identificar e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos;• Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.• Identificar e combater interdisciplinarmente as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) . Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2007. CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas ; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008. FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia ; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010. NOVAES, Regina (Org.). Direitos Humanos: temas e perspectivas . Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos . Brasília, 1996. CANDAU, Vera (Org.) Educar em Direitos Humanos . Petrópolis: Vozes, 2000. RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. Direito Educacional - Educação Básica e Federalismo . Quartier Latin, 2009.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Ética Aplicada à Educação
2 - EMENTA
Conceituação e fundamentos da ética. Compreensão histórica da ética: ética na Grécia Antiga; ética medieval; ética moderna; ética contemporânea. Fundamentos objetivos da ética: aspectos do ser humano. Fundamentos subjetivos da ética: a consciência. Ética, moral e competência dos profissionais da educação. Os códigos de ética profissional. Atitudes que denotam preconceitos pedagógicos não apropriados ao dever ético e moral do magistério. Comportamento ético e moral dos profissionais da educação. Valores: valor dos profissionais do ensino; valor da ciência e do conhecimento científico; valor do estudante. Relações entre ética e ciência. A necessidade da formação contínua dos profissionais do magistério. Educação Ambiental.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Estar apto a examinar, ética e moralmente, as funções da educação e da Pedagogia, a partir das seguintes construções teórico-práticas: igualdade versus diferença, cidadania, personalidade versus impessoalidade, profissionalismo, autoridade, tolerância, entre outras.• Compreender e discutir, com base nas construções teóricas diversas, as relações entre a Ética e a Moral, refletindo sobre os princípios fundamentais que sustentam os diversos sistemas educacionais e sociais.• Ter capacidade de propor, analisar e refletir sobre questões concretas e teóricas que implicam sobre as relações internas e externas ao ambiente escolar e, além disso, influenciam o trabalho dos profissionais do magistério e a aprendizagem discente.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer os principais conceitos, teorias e práticas relacionadas à ética e moral dos profissionais da educação;• Reconhecer a importância e o significado do trabalho docente e dos demais profissionais da educação na formação do educando;• Compreender a função social do Pedagogo, bem como os requisitos éticos e morais necessários no desempenho de suas respectivas funções;• Ser capaz de agir com empatia nos diversos instantes de convívio social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e humanizada.• Ter capacidade de elaborar projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados à temática “ética e educação”.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional . 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. CORTELLA, Mário Sérgio. Educação, convivência e ética: audácia e esperança . São Paulo: Cortez, 2015. VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética . 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. A ética na educação infantil: o ambiente sóciomoral na escola . Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2007. NETO, Roque do Carmo Amorim; ROSITO, Margaret May Berkenbrock. Ética e moral na educação . 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2012.
5.2 - Bibliografia Complementar
RIOS, Terezinha Azevedo. Ética e competência . São Paulo: Cortez, 2013. CANDAU, Vera Maria (org.) Magistério: construção cotidiana . 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza . 8. ed São Paulo: Cortez, 2010.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

CAMPANER, Sônia. **Filosofia: ensinar e aprender.** São Paulo: Saraiva, 2012.
MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas.** 9. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: História e Cultura Indígena e Afro-brasileira
2 - EMENTA
Aspectos caracterizadores da formação cultural brasileira. Histórias e culturas indígenas e afro-brasileira. A diversidade étnico-cultural da população indígena no território brasileiro. A luta dos negros no Brasil. A cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.
3 - COMPETÊNCIAS
Compreender a influência das culturas das indígenas e afro-brasileiras no Brasil e seus reflexos na sociedade atual, desenvolvendo critérios que levem o estudante a refletir sobre os elementos que caracterizam a formação cultural brasileira, bem como desenvolver a visão crítica em relação às singularidades relativas aos elementos culturais dos povos afro-brasileiros e indígenas.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Analisar a importância de estudar e conhecer minimamente a história dos povos indígenas e afro-brasileiros;• Identificar a diversidade étnico-cultural das populações indígenas e afro-brasileiras;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BELLUCCI, Beluce. Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira . Rio de Janeiro: UCAM/Centro Cultural Banco do Brasil, 2003. KABENGELE, Munanga. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações . São Paulo: Global, 2009. LUCIANO, Gersem dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje . Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula . São Paulo: Selo Negro, 2005.
5.2 - Bibliografia Complementar
BANIWA, Gersen. Olhares Indígenas Contemporâneos II . Série Saberes Indígenas. Brasília: CINEP – Centro Indígena de Estudos e Pesquisas, 2012. BRASIL - Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC-SECAD/SEPPIR/INEP, 2005. DF - Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Orientações Pedagógicas para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede Pública de Ensino do DF (artigo 26-a da LDB) . Brasília: SEEDF, Subsecretaria de Educação Básica/Coordenação de Educação em Diversidade, 2012. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_quilombola/material_distrito_federal.pdf . Data de acesso: 04/04/2020 FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes . Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2008. v. I e II. SANTOS, Joel Rufino dos. A questão do negro na sala de aula . São Paulo: Editora Ática, 1990.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

4º Período

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Avaliação do Ensino e da Aprendizagem
2 - EMENTA
Conceituação. Pressupostos teórico-metodológicos e vertentes da avaliação educacional. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem: aspectos metodológicos. Instrumentos e Técnicas de avaliação. Indicadores e qualidade em educação. Análise de experiências e práticas vigentes em avaliação educacional na Educação Básica. Avaliação de Políticas de Educação, Programas, Projetos e Currículos: níveis, tipos e modalidades de avaliação de sistemas e organizações. O trabalho pedagógico e as novas formas de Avaliação. O papel da avaliação na construção do sucesso/fracasso escolar e suas interfaces com a prática social. Avaliação na Educação Infantil. Avaliação da Aprendizagem, inclusão, ética e relações interpessoais.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender os aspectos que permeiam a prática avaliativa nas diversas modalidades de ensino e pesquisa, discutindo as abordagens avaliativas existentes e seu papel no contexto acadêmico e docente.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Identificar as funções e teorias existentes sobre a avaliação do processo ensino/aprendizagem.● Diagnosticar o papel da avaliação no desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem.● Elaborar instrumentos e técnicas de avaliações adequadas ao público e ao objetivo da proposta de ensino;● Utilizar apropriadamente as diversas formas de avaliações de modo a propiciar o desenvolvimento profissional/cidadão ao estudante, inclusive em suas necessidades e especificidades.● Analisar as implicâncias das avaliações sistêmicas ao processo ensino/aprendizagem.● Ressignificar a avaliação do processo ensino/aprendizagem frente aos novos ambientes de aprendizagens.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BRASIL, MEC, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, versão aprovada pelo CNE , novembro de 2017. DEMO, P. Avaliação qualitativa . Campinas: Papyrus, 1994. HOFFMANN, J.M.L. Avaliar para promover: as setas do caminho . Porto Alegre: Mediação, 2011. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico . São Paulo: Cortez, 2011. SOUZA, Clarilza Prado de. (org.). Avaliação do rendimento escolar . 13ª Campinas: Papyrus, 2007. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar . 16ª Ed. São Paulo: Libertad, 2006.
5.2 - Bibliografia Complementar
BALZAN, N.C.; DIAS SOBRINHO, J.D. (orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências . São Paulo: Cortez, 2008. BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais . Mediação: Porto Alegre, 2010. FREITAS, L.C.; SORDI, M.R.L.; MALAVASI, M.M.S.; Avaliação Educacional: caminhando pela contramão . 1. ed. Vozes: São Paulo, 2009. HOFFMANN, J.M.L. Avaliação mediadora . Porto Alegre: Mediação, 2010.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Hoffmann, Jussara. **Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2011.
LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2005.
PEREIRA FILHO, Albano. et. al. **Erros matemáticos no curso de Engenharia Civil**. Appris: Curitiba, 2017. (Nenhum Exemplar)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Educação inclusiva
2 - EMENTA
Perspectivas históricas e conceituais da Educação Especial e Inclusiva. Reflexão crítica das questões ético-político-educacionais na ação do educador quanto à inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Tecnologias computacionais assistivas para pessoas com necessidades educativas especiais. O papel do professor quanto às diferenças religiosas e culturais. Educação para as Relações Étnico-Raciais. O estatuto do idoso. Processo de envelhecimento saudável. Respeito ao idoso. O eu, o outro e o Nós.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender os processos inclusivos no contexto da educação a partir do marco regulatório legal enquanto expressão social, bem como debater os principais elementos referentes às práticas educativas inclusivas considerando também as questões da Inclusão Social.• Analisar o processo de envelhecimento saudável quanto a prática de atividades físicas;• Estabelecer o senso crítico sobre igualdade social, igualdade étnico-racial e mercado de trabalho.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer as políticas educacionais na perspectiva da inclusão no contexto internacional, nacional, regional e local;• Analisar as implicações do processo de inclusão do estudante com necessidades especiais na escola regular e na comunidade;• Observar no cotidiano da sala de aula, a docência, os estudantes e a perspectiva culturalista que permeia a temática;• Realizar ações de transformação individual, através do domínio de conhecimentos sobre a deficiência de forma geral e os processos de inclusão, que permitam mudanças no pensar e no agir capazes de intervir na forma de atuação profissional na sociedade.• Identificar o perfil necessário para a atuação do educador na diversidade visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BEYER, Hugo Otto. Inclusão e Avaliação na Escola De alunos com necessidades educacionais especiais . Editora Mediação. Porto Alegre, 2010. BIANCHETTI, L.; FREIRE, I.(Orgs.) Um olhar sobre a diferença: Interação, Trabalho e Cidadania . Campinas: Papyrus, 2006. CUNHA, Antonio Eugênio. Práticas pedagógicas para Inclusão e Diversidade . Editora Wak. Rio de Janeiro, 2010. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em educação especial . Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf . Data de acesso: 23/03/2020. FELTRIN, Antonio Efro. Inclusão Social na Escola: Quando a pedagogia se encontra com a diferença . Editora Paulinas. São Paulo, 2007. MAZZOTTA, Marcos J. S.. Educação especial no Brasil história e políticas públicas . São Paulo: Cortez. 1996. SAVIANI, DERMERVAL. Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional . 5. ed. ver e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. 359 SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora. Formação de professores em tecnologias digitais acessíveis . Editora Evangraf. Porto Alegre, 2012.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

SCHMITD, Maria A. & STOLTZ, Tânia (Orgs.). **Educação, cidadania e inclusão social**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

5.2 - Bibliografia Complementar

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, de 13 de julho, Brasília, D.F., Senado. 1990.

BRASIL/MEC. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 28/03/2020

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, Brasília, D.F. 1996.

CARDOSO, Marilene da Silva. **Aspectos históricos da educação especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada**. EDUCAÇÃO. Porto Alegre. Ano XXVI, n. 49, p. 137-144. Março, 2003.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora. **Formação de professores em tecnologias digitais acessíveis**. Editora Evangraf. Porto Alegre, 2012.

MACHADO, Rosângela. **Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, paradigmas e práticas**. Editora Cortês. São Paulo, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Fundamentos e Metodologias do Ensino da Educação Infantil
2 - EMENTA
Educação Infantil: contexto histórico, teórico e político. Análise do processo de construção histórica da concepção de infância, bem como, a construção política da Educação Infantil, em função das tendências educacionais recentes, no que diz respeito ao cuidar, o educar e o ensinar. Exame crítico da ideologia subjacente às formas usadas pelos teóricos para explicar o processo de desenvolvimento infantil, atrelado às diferentes formas de ensinar na infância. Os espaços, tempos, quantidades, relações e transformações; Interdisciplinaridade e o lúdico na Educação Infantil. A organização dos espaços da educação Infantil. Educação das crianças com necessidades especiais. Formação e identidade profissional do professor de educação infantil. Experiência e projetos de ensino nas propostas curriculares e metodológicas para a Educação Infantil.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a concepção de infância e do desenvolvimento infantil através de aprofundamento teórico a fim de reconhecer a importância do contexto histórico social cultural da Educação Infantil;• Conhecer a história da Educação Infantil, suas funções e objetivos de modo a analisar as ações políticas sociais culturais e pedagógicas de sua organização;
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Analisar o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI como instrumento norteador das habilidades e competências da Educação Infantil e assim reconhecer o trabalho com interdisciplinaridade e o lúdico nessa etapa.• Esboçar o percurso histórico da Educação Infantil, bem como o seu caráter sociopolítico.• Identificar os principais elementos sócio-históricos da conceituação contemporânea de Educação Infantil.• Ampliar os conceitos quanto às perspectivas didático-pedagógicas da Educação Infantil através do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI.• Reconhecer a importância do lúdico na Educação Infantil como metodologia facilitadora aos processos de ensino-aprendizagem.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ARIÉS, Phillipe. História social da criança e da família . Rio de Janeiro: Editora LTC, 2014. CAVICCHIA, Durlei de Carvalho. O cotidiano da creche: um projeto pedagógico. 3.ed. São Paulo: Editora Loyola, 1993. HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999. KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel F. Pereira; NUNES, Maria Fernanda. Infância e educação infantil. Campinas: Editora Papirus, 2012. OLIVEIRA, Zilma Ramos. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Editora Cortez, 2011. OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas: Editora Papirus, 2012.
5.2 - Bibliografia Complementar
ANTUNES, Celso. As inteligências múltiplas e seus estímulos . São Paulo: Editora Papirus, 2008. APPLE, Michael W. Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra os subalternos . Porto Alegre: Editora Artmed, 2008.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

CRAIDY, Carmem Maria; KERCHER, Gladis. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.

GONZALEZ-MENA, Janet. **Fundamentos da educação infantil: ensinando crianças em uma sociedade diversificada.** Porto Alegre: Editora Penso, 2015.

SEBASTIANI, Márcia Teixeira. **Fundamentos e Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil.** Curitiba: IESDE Brasil A.S., 2008.

SMITH, C; STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A Z: um guia completo para pais e educadores.** Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Editora Artmed, 2012.

VYGOTSKI, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa
2 - EMENTA
Fundamentos linguísticos, sócio-psicolinguísticos e antropológicos da linguagem e as suas relações com a comunidade escolar. Concepções da linguagem. O processo diglótico no português do Brasil: variedades padrão e não padrão: características estruturais e funcionais; diferenças formais e funcionais entre as modalidades oral e escrita da língua; o preconceito linguístico; o processo de monitoração estilística. A articulação entre oralidade, escrita e leitura; Escuta, fala, pensamento e imaginação; o papel do professor na mediação do aprendizado da oralidade letrada, escrita e leitura; a interação professor-aluno na sala de aula; a pedagogia culturalmente sensível; valores, normas e atitudes; alternativas educacionais decorrentes dos avanços teóricos nos estudos da linguagem. Documentos oficiais, políticas e programas vigentes no Brasil com foco no ensino de Língua Materna
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Conceber o papel da linguagem como forma de empoderamento e emancipação humana.• Desenvolver compreensão textual com autonomia crítica, posicionamento singular e conhecimento de mundo. Ser capaz de interferir nas práticas de educação linguística, isto é, nas formas de ensinar a língua portuguesa nas escolas.• Compor um retrato o mais fiel possível da nossa realidade linguística, com especial interesse na descrição do português brasileiro, língua materna da quase totalidade dos habitantes deste país.• Converter a sociolinguística num instrumento de luta contra toda forma de discriminação e de exclusão social pela linguagem. Porque não basta descrever e analisar as relações entre língua e sociedade — é preciso, também, transformá-las.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conscientizar seu leitor de que, em todos os casos de variedades, estamos diante de diferenças e não de “erros”.• Aplicar instrumentos de análise adequados para lidar, em sala de aula, com as regras características das variedades linguísticas estigmatizadas.• Enfatizar as tendências iminentes da língua para levar as pessoas em geral, e os professores em particular, a assumir a convicção de que os chamados “erros” que nossos estudantes cometem têm explicação no próprio sistema e processo evolutivo da língua. Portanto, podem ser previstos e trabalhados com uma abordagem sistêmica.• Apoderar-se das regras linguísticas que gozam de prestígio, a enriquecer o seu repertório linguístico, de modo a permitir o acesso pleno à maior gama possível de recursos para que possam adquirir uma competência comunicativa cada vez mais ampla e diversificada — sem que nada disso implique a desvalorização de sua própria variedade linguística, adquirida nas relações sociais dentro de sua comunidade.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
DEMO, P. Avaliação qualitativa . Campinas: Papirus, 1994. HOFFMANN, J.M.L. Avaliar para promover: as setas do caminho . Porto Alegre: Mediação, 2011. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico . São Paulo: Cortez, 2011. SOUZA, Clarilza Prado de. (org). Avaliação do rendimento escolar . 13ª Campinas: Papirus, 2007. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar . 16ª Ed. São Paulo: Libertad, 2006.
5.2 - Bibliografia Complementar





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

BALZAN, N.C.; DIAS SOBRINHO, J.D. (orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências.** São Paulo: Cortez, 2008.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais.** Mediação: Porto Alegre, 2010.

FREITAS, L.C.; SORDI, M.R.L.; MALAVASI, M.M.S.; **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão.** 1. ed. Vozes: São Paulo, 2009.

HOFFMANN, J.M.L. **Avaliação mediadora.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

Hoffmann, Jussara. **Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista.** Porto Alegre: Mediação, 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 2a ed. São Paulo: Cortez, 2005.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Gestão Educacional
2 - EMENTA
Gestão educacional: conceitos, funções e princípios básicos. A função administrativa da unidade escolar e do gestor: contextualização teórica e tendências atuais. A dimensão pedagógica do cotidiano da escola e o papel do administrador escolar. Levantamento e análise da realidade escolar: o projeto político pedagógico, o regimento escolar, gestão participativa e órgãos da escola. Gestão em espaços não-escolares.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Propiciar aos estudantes uma visão crítica da gestão educacional brasileira;● Oferecer conhecimentos acerca do papel do administrador em instituições escolares e não-escolares e suas atribuições.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Identificar os conceitos e definições básicas usadas na gestão educacional;● Conhecer as funções e dimensões dos setores escolares, assim como administrativo, pedagógico em todos os seus âmbitos;● Aplicar os conhecimentos da realidade escola na escolha e tomada de decisões que aprimorem o trabalho de todos os envolvidos.● Entender a atuação do Pedagogo na gestão de instituições não-escolares.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
LÜCK, Heloísa. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar . Rio de Janeiro: DP & A, 2002. HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva . Campinas: Papyrus, 2002. LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar . Petrópolis: Vozes, 2008. BRASIL. Lei Federal n.º 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação . Brasília, 1996.
5.2 - Bibliografia Complementar
ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de. O princípio da gestão democrática na educação pública . Liber Livro. Brasília, 2012. VELOSO, Fernando A. et al (Org.) . Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro . Elsevier. Rio de Janeiro, 2010.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Educação a Distância
2 - EMENTA
Modalidade de Educação a Distância (EaD): Conceitos fundamentais da educação a distância; aspectos históricos-filosóficos. Fundamentos legais da educação a distância. Tecnologias e as alterações no espaço e no tempo de ensinar e aprender. Educação a Distância e Ambientes Virtuais de ensino-aprendizagem. A nova lógica do ensino na sociedade da informação. EAD: desenvolvimento desta modalidade no Brasil, histórico, influências e legislação vigente. Além de correlacionar tais saberes à dimensão ambiental e às implicações da atuação do ser humano no meio em que vive.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender e analisar criticamente os fundamentos e metodologias da Educação a Distância, reconhecendo a EaD como uma possibilidade de inclusão e de reestruturação na organização pedagógica do sistema escolar global e local.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer as concepções de educação a distância conforme sua evolução histórica;• Conhecer as características e peculiaridades da Educação a distância;• Refletir sobre os processos de aprendizagem do estudante da modalidade EaD.• Definir as funções de alguns agentes envolvidos no processo de formação a distância: estudante, professor-tutor e professor da disciplina;• Definir e caracterizar um ambiente virtual de aprendizagem;• Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do estudante da educação a distância.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância . Autores Associados. 3ª. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. MAIA, Carmem.; MATTAR, João. A Educação a Distância hoje . 1. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos. (Org). Educação a distância: O estado da arte . São Paulo: Pearson Education de Brasil, 2009. KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância . Campinas: Papirus, 2003
5.2 - Bibliografia Complementar
PALOFF, R. M. E PRATT, K. O aluno Virtual: um guia para trabalhar com estudantes online . Porto Alegre: Artmed, 2004. HACK, Josias R. Introdução à Educação a Distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. GARCIA, Rosineide Pereira Mubarak. Avaliação a Aprendizagem na educação a distância na perspectiva da comunicacional . Cruz das Almas/Bahia: UFRB, 2013. 180p. BELLONI, Maria. Educação a Distância . 5. ed. Campinas, SP: autores associados, 2008.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

5º Período

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Literatura Infanto-Juvenil
2 - EMENTA
Tendências Contemporâneas da literatura infanto – juvenil brasileira. Literatura e educação. Gêneros literários. Literatura clássica. Contos de Fadas. Escuta, fala, pensamento e imaginação.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver capacidade para utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem e fazer uso de informações contidas nos textos para o exercício consciente da cidadania.• Produzir textos escritos coesos e coerentes, considerando o leitor e o objeto da mensagem, identificando o gênero e o suporte que melhor atendem à intenção comunicativa.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer que a vida social contemporânea exige que todos desenvolvam habilidades comunicativas que possibilitem a interação participativa e crítica no mundo de forma que possam intervir na dinâmica social.• Aprimorar, pelo contato com os textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética, bem como propiciar pela literatura a constituição de um espaço dialógico que permita a expansão lúdica da oralidade, da leitura e da escrita.• Reconhecer a importante contribuição da Literatura Infantil para o processo de leitura e escrita.• Listar sugestões para trabalhar com gêneros na prática, a partir da leitura e apreciação de textos literários.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
COELHO, Nelly Novaes. Literatura Infantil : teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2002. _____. Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil . São Paulo: Ática, 1991 ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil . São Paulo: Scipione, 2004 CUNHA, Maria Antonieta A. Literatura Infantil : teoria e prática. São Paulo: Ática, 1999 REGO, L. L. B. Literatura Infantil : uma perspectiva da alfabetização na pré-escola. São Paulo: FTD, 1990.
5.2 - Bibliografia Complementar
BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas . São Paulo: Paz e Terra, 2007. 21ª edição revista. DOHME, Vania D'Angelo. Técnicas de contar histórias . São Paulo: Informal Editora, 2000. ROGEL, Samuel (organizador). Manual de Teoria Literária . Petrópolis: Vozes, 1995 CADEMARTORI, Lígia. O que é Literatura Infantil . São Paulo: Brasiliense, 2010 SILVA, Vera Maria Tietzmann. Literatura Infantil Brasileira : um guia para professores e promotores de leitura. Goiânia: Cãnone Editorial, 2008 DINORAH, Maria. O livro infantil e a formação do leitor . Petrópolis: Vozes, 1995.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Investigação da Prática Educacional I
2 - EMENTA
Inserção e investigação na realidade da educação infantil. Observação, análise e reflexão sobre o funcionamento das instituições, as propostas pedagógicas, a atuação dos profissionais, a organização técnico-administrativa, o funcionamento didático-pedagógico, o desenvolvimento e aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos e os modos de relações que estabelecem com os sujeitos que as rodeiam. Planejamento, atuação, análise, reflexão da docência na Educação Infantil. Desenvolvimento e avaliação de projetos de ensino envolvidos nas práticas educativas da Educação Infantil. Análise crítico-reflexiva da prática docente, as especificidades dessa etapa de ensino e desenvolvimento de Projeto de Intervenção Pedagógica. Troca de experiências e socialização da vivência no Estágio Curricular Supervisionado I. Gestão e supervisão na escola de Educação Infantil. Elaborar Portfólio das práticas realizadas, como cumprimento da carga horária de Prática do Componente Curricular.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Reconhecer a importância do papel do professor e do estudante na sociedade do conhecimento;● Orientar e acompanhar os estudantes no desenvolvimento das atividades inerentes a prática docente, promovendo espaços de discussão e reconstrução dos subsídios teóricos que alicerçam a docência na Educação Infantil;● Compreender os princípios norteadores para a realização da atividade de observação, regência e intervenção na Educação Infantil.● Investigar a realidade da escola campo através da perspectiva do futuro educador.● Acompanhar a rotina de uma equipe gestora na realidade de Educação Infantil.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Discutir de forma fundamentada as situações cotidianas nos diferentes espaços de aprendizagem existente na escola de educação Infantil;● Intervir pedagogicamente em salas de aula, de escolas da comunidade ou em outros espaços educacionais.● Refletir sobre a prática pedagógica desenvolvida/vivenciada;● Utilizar componentes necessários para uma ação didática significativa;● Entender a importância do conhecimento do Projeto político-pedagógico da escola e as relações com a prática docente● Produzir relatório das atividades desenvolvidas no âmbito da gestão e prática de ensino na Educação Infantil.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BARREIRO, I.M.F; GEBRAN, R.A. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores . São Paulo: Avercamp 1ª ed. 2006. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica . – Brasília : MEC, SEB, 2010 DOCKRELL, Julie – Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva . Porto Alegre, Artes Médicas,2000 FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia . São Paulo: Edições Loyola, 1996. FERREIRA, Idalina; CALDAS; Sarah P. S.; (2008) Atividades na Pré-Escola . São Paulo: Saraiva.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
PICONEZ, S. C. B. (Org.) **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 11.ed. Campinas: Papyrus, 2005.
SILVA, L.C.; MIRANDA, M. I. **Estágio Supervisionado e Prática de Ensino: Desafios e Possibilidades**. Belo Horizonte: Fapemig. 1ª ed., 2008.
VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 1999.
VASCONCELLOS, Celso. **Construção do Conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

5.2 - Bibliografia Complementar

ANTUNES, Celso – A inteligências múltiplas e seus estímulos, Campinas –SP, Papyrus, 1998.
DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. (1998) A ética na educação infantil: o ambiente sóciomoral na escola. Porto Alegre: Artmed.
FAZENDA, I. C. A. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 12ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.
GHIRALDELLI JR., Paulo. **Didática e Teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
MASSETO, M. T. **Novas Pedagogias e Mediação Pedagógica**. Campinas-SP: Papyrus, 2000.
SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
ZABALA, Antoni (org.). **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. 2ª ed Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Fundamentos e Metodologias do Ensino da Matemática
2 - EMENTA
Visão histórica e epistemológica do conhecimento matemático. Relação da sociedade contemporânea e o sistema escolar. Estudo teórico metodológico do atual ensino de Matemática nas escolas brasileiras. Análise e construção de práticas pedagógicas para espaços de aprendizagem. Conteúdos de matemática previstos para as séries iniciais. Métodos e técnicas de ensino e aprendizagem da matemática e seus fundamentos filosóficos, metodológicos e científicos. Discussão de temas ligados aos obstáculos epistemológicos e didáticos ligados ao ensino e aprendizagem da matemática das séries iniciais.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Atuar em diferentes contextos da prática profissional, escolares (creches, escolas, apoio escolar) ou não-escolares (empresas, área da saúde, instituições sociais);● Pensar criticamente o processo educativo em suas dimensões: ética, cultural, política e social;● Adequar-se a situações novas de forma flexível e reflexiva, avaliando as implicações de suas escolhas, construindo verificações e autocorrigindo-se quando julgar necessário;● Fazer uso dos recursos tecnológicos na produção, na organização e na transmissão dos conhecimentos. - Trabalhar em equipe, com ênfase na formação da identidade do professor e do gestor;● Planejar, organizar, realizar, gerir e avaliar situações de ensino-aprendizagem e de gestão;● Adequar objetivos, conteúdos e metodologias específicas das diferentes áreas à diversidade dos estudantes e à promoção da qualidade da educação.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Conhecer as origens históricas do número;● Conceituar Matemática, Educação e Educação Matemática baseando-se nas pesquisas atuais desenvolvidas em Educação Matemática no Brasil e no mundo;● Levantar questionamentos sobre o papel da matemática na sociedade;● Discutir sobre o ensino e a aprendizagem da matemática na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;● Discutir metodologias em torno dos conceitos das operações fundamentais em matemática: adição e subtração; multiplicação e divisão;● Refletir sobre currículo, avaliação e educação matemática;● Trazer novas ideias e formas de ensinar e aprender matemática nas séries iniciais do ensino fundamental;● Refletir sobre a formação matemática da professora polivalente;● Propor formas de produzir significados matemáticos;● Discutir a questão da interdisciplinaridade nas aulas de matemática;● Conhecer algumas das tendências em Educação Matemática como a Etnomatemática, a Modelagem matemática, Resolução de Problemas e outras;● Introduzir os jogos na aprendizagem da matemática na educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental;● Tratar a questão do erro nas aulas de matemática;● Discutir o uso da calculadora nos anos iniciais;● Destacar a importância da informática nas aulas de matemática;● Pesquisar livros didáticos e propostas recentes de ensino da matemática nos anos iniciais;● Experimentar e analisar situações docentes tais como: simulações de aulas, preparo de material didático, análise de textos e de livros didáticos e paradidáticos, visando um ensino inovador;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

BERDONNEAU, C.; CERQUETTI-ABER KAME, F. **Ensino da matemática na educação infantil.** ARTMED, s/d.
CARAÇA, Bento de Jesus. **Conceitos Fundamentais da Matemática.** Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.
CARVALHO, D. **Metodologia do ensino da matemática.** São Paulo: Cortez, 1990.
FIORENTINI, D. (Org). **Formação de professores de matemática: explorando novos caminhos com outros olhares.** Campinas, São Paulo: mercado de Letras, 2003.
IFRAH, G. **Os números: a história de uma grande invenção.** Tradução de Stella Maria de Freitas Senra. 10. ed. São Paulo: Globo, 2001.
LIMA, Elon Lages. **Matemática e Ensino.** Rio de Janeiro: SBM/IMPA, 2003.
LORENZATO, Sérgio. **Para aprender matemática.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
LORENZATO, Sérgio (Org). **O Laboratório de ensino de matemática.** Campinas, SP: Autores associados, 2006.
NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. da S.; PASSOS, C. L. B. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
NUNES, T. et al. **Introdução a Educação Matemática: os números e as operações numéricas.** São Paulo: Proem, 2001. (Col. Ensinar é Construir)
OLIVEIRA, C. C. de; MARIM, V. (orgs.) **Educação Matemática: contextos e práticas docentes.** Campinas, SP: Alínea, 2010.
PIRES, C. M. C. **O professor e o currículo.** *Educação Matemática*, n.55, p.3-6, 1999.
TOMAZ, V. S.; DAVID, M.M.M.S. **Interdisciplinaridade e aprendizagem em sala de aula.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Tendências em Educação Matemática)

5.2 - Bibliografia Complementar

BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática.** Brasília: MEC; SEF, 1997. (Parâmetros curriculares nacionais; v.3).
BICUDO, M. A. V. (org.) **Pesquisa em Educação Matemática: concepções e perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1999. (Coleção Tendências em Educação Matemática)
BORBA, M. de C. **Informática e Educação Matemática.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
CARRAHER, T. CARRAHER, D. SCHLIEMANN, A. **Na vida dez, na escola zero.** 13. ed. São Paulo; Cortez, 2003.
CARVALHO, D.L. **Metodologia do ensino da Matemática.** São Paulo: Cortez, 1990.
CURY, H. N. **Análise de erros: o que podemos aprender com as respostas dos alunos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Tendências em Educação Matemática)
D'AMBRÓSIO, U. **Educação matemática: da teoria à prática.** 2. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1997. (Col. Perspectivas em Educação Matemática).
DANTE, Luiz Roberto. **Didática da resolução de problemas de matemática.** São Paulo: Ática, 1998.
KAMI, Constance. **A criança e o número.** Campinas: Papyrus, 1996.
MACHADO, Nilson José. **Matemática e realidade.** São Paulo: Cortez, 1990. MORO, M. L. F.
MUNIZ, A. C. **Brincar e Jogar: enlances teóricos e metodológicos no campo da educação matemática.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção Tendências em Educação Matemática)
SELVA, A. C. V. BORBA, R. E. S. R. **O uso da calculadora nos anos iniciais do ensino fundamental.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção Tendências em Educação Matemática)
SOARES, M.T.C. (orgs.) **Desenhos, palavras e números: as marcas da matemática na escola.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2005.
VERGNAUD, G. **A criança, a matemática e a realidade: problemas do ensino da matemática na escola elementar.** Tradução de Maria Lúcia Foro. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009.
PEREIRA FILHO, Albano. et. al. **Erros matemáticos no curso de Engenharia Civil.** Appris: Curitiba, 2017. (Nenhum Exemplar)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Neurociência e a Aprendizagem
2 - EMENTA
Relação entre aprendizagem, educação e o desenvolvimento do cérebro. O conhecimento da neurociência aplicado ao ensino e na abordagem dos problemas de aprendizagem. Estudo de questões da neurociência com foco na aprendizagem. Discussão e reflexão sobre as bases neurais da aprendizagem.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Estudar os processos cognitivos através da neurociência da aprendizagem;● Relacionar aspectos de aprendizado/memória da neurociência com a prática educativa pedagógica.● Influenciar o comportamento dos estudantes para que utilizem o conhecimento pela neurociências para incrementar o papel do pedagogo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Conceituar neurociências;● Conhecer a estrutura do cérebro, os neurônios e sua conexão com outras células neuronais;● Compreender o funcionamento cerebral, como ele organiza e interconecta as diferentes funções cerebrais;● Identificar onde residem as funções mentais/cognitivas (linguagem, emoção, percepção, atenção, memória, comportamentos instintivos); sensoriais e motoras no cérebro;● Compreender as etapas do desenvolvimento estrutural e funcional do cérebro da criança;● Visualizar as transformações do cérebro do adolescente;● Aprender as contribuições da Neurociências para aprendizagem;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BEIRO, Pedro; VELASQUES, Bruna Brandão. Neurociências e aprendizagem: Processos básicos e transtornos . Rio de Janeiro: Rúbio, 2014. COSENZA, Ramon Moreira; GUERRA, Leonor B. Neurociência e Educação: como o cérebro aprende . Porto Alegre: Artmed, 2011. DE MARCO, A; De Marco, M. C. Crescimento e desenvolvimento: um olhar a partir da educação infantil. In: No palco da infância: movimento, ritmo e expressão corporal na educação infantil . Ida Carneiro Martins; Roberta Gaio. (Orgs.) Curitiba: CRV, 2017. LÚRIA, A. R. Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais . São Paulo: Ícone, 1990. RELVAS, Marta P. Neurociência e Transtornos de aprendizagem: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva . Rio de Janeiro: Walk Editora, 2008.
5.2 - Bibliografia Complementar
LÚRIA, A. R. Fundamentos de neuropsicologia . São Paulo: Edusp, 1981. MARCHESIN, V. C. Neurociência aplicada a Educação . São Paulo: FGV, 2016. HERCULANO-HOUZEL, Suzana. O cérebro nosso de cada dia: descobertas da neurociência sobre vida cotidiana . Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2002. KANDEL, E.R.; SCHWARTZ, J. H.; JESSELL, T. M. Princípios da Neurociência . 4 ed. São Paulo, Ed. Manole, 2003.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Educação, Corporeidade e Movimento
2 - EMENTA
Percepção da construção do corpo em uma perspectiva social e histórica, com base na investigação das possibilidades do uso do espaço e do corpo como instrumento expressivo. Afirmção corporal e domínio de postura. Corpo, gestos e movimentos; Instigação do corpo como via de movimento e comunicação. Concentração, tensão, relaxamento e sensibilização. Noção global e segmentada do movimento. Conscientização das potencialidades expressivas e ampliação dos limites corporais. O corpo na sociedade atual; A relação do corpo na construção histórica social e o seu tratamento como objeto educativo; Perspectivas pedagógicas na relação corpo/movimento e educação. Atividades práticas que possibilitem vivenciar o corpo em todos os seus movimentos ou dimensões. Fundamentos teórico-práticos de procedimentos mediadores na relação corporal com crianças da educação infantil e dos primeiros anos do ensino fundamental com ênfase no uso de práticas lúdicas que contemplem a expressividade, a afetividade, a inclusão e a imaginação.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Estabelecer conexões e intersecções entre a prática de investigação do espaço/corpo/movimento e a prática docente;● Analisar experiências que indicam o redimensionamento das formas dominantes de tratamento do corpo nas práticas escolares.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Possibilitar a execução de técnicas básicas para o conhecimento expressivo do corpo e a construção de arquitetura(s) do movimento.● Refletir sobre os aspectos históricos e culturais do corpo;● Conhecer o movimento percebido em suas relações com o processo educacional;
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BERTAZZO, Ivaldo. Cidadão corpo: identidade e autonomia do movimento . São Paulo: Summus, 1998. CONE, Theresa Purcell; CONE, Stephen L. Ensinando Dança para Crianças . 3. ed. São Paulo: Manole, 2015 GARCIA, Regina Leite. O corpo que fala dentro e fora da escola . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. LABAN, Rudolf. Domínio do Movimento . São Paulo: Summus Editorial Ltda. 1978. LOBO, Lenora. Teatro do Movimento: um método para o intérprete-criador . Brasília: LGE Editora, 2003. LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade . Autêntica, 2018. NEGRINE, Airton. Terapias corporais: a formação pessoal do adulto . Porto Alegre: Edita, 1998. O corpo na Educação Infantil . Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRASIL. Referenciais Curriculares nacionais para educação infantil . Ministério da Educação e do Desporto. Secretária da Educação Fundamental. Volumes 1,2,3. Brasília MEC/SEF, 1997; DANTAS, Estélio H. M. Pensando o corpo e o movimento . Rio de Janeiro: Shape, 2005. GONÇALVES, Maria Augusta Salim. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação . Campinas-SP: Papirus, 1994 HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura . 4ed. São Paulo. Ed. Perspectiva, 2000. LE BOULCH, J. Rumo a uma ciência do movimento humano . Porto Alegre: Artes Médicas, 1987 OSSONA, P. A educação pela dança . São Paulo: Summus, 1988. VERDERI, É. Dança na escola . Rio de Janeiro: Sprint, 1998.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte
2 - EMENTA
O histórico do Ensino de Arte no Brasil e suas influências teórico-Pedagógicas na educação básica. Estudo das tendências pedagógicas na atualidade. A Arte na formação do Pedagogo. A produção artística da humanidade. Didática do ensino de arte. Conteúdos e Princípios metodológicos para o ensino de arte: traços, sons, cores e formas; Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. Leitura e vivências estéticas das linguagens artísticas na educação básica. Estudo investigativo de uma prática e/ou tema da área ou atividade de extensão junto a comunidade. O papel da arte na formação humana, como conhecimento, como trabalho, como expressão. Estudo das diferentes concepções de arte. Conhecimento teórico-prático dos elementos formais e de composição das artes visuais, da música, da dança e do teatro e sua contribuição na formação dos sentidos humanos.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a importância do estudo da arte para a formação do professor como um agente transformador, valorizando os aspectos sociais, morais, políticos e econômicos do educando como um todo.• Compreender as teorias e práticas que fundamentam o ensino da arte.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Identificar o papel da arte na vida dos cidadãos como fator de recuperação, valorização e socialização, além de encorajar a experimentação e enriquecer a vida.• Elaborar propostas de ensino aprendizagem em Arte, a partir de atividades artísticas para trabalhar com diferentes grupos, por meio da música, da dramatização, da dança, das artes visuais, onde os estudantes poderão desenvolver aptidões e habilidades auxiliando em sua integração na sociedade.• Reconhecer que a arte integra em todos os momentos da vida a fim de percebê-la como presença marcante na educação.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ARSLAN, Luciana Mourão; IAVELBERG, Rosa. Ensino de arte . São Paulo: Cengage Learning, 2013. BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação no Brasil . São Paulo: Perspectiva, 2002. FUSARI, M. F. e FERRAZ, M. H. C. T. Metodologia do ensino da arte . São Paulo: Cortez, 2009.
5.2 - Bibliografia Complementar
Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1998. FUSARI, Maria F. Rezende. Arte na Educação Escolar . São Paulo, SP: Cortez 2010. FERREIRA, Aurora. Arte, Escola e Inclusão . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.





6º Período

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Metodologia da Pesquisa
Pré-requisitos: Metodologia Científica
2 - EMENTA
Tipos de conhecimentos e o conhecimento. O processo de pesquisa científica e suas classificações. Métodos e Técnicas de Pesquisa. A comunicação científica. Ética em pesquisa (plágio). Base de dados científicos. Estrutura e Componentes do Projeto de Pesquisa, Artigo Científico, Monografias e Relatórios Técnico-Científicos. Referências e Citações. Desenvolvimento do projeto de pesquisa na área de pedagogia.
3 - COMPETÊNCIAS
Compreender a estrutura científica formal como maneira de comunicação acadêmica eficaz e produtiva no próprio setor científico e acadêmico, mobilizando aspectos intelectuais para pesquisa e disseminação das práticas de produção científica.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Identificar a responsabilidade social do pesquisador, mantendo os compromissos éticos estabelecidos na prática referente ao exercício profissional do cientista;• Conceituar e aplicar a estética normativa do trabalho acadêmico segunda a ABNT vigente e outras normativas da área acadêmica e científica;• Identificar a técnica de pesquisa como instrumentalização do método;• Reconhecer projetos de pesquisa e artigos científicos, instrumentos necessários à formação acadêmica, como recursos de comunicação e divulgação do saber e produção do mundo da ciência.• Analisar informações de âmbito educacional para o desenvolvimento de pesquisas em Licenciatura em Pedagogia;• Identificar as partes de um projeto de pesquisa;• Elaborar um projeto de pesquisa, dentro de uma metodologia científica coerente e de viável execução.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . Atlas. São Paulo, 2010. LÜDKE, M; ANDRÉ, M.; E.D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo. EPU, 1986. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica . Editora Vozes. São Paulo, 2008. WAZLAWICK, Raul S. Metodologia de Pesquisa em Ciência da Computação . São Paulo: Campus, 2009.
5.2 - Bibliografia Complementar
CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto . trad.: Luciana de Oliveira da rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados . 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990. FAZENDA, Ivani. Metodologia da Pesquisa Educacional . Editora Cortês. São Paulo, 2010. MUELLER, Suzana (Org.). Métodos para Pesquisa em Ciência da Informação . Editora Thesaurus. Brasília, 2006.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Investigação da Prática Educacional II
2 - EMENTA
A escola como organização educativa autônoma: a gestão; a direção; a participação coletiva. A prática de ensino e a formação do professor das séries iniciais do ensino fundamental. A indissociabilidade prática-teoria-prática da ação docente. Os diferentes espaços de formação. Condicionantes das práticas docentes nas escolas de ensino Fundamental. A investigação do cotidiano escolar e a construção de alternativas pedagógicas. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos de ensino envolvidos nas práticas educativas nas séries iniciais do ensino fundamental. Análise crítico-reflexiva da prática docente. As especificidades do ensino fundamental e o desenvolvimento de Projeto de Intervenção Pedagógica. O Estágio Curricular supervisionado como atividade integradora entre teoria e prática. Gestão e supervisão na escola de ensino fundamental. Elaborar Portfólio das práticas realizadas, como cumprimento da carga horária de Prática do Componente Curricular.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender as contribuições da prática de ensino do componente curricular para a formação do educador do ensino fundamental;● Reconhecer o cotidiano escolar como espaço de construção de alternativas pedagógicas;● Desenvolver uma visão generalizada e crítica da administração e da gestão nas escolas, bem como entender e refletir sobre o papel do administrador/gestor escolar como agente de transformação e mudança na sociedade.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Identificar os diferentes espaços socioeducativos que contribuem para a formação do professor, reconhecendo o magistério como lócus fundamental dessa formação.● Discutir a indissociabilidade prática-teoria-prática como fundamento da atuação docente.● Analisar os condicionantes históricos, culturais, sociais, políticos, econômicos e subjetivos das práticas docentes em escolas de ensino fundamental.● Investigar a realidade da escola campo através da perspectiva do futuro educador.● Investigar o cotidiano escolar, reconhecendo as relações, tensões, sujeitos e processos que o produzem.● Discutir de forma fundamentada as situações cotidianas nos diferentes espaços de aprendizagem existente na escola.● Planejar, organizar, realizar, gerir e avaliar situações de ensino-aprendizagem e de gestão.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BARREIRO, I.M.F; GEBRAN, R.A. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores . São Paulo: Avercamp 1a ed. 2006. BRANDÃO, Carlos Fonseca. Ensino Fundamental de Nove Anos – teoria e prática na sala de aula . São Paulo: Avercamp, 2009. CARVALHO, Mercedes. Ensino Fundamental: Práticas docentes nas séries iniciais . Rio de Janeiro: Vozes. 2006. FONSECA, Selva Guimarães. Ensino Fundamental: Conteúdos, Metodologias e Práticas . São Paulo: Alínea, 2009. LUCK, H. et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar . 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Percursos na Formação de Professores com Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação . São Paulo: Edufal. 2007. PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino . 1. ed. São Paulo: Ed. ática, 2007.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

PICONEZ, Stela C. B. (coord.); FAZENDA, Ivani C. A. et al. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papyrus, 2011.

SILVA, L.C.; MIRANDA, M. I. **Estágio Supervisionado e Prática de Ensino: Desafios e Possibilidades**. Belo Horizonte: Fapemig. 1ª ed., 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

5.2 - Bibliografia Complementar

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n° 9394/1996**.

_____. Decreto. ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n°8069, de 13/07/90. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução n° 07/10, de 14 de dezembro de 2010. Fixa **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**.

FAZENDA, I. C. A. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 12ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.

LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. – (Guia da Escola Cidadã; v.4).

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Fundamentos e Metodologias do Ensino da Geografia
2 - EMENTA
Conceito e objeto da ciência geográfica. A Geografia e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Proposições teórico-metodológicas no ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental e os conteúdos: espaço, orientação, limite, distância, direção e escala como princípios básicos da ciência geográfica; noções básicas sobre o uso de mapas, gráficos e múltiplas linguagens no processo ensino-aprendizagem. Experiências e projetos de ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação infantil.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Analisar a função social da geografia na escola básica com foco para a educação infantil e ensino fundamental;• Propor a compreensão dos conceitos, categorias e linguagens fundantes da Geografia pela ótica Humanista, realizando sua articulação no âmbito do Ensino de Geografia na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental.• Conhecer os aspectos pedagógicos do ensino da Geografia, bem como as diferentes abordagens metodológicas de conteúdos específicos da área a fim de aplicá-los nas séries iniciais do Ensino Fundamental bem como na educação infantil.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Compreender os fundamentos teórico-metodológicos da Geografia a partir de uma perspectiva Humanista e a sua participação na educação infantil e no Ensino Fundamental;• Analisar os conteúdos e fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia através da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais.• Instrumentalizar os estudantes nas múltiplas linguagens da Geografia (grafias espaciais) e sua articulação com o Ensino da Geografia;• Materiais, metodologias e avaliação no Ensino da Geografia na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico: ensino e representação . São Paulo: Contexto, 2005. _____, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola . São Paulo: Contexto, 2006. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia . 3.ed.Brasília: A Secretaria, 2001. CARLOS. Ana Fani (org). A Geografia na sala de aula . São Paulo: Contexto, 1999. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GOULAR, Ligia Beatriz. Uma contribuição à reflexão do Ensino de Geografia: a noção da espacialidade e o estudo da natureza . Geografia Pesquisa e Prática Social. São Paulo: AGB: Marco Zero, 1990. DARDIEL, Eric. O Homem e a Terra: Natureza da Realidade Geográfica . São Paulo; Perspectiva, 2011. NUNES, Flaviana Gasparotti (org.). Ensino de Geografia: Novos Olhares e Práticas . Dourados EdUFGD, 2011. RECLUS, Élisée. Escritos sobre Educação e Geografia . São Paulo: Terra Livre, 2014. RESENDE, Márcia M Spyer. O saber do aluno e o ensino da Geografia . In: Vesentini, José Willian (org). Geografia e ensino: textos críticos. São Paulo: Papirus, 1994. RICHter, Denis. O mapa mental no Ensino de Geografia: concepções e propostas para o trabalho docente . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

5.2 - Bibliografia Complementar

COLL, César et al. **Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes**. Artmed, 2000.

DEMO, Pedro. **Formação de professores básicos**. Brasília, v. 12, n. 54, p. 23- 42, 1992.

KIMURA, Shoko. **Geografia no Ensino Básico: Questões e Propostas**. São Paulo: Contento, 2014.

KOBAYASHI, Maria do Carmo Monteiro. **A construção da geometria pela criança**. Bauru: EDUSC, 2001.

PENTEADO, Heloísa. **Metodologia do ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 1991.

PIAGET, Jean; CAMPOS, Manuel; CLAPARÈDE, Edouard. **A linguagem e o pensamento da criança**. 1993.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I; CACETE, N. H. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

VESENTINI, José Willian (org.). **Geografia e ensino: textos críticos**. Campinas: Papyrus, 2002.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Fundamentos e Metodologias do Ensino da História
2 - EMENTA
Objetivos e função social do ensino de História. Visão epistemológica da História no currículo e na legislação. Fundamentos teórico-metodológicos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da ciência histórica na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Principais conceitos e categorias históricas trabalhados nas séries iniciais do ensino fundamental, em articulação com as diretrizes da legislação educacional brasileira. Historiografia referente a escravidão, a aculturação dos povos indígenas e demais processos de organização social e econômica do Brasil Colonial. Materiais didáticos e as fontes documentais para o ensino de história dos anos iniciais. Recursos didático-pedagógicos auxiliares das aulas de História, destacando-se o livro didático. Materiais e recursos didáticos (livros, filmes, imagens, bem como linguagens musical, teatral, fotográfica, etc.) e metodologias no ensino de História em diferentes contextos. Trabalhos interdisciplinares. Avaliação da aprendizagem em História. Experiências e projetos de ensino da História na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender o que é ser sujeito de sua própria história.● Refletir sobre a importância social do ensino de história;● Compreender os principais conceitos bem como as categorias históricas trabalhados na Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental.● Compreender a história no currículo e na legislação educacional brasileira.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Conhecer a trajetória da História como disciplina escolar;● Analisar as diversas correntes historiográficas e sua contextualização social.● Saber planejar, concretizar e avaliar atividades de ensino e aprendizagem de História tanto para a educação infantil como para as séries iniciais do ensino fundamental.● Desenvolver experimentos relacionados a seleção de conteúdos, metodologias de ensino e confecção de materiais didáticos para as aulas de História.● Investigar algumas propostas pedagógicas para o ensino de História, produzidas pelas Secretarias de Estados e Municípios brasileiros e pelo Ministério da Educação.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BITTENCOURT, Circe Maria F. Saber histórico na sala de aula . São Paulo: Editora Contexto, 2015. BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia . 2.ed. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2000. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História . Campinas: Papirus, 2003. GUIMARÃES, Selva. Didática e prática do ensino de história . 13.ed. São Paulo: Editora Papirus, 2012. STEFANELLO Ana Clarissa. Metodologia no ensino de história e geografia: didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia . v.3. São Paulo: Editora Saraiva, 2009 KARNAL, Alexandre Fonseca (org). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas . São Paulo: Contexto, 2008





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

5.2 - Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2004.

CIAMBARELLA, Alessandra; MAGALHÃES, Marcelo; RIBEIRO, Jayme Fernandes; ROCHA, Helenice. **Ensino de história - usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2003

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

GUIMARÃES, Selva. **Caminhos da história ensinada**. 13.ed. São Paulo: Editora Papirus, 2012.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História & ensino de história**. São Paulo: Editora Autêntica, 2003.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

NIKITIUK, Sonia L. (Org.). **Repensando o ensino de história**. (Questões da Nossa Época, 52) 2.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

ZARTH, Paulo Afonso. (org.). **Ensino de História e educação**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2004.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Práticas Recreativas e Lúdicas
2 - EMENTA
Ludicidade como ciência. O jogo e a construção de representação: Piaget, Wallon, Vygotsky. Educação Ambiental. Espaços lúdicos Concepções e conceitos de Recreação e Lazer na relação com o universo Lúdico, sobretudo: Jogo, Brinquedo e Brincadeira. Estudo e vivências do Lazer e da Recreação nas diferentes fases da vida. Classificação e vivência dos tipos de jogos. A ludicidade e seu uso na educação. Habilidades desenvolvidas através da brincadeira. A infância e suas especificidades. Entendendo o brincar como um Direito da Criança e um facilitador/apoio para e no processo referente ao ensino-aprendizagem. A organização do espaço para o brincar. Utilização do jogo como meio para desenvolver o raciocínio lógico. O perfil do professor brincante e a valorização da cultura infantil na escola. Capacitação relacional do professor com crianças em atividades lúdico-educativas. Considerações sobre a criatividade. Lúdico através da televisão, do computador e dos jogos eletrônicos: mitos e verdades. Proposta de atividade lúdica para os diversos grupos. O uso de brinquedos e jogos no processo de aprendizagem. O jogo e a cultura: jogos tradicionais infantis.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Promover a compreensão de conceitos ligados às práticas recreativas e ludicidade e seu papel no desenvolvimento humano a partir de reflexões e vivências teórico práticas.● Conhecer os conteúdos básicos componentes da ação lúdica do homem como forma de resgate histórico e sua aplicação educacional em diferentes situações e ambientes educacionais.● Reconhecer a brincadeira e o jogo como elementos importantes para o desenvolvimento da criança no seu processo de aprendizagem.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Conhecer as terminologias, conceitos, classificação e aplicações das atividades recreativas e de lazer em ambientes educacionais.● Compreender os diferentes tipos de atividades lúdicas aplicáveis a diversas situações e objetivos.● Identificar os diferentes tipos de jogos e sua aplicabilidade.● Compreender e identificar as características afetivas e cognitivas das faixas etárias.● Descrever e realizar atividades lúdicas que são adequadas para as diferentes faixas etárias considerando as características motoras
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. O corpo e o lúdico: ciclo de debates, lazer e motricidade. Campinas: Autores Associados: Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, 2000. FERREIRA, N. R. Recreação na escola. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. GARDNER, Howard. A criança pré-escolar: como pensa e como a escola pode ensiná-la. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. KAMIL, C. Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991. KISCHIMOTO, T. M. Jogos tradicionais infantis: O jogo a criança e a educação. Petrópolis, RJ : Vozes, 1993. KRAMER, Sonia. Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

MARCELINO, Nelson Carvalho (org). **Lazer e Recreação: Repertório de atividades por fases da vida**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. **Lazer e Recreação**. São Paulo: Érica, 2014.

5.2 - Bibliografia Complementar

AGUIAR, João Serapião. **Jogos para o Ensino de Conceitos**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

AWAD, Hani. **Brinque, jogue, cante e encante com a Recreação**. São Paulo: Fontoura, 2011

BROUGÉRE, Gilles. **Jogo e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, V. **Trabalhando com recreação**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1995

GUEDES, M. H. de S. **Oficina da Brincadeira**. Rio de Janeiro, RJ Sprint, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Brincar: prazer e aprendizado**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem & desenvolvimento infantil: Simbolismo e jogo**. Porto Alegre: Prodil, 1994.

NETO, R.F. **A Recreação na escola**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001..

RINDERKNECHT, P. **Brincadeira para toda hora. Sugestões de atividades recreativas infantojuvenis**. São Paulo, SP: Editora Paulinas, 1992.

SANTOS, Santa Marli Pires dos (org.) **Brinquedoteca: Sucata vira Brinquedo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____ **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Ambientes Virtuais de Aprendizagem
2 - EMENTA
Definição de Ambiente Virtual. Transferência de conhecimento através de tecnologias: Hipertexto, áudio e vídeo. Mediação de trabalhos em equipe através de ambientes virtuais. Instrumentos de avaliação virtuais. Instrumentos de ensino virtuais. Instalação, configuração e administração das principais plataformas de ambientes virtuais. Acessibilidade em Ambientes Virtuais inclusivos. Ambientes de suporte a estudantes com baixa visão, dificuldades motoras e de comunicação.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender conceitos relacionados aos ambientes virtuais de aprendizagem.● Prover soluções eficientes em relação aos ambientes virtuais de aprendizagem.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Definir métodos virtuais de entrega da educação.● Dominar formas de transferências de hipertextos, áudios e vídeos.● Realizar avaliações através de meios virtuais.● Instrumentar ambientes virtuais de aprendizagem.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
MUNHOZ, Antonio Simsen. O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: Um guia prático. Editora InterSaberes, 2013. ULBRICHT, Vania Ribas; VANZIN, Tarcísio; QUEVEDO, Sílvia. Conceitos e práticas em ambiente virtual de aprendizagem inclusivo. Editorial Pimenta cultural, 2014.
5.2 - Bibliografia Complementar
SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da SC; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. Tecnologias digitais na Educação. EdUEPB, 2011. DA SILVA, Robson Santos. Ambientes Virtuais e Multiplataformas Online na EAD. Editora Novatec, 2015.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

7º Período

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Investigação da Prática Educacional III
2 - EMENTA
Atividades orientadas e supervisionadas de iniciação profissional dos discentes nas unidades educacionais atuantes nas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos; Educação do Campo e/ou Educação Especial) e na Gestão Escolar destas unidades (Análise crítico-reflexiva da prática docente, as especificidades dessa etapa de ensino e desenvolvimento de Projeto de Intervenção Pedagógica). Socialização das experiências vivenciadas no Estágio Curricular Supervisionado III. Elaborar Portfólio das práticas realizadas, como cumprimento da carga horária de Prática do Componente Curricular.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Investigar a realidade da escola campo através da perspectiva do futuro educador.● Identificar características específicas dos discentes da Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial e a forma da regência de ensino voltada para as especificidades desses educandos;● Estabelecer relações sobre as práticas pedagógicas adotadas no exercício da docência na EJA, da Educação Especial e da Educação do Campo;● Articular conhecimento frente às temáticas da práxis educacional.● Acompanhar a rotina de uma equipe gestora na área da educação das modalidades: EJA, da Educação Especial e da Educação do Campo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Discutir de forma fundamentada as situações cotidianas nos diferentes espaços de aprendizagem existente na escola.● Produzir e apresentar proposta do plano de estágio na EJA, Educação Especial e/ou Educação do Campo e Gestão Escolar;● Elaborar projetos de intervenções e/ou planos de aulas específicos para EJA, Educação Especial e/ou Educação do Campo;● Ministrar aulas conforme as diretrizes da Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e/ou Educação do Campo;● Aplicar apropriadamente os recursos tecnológicos, os subsídios teóricos e metodológicos adequados para atuação no ensino nestas modalidades;● Incluir, na medida do possível, e de forma interdisciplinar e/ou transdisciplinar nas atividades práticas do estágio e nas discussões das aulas abordagem sobre os temas: ética, educação ambiental, sustentabilidade, cultura afro-brasileira e indígena, relações étnicorraciais;● Observar e analisar a Gestão Escolar destas unidades educacionais;● Produzir relatório das atividades desenvolvidas no âmbito da gestão e prática de ensino na EJA, Educação Especial e/ou Educação do Campo.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BARREIRO, I.M.F; GEBRAN, R.A. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores . São Paulo: Avercamp 1a ed. 2006. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia . São Paulo: Edições Loyola, 1996. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

SILVA, L.C.; MIRANDA, M. I. **Estágio Supervisionado e Prática de Ensino: Desafios e Possibilidades**. Belo Horizonte: Fapemig. 1ª ed., 2008.

5.2 - Bibliografia Complementar

FAZENDA, I. C. A. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 12ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Didática e Teorias Educacionais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Hardware Educacional
2 - EMENTA
Conceitos básicos sobre hardware. Abordagem estrutural no estudo de computadores. Arquitetura de memórias. Dispositivos de entrada e saída. Arquitetura de uma unidade central de processamento. Hardware aplicado à educação. Hardware adaptado a pessoas com necessidades especiais. Educação Ambiental.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Identificar elementos básicos de hardware;• Compreender o funcionamento do computador e de seus componentes básicos;• Adaptar novas tecnologias para o uso em ambientes de aprendizado através de Hardware Educativo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Interpretar documentos técnicos referentes à composição de um computador pessoal;• Montar e desmontar um computador pessoal com vista a manutenção do seu funcionamento para fins educativos;• Conhecer, instalar ou adaptar hardwares para atender às demandas educacionais.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
STALLINGS, William. Arquitetura e Organização de Computadores . Editora Pearson. São Paulo, 2010. HENNESSY, John; PATTERSON, David. Arquitetura de Computadores: Uma abordagem quantitativa . Editora Campus. Rio de Janeiro, 2003. SANCHO, Juana Maria. Tecnologias para a transformar a educação . Artmed, Porto Alegre, 2006.
5.2 - Bibliografia Complementar
TANENBAUM, Andrew; AUSTIN, Todd. Organização Estruturada de Computadores . Editora Pearson. São Paulo, 2013. HENNESSY, John; PATTERSON, David. Organização e projeto de computadores: a interface hardware/software . Editora Campus. Rio de Janeiro, 2014. SILVA, Rodrigo Barbosa e; BLIKSTEIN, Paulo. Robótica educacional: experiências inovadoras na educação . Penso. Porto Alegre, 2020.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Inglesa
2 - EMENTA
Abordagens e métodos de ensino e aprendizagem de inglês a crianças em idade escolar (seis a onze anos), perspectivas construtivas, comunicacionais e sociointeracionais. Atividades lúdicas; conhecimentos linguísticos com foco nas quatro principais habilidades (fala, escrita, leitura e escuta); vocabulário básico do cotidiano infantil.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender o seu lugar e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado.• Detectar as semelhanças e distinções entre a língua materna e língua inglesa, considerando aspectos socioculturais e de identidade, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade;• Utilizar as novas tecnologias no desenvolvimento de atividades e modos de interação.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Elaborar, planejar atividades lúdicas por meio de histórias, imagens e jogos.• Desenvolver práticas que visam estimular o interesse e a curiosidade de crianças nos anos iniciais a conhecer e explorar os ambientes educativos e fenômenos diversos.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
CARVALHO, Raquel Cristina Mendes de. A educação infantil descobrindo a língua inglesa: interação professor/aluno. Trabalhos em Linguística Aplicada , v. 48, n. 2, p. 317-332, 2009. CALLEGARI, Marília Oliveira Vasques. Reflexões sobre o modelo de aquisição de segundas línguas de Stephen Krashen: uma ponte entre a teoria e a prática em sala de aula. Trabalhos em Linguística Aplicada , v. 45, n. 1, p. 87-101, 2006. JORD, Clarissa Menezes. "A posição de professor de inglês no Brasil: hibridismo, identidade e agência." <i>Letras & Letras</i> 26.2 (2011). SANTOS, Leandra Inês Seganfredo. Ensino-aprendizagem de língua inglesa em anos iniciais do ensino fundamental: do planejamento ao alcance dos objetivos propostos. Revista Linguagem & Ensino , v. 13, n. 2, p. 435-465, 2010. VICENTIN, Karina Aparecida. Inglês nos anos iniciais do Ensino Fundamental público: de representações de professores a políticas linguísticas . 2013. 132 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: < http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269688 >. Acesso em: 23 ago. 2018.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) . Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira . Brasília, DF: MEC/SEF, 1998 BROWN, H. D. Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy . New York: Longman, 2007. CANAGARAJAH, A. S.; WURR, A.J. Multilingual Communication and Language Acquisition: New Research Directions . The Reading Matrix. Volume 11. Number 1, January 2011, p. 1-15. PHILLIPSON, R. Linguistic Imperialism . Oxford: Oxford University Press, 2003. PRABHU, N. S. There is no best method. Why? TESOL Quarterly, vol. 24, n. 2, 1990





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

RICHARDS, J. C. & RODGERS, T. S. **Approaches and methods in Language Teaching**. Second edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2001
SANTOS, Leandra Inês Seganfredo. **Língua Inglesa em anos iniciais do Ensino Fundamental: fazer pedagógico e formação docente**. 2009.
SCHÜTZ, Ricardo. "Stephen Krashen's theory of second language acquisition." *English made in Brazil* 2.2 (2007): 2007



Avenida Tocantínia, Loteamento Mãe Dedé - Jardim América
77500-000 Porto Nacional-TO
(63) 3363-9700
www.ifto.edu.br – portonacional@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Fundamentos e Metodologias do Ensino das Ciências da Natureza
2 - EMENTA
Ciência como uma prática social e histórica voltada para compreender o mundo natural e suas transformações. O saber científico em saber escolar mediado pela análise e síntese de situações problemáticas reais. As ciências naturais na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. O método científico. Experimentação científica. Vivenciando a ciência. Educação Ambiental. Alfabetização científica. Ciência e tecnologia. Técnicas e estratégias para o ensino das ciências da natureza. Relação ser humano-ambiente. Cuidado com a saúde, a pluralidade, a ética e a sexualidade. Terra e Universo. Planejamento, execução e avaliação das atividades de ensino e aprendizagem em Ciências.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Entender o processo histórico de produção do conhecimento científico;● Compreender o processo de produção de conhecimento científico como um empreendimento humano;● Analisar o papel do ensino das ciências na Educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental e inter-relações com os demais componentes curriculares● Entender a importância da alfabetização científica;● Compreender estratégias e técnicas voltadas para o processo ensino-aprendizagem de ciências;● Compreender a interação ser humano-ambiente;● Desenvolver noções de saúde individual e coletiva;● Desenvolver noções de ética, pluralidade cultural e sexualidade.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Discutir os tópicos da BNCC voltada para o ensino de ciências naturais com foco na educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental;● Reconhecer textos científicos;● Promover estratégias e técnicas voltadas para o processo ensino-aprendizagem de ciências;● Reconhecer formas de promover a alfabetização científica;● Testar ferramentas tecnológicas voltadas para o ensino-aprendizagem das ciências naturais;● Desenvolver estratégias e técnicas voltadas para o ensino de ciências;● Desenvolver o pensamento crítico;● Perceber o ser humano como um integrante do ambiente;● Promover ações de saúde individual e coletiva, de ética, de pluralidade cultural e de sexualidade.● Usar ferramentas tecnológicas voltadas para o ensino;● Reconhecer os elementos da Terra e do Céu;● Discutir conceitos e conteúdos bem como os procedimentos metodológicos Vida e Ambiente: Terra, Solo e Água;● Desenvolver atividades voltadas para a vivência da ciência;● Desenvolver atividades práticas por meio de experimentação;● Aplicar métodos e técnicas de avaliação.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ASTOLFI, J.P; DEVELAY, M. A didática das ciências . 5ª ed. Campinas: Papirus, 1995. 132p. ARCE, Alessandra. SILVA, Débora A. S. M. VAROTTO, Michele. Ensinando ciências na Educação Infantil . 1 ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2011. BRASIL. BNCC (2017). Base Nacional Comum Curricular . Brasília, DF: Presidência da República, 2019.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998. V.1 e 3.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília. 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais - ética / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUCO, M.M. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018. 288p.

GERALDO, A.C.H. **Didática de ciências naturais na perspectiva histórico-crítica**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. 192p.

5.2 - Bibliografia Complementar

CAMPOS, M.C.C.; NIGRO, R.G. **Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação**. São Paulo: FTD, 1999.

CARVALHO, A M.P de. e et al. **Ciências no Ensino Fundamental: O conhecimento Físico**. São Paulo: Scipione, 2009.

CARVALHO, A M. P. de.; GIL-PEREZ, Daniel. **Formação de Professores de Ciências: Tendências e inovações**, 4a. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004

WEISSMANN, H. **Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZOMPERO, A.F.; LABURÚ, C.E. **Atividades investigativas para as aulas de ciências: um diálogo com a teoria da aprendizagem significativa**. Curitiba: Appris, 2016. 141p.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Educação de Jovens e Adultos
2 - EMENTA
Concepções Históricas e Marcos Legais para Educação de Jovens e Adultos; Legislação de Educação de Jovens e Adultos (EJA); Movimentos Sociais e suas contribuições para a EJA; Paulo Freire e a prática da educação popular. O Perfil Sociocultural dos Educandos Jovens e Adultos e suas necessidades de aprendizagem; Processo de envelhecimento saudável; Respeito ao idoso; Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento para EJA; Instrumentalização sobre tecnologias utilizadas no ambiente educacional da EJA; Material didático próprio na intervenção de aulas da EJA; Práticas pedagógicas com recursos tecnológicos em EJA; Desafios e perspectivas da EJA frente às transformações do mundo do trabalho.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Dominar os subsídios teóricos, metodológicos e práticos necessários para embasar o trabalho com a EJA;● Ser capaz de construir uma reflexão entre o trabalho docente com os adultos e com as crianças, em termos de semelhanças e diferenças na realidade do desenvolvimento de tais segmentos de ensino.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Analisar as concepções históricas e os marcos legais para educação de Jovens e Adultos.● Conhecer questões relacionadas à educação de jovens e adultos no Brasil;● Conhecer as Políticas relacionadas à EJA;● Analisar propostas e teorias curriculares pertinentes à EJA;● Relacionar Conhecimentos da Formação Profissional da Docência necessários à compreensão e atuação da/na EJA● Analisar o processo de envelhecimento e sua relação com o mercado de trabalho.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ARROYO, M. G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias . Petrópolis: Vozes, 2012. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 44. ed. RJ: Paz e Terra, 1996. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. GADOTTI, M. Romão, J. E. (orgs.) Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas . Cortez. São Paulo, 2008. MASAGÃO, Vera Maria Ribeiro. Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras . Campinas: Ação Educativa, 2001. OLIVEIRA, Inês B.; PAIVA, Jane (orgs.). Educação de jovens e adultos . Rio de Janeiro: DP&A, 2006. PAIVA, Vanilda. História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos . 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003. PICONEZ, Stela Berthold. Educação Escolar de Jovens e Adultos . Papyrus. Campinas. 2006. PICONEZ, Stela C. Berthold. Educação Escolar de Jovens e Adultos: das competências sociais dos conteúdos aos desafios da cidadania . 10 ed. São Paulo: Papyrus, 2012. SOARES, Brandão; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino.(org) Diálogos na educação de jovens e adultos . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire . São Paulo: Brasiliense, 2003. BRASIL/MEC. Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos . Introdução. Vol. 1. Brasília; MEC, 2002. KLEIN, Lígia Regina. Alfabetização de jovens e adultos: questões e proposta para a prática pedagógica na perspectiva histórica . 4. ed. Brasília: Universa, 2003.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Educação em Espaços Não-Ecolares
2 - EMENTA
Definições de espaços não-formais e formais de educação. Histórico dos espaços não-formais de educação no Brasil. O espaço da educação não-formal e os processos de desenvolvimento da aprendizagem. Educação não-formal e a participação da sociedade civil nos processos educativos. O pedagogo em ambientes empresariais. Pedagogia hospitalar. Pedagogia Ambiental. Pedagogia Social. Pedagogia em ambientes prisionais e congêneres.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Ser capaz de discutir de forma propositiva, à luz dos principais pressupostos teóricos e metodológicos, os conceitos e práticas educativas que se materializam em ambientes que extrapolam o espaço da escola;• Ser capaz de planejar, organizar, realizar, gerir e avaliar situações de ensino-aprendizagem e de gestão relacionados a ambientes não escolares;• Compreender os novos papéis vivenciados pelos profissionais da Pedagogia, realizando uma constante interface entre esses papéis e as demandas sociais, mercadológicas, biológicas, tecnológicas, entre outras, em situações e espaços que ultrapassam as limitações da escola.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Rever os saberes instituídos pela escola e a possibilidade de construção de diferentes saberes na educação em espaços não escolares;• Refletir sobre a sociedade contemporânea, suas novas demandas sociais e culturais e sobre o papel do pedagogo diante desse contexto;• Ressignificar o papel da educação e de sua atuação na construção de novas identidades culturais.• Desenvolver competências para atuação no campo educacional em diferentes instâncias.• Adequar objetivos, conteúdos e metodologias específicas das diferentes áreas à diversidade dos estudantes e à promoção da qualidade da educação.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
CUNHA, Aline Lemos <i>et al.</i> Pedagogia e Ambientes não Escolares . Curitiba: Intersaberes, 2012. GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais . São Paulo: Cortez, 2013. RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa . 6. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.
5.2 - Bibliografia Complementar
KUENZER, Acácia Z. Pedagogia de Fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador . 6ed. São Paulo: Cortez, 2002. BORBA, Valdir Ribeiro; Lisboa, Teresinha Covas; Ulhôa, Wander M. M. (org.). Gestão administrativa e financeira de organizações de saúde . São Paulo: Atlas, 2009. LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. LISBOA, Cassiano Pamplona; KINDEL, Eunice Isaia. Educação ambiental: da teoria à prática . Porto Alegre: Mediação, 2012. PIMENTA, Selma Garrido <i>et al.</i> (Orgs.). Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez, 2011.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

8º Período

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Educação e Trabalho
2 - EMENTA
Trabalho como uma construção histórico-cultural. O trabalho como elemento de transformação sócio-políticas, econômicas e culturais na vida do homem, em contexto da globalização e da reestruturação produtiva. A relação trabalho-educação com foco na realidade brasileira. A revolução científica e tecnológica: o mundo globalizado em foco. A relação entre trabalho e cultura. As exigências e desafios que se colocam ao campo educacional, no que se refere à qualificação e inserção dos educandos no mundo do trabalho.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Reconhecer o trabalho como uma construção histórico-cultural e como o elemento de transformação na vida do homem.● Discutir e analisar os problemas e desafios hoje colocados ao setor educacional, considerando as transformações econômicas, políticas e culturais que vem ocorrendo face à mudança de paradigma na organização e gestão do trabalho.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Analisar a relação trabalho-educação;● Destacar as diferentes relações de trabalho que os homens estabelecem entre si;● Entender de que forma a revolução científica contribuiu para o desenvolvimento do mundo atual.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
<i>ARROYO, Miguel</i> Revedo os vínculos entre trabalho e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991 KUPSTAS, Márcia. (org.) Educação em debate. São Paulo: Moderna, 1998. _____. Trabalho em debate. São Paulo: Moderna, 1997. _____. Ciência e Tecnologia em debate. São Paulo: Moderna, 1998. SAVIANI, Dermeval O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. Petrópolis: Vozes, 1994
5.2 - Bibliografia Complementar
DOWBOR, Ladislau Educação, tecnologia e desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 1996 LEITE, Márcia de Paula. Trabalho e sociedade em transformação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. MACHADO, Lucília Educação e Divisão Social do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1989 MARQUES, Ademar (org). História Contemporânea através de textos. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Pedagogia de Projetos
2 - EMENTA
Conceito e história da pedagogia de projeto. Concepções interdisciplinares de trabalho com projetos. Pedagogia de projetos: estrutura e planejamento. Características de um projeto. Análise teórica e prática de projetos elaborados e desenvolvidos em escolas de Educação Básica. Diferenciação entre pedagogia de projetos e modalidades organizativas. Elaboração de projetos integradores nos distintos espaços formativos. O papel do professor na construção e mediação de projetos. O uso das novas tecnologias na formação e mediação de projetos. Propostas pedagógicas de aprendizagens através de metodologias ativas.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Promover e/ou discutir projetos pedagógicos que abordem, sobretudo, as questões educacionais e de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.● Incentiva uma visão interdisciplinar do conhecimento, o aprendizado por meio da experiência e o desenvolvimento da autonomia dos estudantes.● Estímulo ao pensamento crítico, que contribui para a transformação dos estudantes em indivíduos autônomos e socialmente ativos.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Elaborar, desenvolver e avaliar projetos educativos, a partir do diagnóstico da realidade da Educação Básica, construindo formas de atuação, com vistas à melhoria da educação de crianças, jovens e adultos.● Desenvolver projetos que permitam ao discente usufruir de espaços de construção e socialização de saberes, aproximando-se da comunidade e proporcionando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.● Construir projetos pessoais e coletivos baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade, na cooperação e na sustentabilidade.● Utilizar diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais em processos de produção coletiva, colaborativa e projetos autorais em ambientes digitais.● Promover a integração e a cooperação entre docentes e discentes em sala de aula.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BARBOSA, M.C. Projetos pedagógicos na Educação Infantil . Porto Alegre: Artmed, 2008. BENDER, W. Aprendizagem baseada em Projetos: educação diferenciada para o século XXI . Porto Alegre: Penso, 2014. 159 p. BERGMANN, J.; SAMS, A. Sala de Aula Invertida: uma Metodologia Ativa de Aprendizagem . 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 104 p. GARDNER, Howard. Inteligências múltiplas: a teoria na prática . São Paulo: Artes Médicas, 1997. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. NOGUEIRA, N. Pedagogia de Projetos. Etapas, papéis e atores . 4ª edição, São Paulo. Érica, 2008.
5.2 - Bibliografia Complementar
FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa . Campinas: Papirus, 1995. LUCK, H. Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão . Petrópolis: Vozes, 2004.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico:** elementos metodológicos para elaboração e realização. 10 ed., São Paulo, Libertad, 2002.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 10 ed., SP: Papyrus, 2000.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Seminário Temático em Educação
2 - EMENTA
Conhecimento e debate sobre as dimensões político-organizativa e interventiva da profissão em suas diferentes instâncias: Ensino em escolas públicas e privadas, Coordenação e Gestão escolar, Empresas, Instituições Hospitalares, ONGs e outras entidades; Formação docente complementar com o estudo de temas transversais contemporâneos para a o profissional da pedagogia. Abordagem integradora sobre temas e problemas emergentes relevantes à docência e a gestão pedagógica.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender a formação profissional do pedagogo e as dimensões político-organizativa e interventiva da profissão na atualidade;● Possibilitar o debate de ideias, a trocas de experiências e, sobretudo, de formulação de novas questões, na perspectiva de refletir a formação profissional do pedagogo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Identificar as possibilidades de atuação do Pedagogo em espaços não formais (não escolares).● Discutir os diversos temas de interesse comum à atuação do pedagogo na contemporaneidade.● Estudar a construção do papel de mediador educacional do pedagogo em diferentes contextos.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da escola: teoria e prática . 5ªed. Goiânia: Alternativa, 2004. LOPES, Izolda (org.), TRINDADE, Ana Beatriz, Candinha, Márcia Alvim. Pedagogia Empresarial: formas e contextos de atuação . Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007 CASSIMIRO, Alice – Currículo: debates contemporâneos . 2002 São Paulo. Cortez ESTEVE, José A Terceira Revolução Educacional. A Educação na Sociedade do Conhecimento . Moderna São Paulo. 2004. GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas, Ensaio: aval. pol. públ. Educ. , Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica . 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006. PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar . Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
5.2 - Bibliografia Complementar
FRANCESCHINI, Paulo Henrique Competência Multifocal . Copyright São Paulo, 2005. WOLF, Rosângela Abreu do P. Pedagogia Hospitalar: A prática do Pedagogo em instituição não escolar . Revista Conexão (UEPG). v 3, n 1. 2007. TIBA, Içami. Ensinar aprendendo - Novos paradigmas na educação . Integrare. 2001. TOURAINÉ, Alain Um Novo Paradigma Para compreender o mundo hoje . Vozes. 2005.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Empreendedorismo
2 - EMENTA
Empreendedorismo e o empreendedor: conceitos e definições. Panorama do empreendedorismo. O processo empreendedor. Construção da visão de negócio – trabalhando a ideia. Identificação de oportunidades. Análise de mercado. Construção da rede de relações. A inovação e os modelos de negócios. Estratégias empreendedoras. Elaboração e apresentação de um plano de negócios simplificado. Análise de indicadores de viabilidade econômica. Captação de recursos para o negócio. Educação Empreendedora. Ensino do Empreendedorismo com foco nas competências da Base Nacional Comum Curricular-BNCC.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Compreender os conceitos do empreendedorismo e educação empreendedora.● Produzir projetos empreendedores relacionados à educação● Entender o processo de ensino e aprendizagem com metodologias ativas, buscando o desenvolvimento das competências pessoais e implementação de projetos de empreendedorismo.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Abstrair conceitos de empreendedorismo através de exemplos do mundo real;● Analisar o mercado com o fim de encontrar oportunidades de pioneirismo e inovação;● Elaborar planos de negócios voltados à educação focados em um pensamento inovador.● Compreender questões referentes ao mercado da educação e à economia com o fim de criar iniciativas inovadoras, mas também viáveis.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . 7. ed. São Paulo: Empreende, 2018. DORNELAS, J. C. A. Introdução ao Empreendedorismo: desenvolvendo Habilidades para Fazer acontecer . 1ª edição. São Paulo: Editora Empreende, 2018. HISRIC, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. Empreendedorismo . 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios . São Paulo: Cengage Learning: 2011
5.2 - Bibliografia Complementar
CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor . 4. ed. Barueri-SP: Manole, 2012. DOLABELA, F. O Segredo de Luísa . Rio de Janeiro: Sextante, 2008. DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor . Rio de Janeiro: Sextante, 2008.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Metodologias Integradas ao Ensino
2 - EMENTA
O papel do professor no processo ensino e aprendizagem. Modelos de ensino. Construtivismo, aprendizagem significativa e concepções alternativas. Educação científica em espaços formais e não formais de ensino. O ensino por meio de projetos interdisciplinares. Aplicação teórico-prática, estudo e aprofundamento de tema das ciências na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, com base em situações criativas e produção de material didático para auxílio nas aulas práticas e expositivas. A relação professor-aluno e os processos de ensino-aprendizagem. Uso de atividades lúdicas no processo ensino aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem. Organização do tempo e do espaço para os processos de ensino-aprendizagem. O currículo na Educação Infantil. Experiência e projetos de ensino nas propostas curriculares e metodológicas para a Educação Infantil. Fundamentação teórica sobre a alfabetização nas séries iniciais do Ensino Fundamental, a construção da escrita pela criança e as intervenções do professor. Experiências e projetos de ensino na alfabetização nas séries iniciais do Ensino Fundamental.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Promover uma maior dinamização e melhoria no processo de ensino e favorecimento de uma aprendizagem significativa.● Capacitar-se do ponto de vista teórico-prático, para o planejamento, elaboração, execução e avaliação de aulas, atividades didáticas e programas para o ensino em espaços da Educação Infantil e séries iniciais do ensino Fundamental.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Discutir sobre a prática educativa na educação infantil e ensino fundamental (1º ao 5º ano) no que diz respeito à concepção, planejamento, execução e avaliação da atividade educativa e de projetos educacionais considerando as metodologias de ensino das áreas específicas.● Preparar e selecionar recursos didáticos visando a uma melhoria na prática pedagógica;● Identificar no planejamento e avaliação do ensino das diferentes disciplinas o que se refere a: seleção e sequência de conteúdos; métodos e procedimentos utilizados; direção e organização das atividades; formas de controle e avaliação do ensino e da aprendizagem; integração com o projeto pedagógico da escola.● Reconhecer formas de trabalho pedagógico que visem a promoção do desenvolvimento social, psicológico e cognitivo dos alunos da 1º ao 5º ano do ensino fundamental.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
GONZALEZ-MENA, Janet. Fundamentos da educação infantil: ensinando crianças em uma sociedade diversificada . Porto Alegre: Editora Penso, 2015. LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem . 1ª São Paulo: Cortez, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Editora Cortez, 2013.. NÓVOA, A.(org.) Os professores e sua formação . Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. OLIVEIRA, Zilma Ramos. Educação infantil: fundamentos e métodos . São Paulo: Editora Cortez, 2011. SOARES, Magda. Alfabetização e letramento . São Paulo: Editora Contexto, 2004. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar . Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010. TAILLE, Y.L.; OLIVEIRA, M.K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky e Wallon . 13.ed. São Paulo: Editora Summus, 1992.
5.2 - Bibliografia Complementar





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J.D.; HANESIAN, H. **Psicologia educativa: um ponto de vista cognoscitivo**. 2. Ed. México: Trillas, 1983.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **Alfabetização dos alunos das classes populares**. 5.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

GIORDAN, Andre; DE VECCHI, Gerárd. **As origens do saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos**. Porto Alegre: ARTMED, 1996.

MOREIRA, Marco Antonio. **Aprendizagem significativa**. Porto Alegre: Ed. do autor, 2006.

OLIVEIRA, J. B. A; CHADWICK, C. **Aprender e ensinar**. 5.ed. São Paulo: Global, 2002.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Princípios e Métodos de Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional.
2 - EMENTA
O processo histórico da Inspeção Escolar, Supervisão e Orientação Educacional no Brasil. O papel da Supervisão Educacional e Inspeção Escolar na mediação do ensino e aprendizagem escolar. Legislações educacionais que envolvem a Supervisão Educacional, a orientação e a Inspeção Escolar. Novas configurações da Supervisão Educacional e Inspeção Escolar. Políticas públicas educacionais. Atuação da Supervisão Educacional e Inspeção Escolar na gestão dos espaços escolares. O compromisso ético, democrático, crítico, social e sustentável dos profissionais da Supervisão Educacional e Inspeção Escolar. O trabalho autônomo e Interdisciplinar. Fundamentos e princípios da Orientação Educacional. Trabalho como princípio educativo e suas expressões na Orientação Educacional, Profissional e Vocacional. Abordagem de Orientação Educacional centrada no Projeto Político Pedagógico e no currículo. Orientação Educacional e educação popular. O trabalho coletivo nas organizações educativas formais e não formais. Orientador/a Educacional como trabalhador/a da educação: exercício profissional e representatividade.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Propiciar a interação dos princípios históricos, teórico-práticos da Inspeção Escolar, favorecendo uma atuação dinâmica e competente dos profissionais, que atuam na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;● Analisar os aspectos teórico-históricos e metodológicos da função supervisora no que se refere às responsabilidades dos Supervisor Educacional na articulação do processo educativo juntamente com a equipe pedagógica, professores, alunos e comunidade escolar;● Compreender e refletir sobre os aspectos teóricos-históricos e metodológicos da orientação educacional com articulação nas questões educacionais e de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, com destaque na valorização da pluralidade de opiniões de indivíduos e diversidade cultural de grupos sociais;● Identificar questões de natureza pedagógica e de inspeção, supervisão e orientação educacional, bem como as legalidades e práticas da profissão.
4 - HABILIDADES





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

- Enumerar fatos históricos/teóricos da inspeção, supervisão e orientação educacional numa linha evolutiva até a atualidade;
- Diferenciar funções e princípios da inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Identificar objetivos educacionais face à inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Desenvolver o pensamento crítico, que contribua para a transformação dos estudantes em indivíduos autônomos e socialmente ativos;
- Saber elaborar um planejamento educacional visando atuar efetivamente na construção e implementação de projetos pedagógicos em espaços educacionais;
- Aprender as técnicas de intervenção de inspeção, supervisão e orientação para serem aplicadas em situações práticas;
- Proporcionar discussões que permitam ao discente usufruir de espaços de construção e socialização de saberes, aproximando-se da comunidade e proporcionando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS

5.1 - Bibliografia Básica

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina, L. **O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 200

_____. **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola**. São Paulo: Cortez, 2006.

BARBOSA, Maria Rita L. da Silveira. **Inspeção Escolar: um olhar crítico**. Uberlândia, Gráfica Composer Editora Ltda.,2008.

FALCÃO FILHO, J. L. M. **Supervisão: uma análise crítica das críticas**. Caderno Amae: vida na escola – os caminhos do saber coletivo. Belo Horizonte, n. 76, p. 42-49, mai. 1994.

FERREIRA, Naura Syria Capareto (Org). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade da formação à ação**. São Paulo: Cortez, 2006, p.13-38.

GRINSPUN, M. P.S.Z. (Org.). **Supervisão e Orientação Educacional: perspectivas de integração na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCK, Heloísa. **Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. 27 ed.– Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

5.2 - Bibliografia Complementar





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

KUENZER, A. Z. **Trabalho Pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível.** In: Ferreira, N.; Aguiar, M. (Org.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** Campinas: Papirus, 2002. Pg 47-78.

MEDINA, A. S. **Supervisor escolar: parceiro político-pedagógico do professor.** In: SILVA JÚNIOR, C. A.; RANGEL, M. (Orgs.). Nove olhares sobre a supervisão. 5. ed. Campinas: Papirus, 2000. p. 9-35. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2002.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

Componentes Eletivas

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Gestão da Sala de Aula e Ambientes de Aprendizagem
2 - EMENTA
A Gestão da Sala de Aula significa manter sob a batuta do professor, a disciplina, a motivação e o aprendizado dos conteúdos sem permitir a confusão e procrastinação dos estudantes enquanto estiverem em sala. Significa ter domínio da classe. A efetiva gestão da sala de aula consiste em garantir que todos os estudantes estejam ativamente envolvidos nas tarefas programadas pelo professor. A sala de aula como espaço de realização de atividades produtivas, onde a aprendizagem significativa deve ser construída por estudantes e professores. O Planejamento compartilhado das ações docentes. A ação pedagógica contextualizada.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Gerir de forma harmoniosa e produtiva a sala de aula e ambientes de aprendizagem, garantindo os direitos de aprendizagem dos estudantes e o efetivo cumprimento das atividades propostas e programadas.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Ter domínio da Sala de aula;● Organizar as atividades na sala de aula;● Entender a importância das relações estabelecidas na sala de aula;● Criar atividades que estimulam o pensamento de qualidade;● Elaborar atividades significativas numa pedagogia de projetos - Aprendizagem significativa;● Tornar a sala de aula como espaço para ficar inteligente;● Trabalhar a interdisciplinaridade;● Organizar a sala de aula de forma estimuladora e produtiva.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
PARO, Vitor Henrique. Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino . São Paulo. Ática, 2007. Perrenoud, Philippe. Ensinar: Agir na urgência, decidir na incerteza . Editora Armed, ARROYO, Miguel. Imagens Quebradas . Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004. GROSSY, Esther Pillar. Um espaço para ficar inteligente . Rio Grande do Sul. Edelbra, 1999. DOLLE, Jean Marie. Essas crianças que não aprendem . Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1995. GANDIN, Danilo. Planejamento como Prática Educativa . São Paulo: Edições Loyola, 2000. HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação . Porto Alegre: Artmed, 1998. Cultura visual, Mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000. MARINHO, Heloisa. Currículo por atividades . Rio de Janeiro: Papelaria América, 1980. SANTOMÉ, Jurjo Torres Santomé. Globalização e Interdisciplinaridade . Porto Alegre: Artmed, 1998.
5.2 - Bibliografia Complementar
ALVES, Rubem. A alegria de ensinar . São Paulo: Papyrus, 2000. DIMENSTEIN, Gilberto e ALVES, Rubem. Fomos maus alunos . São Paulo: Papyrus, 2003. FERNANDEZ, Alicia. Psicopedagogia em psicodrama . Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001. MIRANDA, Herculia Tavares de e MENEZES, Luís Carlos de. Almanaque de Criação Pedagógica . Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002. WESTON, Denise Chapman e Mark S. Aprender Brincando . São Paulo: Paulinas, 2000.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Conselhos de Controle Social
2 - EMENTA
Democracia e cidadania. O papel da sociedade civil e o papel do governo. As funções dos conselhos de controle social. Os conselhos de controle social e o compartilhamento de poder de decisão entre o Estado e a Sociedade Civil. Os desafios para que os mecanismos de controle social se concretize. Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação; Conselho do FUNDEB; Conselho Escolar e Conselhos na Educação Superior.
3 - COMPETÊNCIAS
Compreender o processo de controle social e a importância dos conselhos municipais na aplicação e fiscalização dos recursos públicos.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Tomar conhecimentos das fontes de recursos constitucionais;- Conhecer os conselhos municipais constituídos;- Entender o processo da participação popular no controle social.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BORDIGNON, G. Os Conselhos de Educação no Brasil: limites e possibilidades de controle social. In: Participação e controle social na educação . São Paulo: Ação Educativa, 2008. CURY, Jamil. Conselhos de Educação: fundamentos e funções. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação , São Bernardo, v. 22, n. 1, p. 41-67, jan./jun. 2006. GOHN, M. da G. M. Conselhos gestores e participação sociopolítica . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 32. PAZ, R. Os Conselhos como forma de gestão das políticas públicas. In: SCHEINVAR, E.; ALGEBAIL, E. (Org.). Conselhos participativos e escola . Rio de Janeiro: DP&A, 2005. WERLE, Flávia Obino Corrêa. Gestão da educação municipal: composição dos conselhos municipais de educação do Rio Grande do Sul. Ensaio: aval. pol. publ. educ. [online], v.14, n.52, p.349-364, 2006.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRAGA, Marcus V. A. Conselhos do FUNDEB: participação e fiscalização no controle social da educação . Curitiba: Editora Appris, 2015. MACIEL, C. A. B. Políticas públicas e controle social: encontros e desencontros da experiência brasileira. Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades , v. 1, n. 1, p. 201-216, 2010. SILVA, J. M. C. DA. Controle social das políticas públicas no Brasil: caminho para uma efetiva democracia . Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2010. SOUZA, Donaldo B. Conselhos municipais e controle social na educação: descentralização, participação e cidadania . São Paulo: Xamã, 2008





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Educação do Campo
2 - EMENTA
Concepções e conceitos de Educação do Campo. Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas e culturais das populações do campo. Educação do campo: política pública e projeto político-pedagógico. O espaço organizacional do campo e da escola do campo. Práticas pedagógicas em classes multisseriadas. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
3 - COMPETÊNCIAS
Compreender o contexto social que envolve a educação do campo e os saberes dos camponeses no desenvolvimento local.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Entender as políticas públicas da educação do campo;- Conhecer a importância dos saberes dos camponeses;- Conhecer o espaço organizacional do campo e das escolas do campo.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ARROYO, Miguel. Por uma educação do campo . Petrópolis: Vozes, 2004. BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. Projeto popular e escolas do campo . Brasília: Articulação Nacional " Por Uma Educação do Campo", 2000. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 3). KOLLING, E. J.; CERIO-LI, P. R., OSFS; CALDART, R. S. (Org.). Educação do campo : identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2002. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 4). MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo . Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004.
5.2 - Bibliografia Complementar
MEIRIEU, Philippe. O cotidiano da escola e da sala de aula . Porto Alegre: Artmed, 2009. PAIVA, Vanilda Pereira. Perspectivas e dilemas da educação popular . 2. ed. Graal editora, 1984.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Gestão Democrática nas Escolas
2 - EMENTA
Conceitos de democracia. Democratização da educação no Brasil e gestão democrática da educação. Princípios constitutivos da Gestão democrática. A gestão democrática na legislação. A gestão democrática no sistema de ensino público do Tocantins. Gestão democrática e as formas de participação na gestão dos sistemas educacionais: conselhos de educação, conselhos escolares, projeto pedagógico e eleição para diretor.
3 - COMPETÊNCIAS
Compreender a gestão democrática e as formas de participação na gestão dos sistemas .
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Entender sobre a democratização da educação no Brasil;- Compreender como ocorre a gestão democrática no Estado do Tocantins e no município;- Conhecer como acontece a participação dos Conselhos nos sistemas educacionais.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
FÁVERO, O. & SEMERARO, G. (orgs). Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro . Petrópolis: vozes, 2002. FERREIRA, Naura S. Capareto (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios . 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. Política e Gestão da Educação . – 3 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. PARO, Vitor Henrique. Por dentro da escola pública . 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016
5.2 - Bibliografia Complementar
PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola pública . 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016. _____, Vitor H. A utopia da gestão escolar democrática . Disponível em: http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/921.pdf . Acesso: 12 set 2016. FRANCISCO DE OLIVEIRA, Adão; MELO, José C. (orgs.). Educação, democracia e gestão escolar : vol. 1 – Gestão Democrática da Escola. Goiânia: PUC Goiás, 2010. CUNHA, Luiz A. Educação, Estado e Democracia no Brasil . 6ª ed. São Paulo/Niteroi/Brasília: Cortez/EDUFF/FLACSO. 2009.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Educação Indígena
2 - EMENTA
A escola e a construção da identidade na diversidade. As sociedades indígenas e suas relações com a sociedade nacional. A legislação e a especificidade da Educação Escolar Indígena. A Educação Indígena na perspectiva das Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais. A formação de professores indígenas para a Educação Básica. A instrumentalização do professor e a produção do material didático. A língua materna. O bilinguismo. A valorização étnica e a diversidade cultural.
3 - COMPETÊNCIAS
Compreender as sociedades indígenas e suas relações com a sociedade, a legislação e a especificidade da Educação Escolar Indígena.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer escola e a construção da identidade na diversidade;- Entender a educação indígena e a formação de professores indígenas;- Conhecer os saberes das sociedades indígenas, a valorização étnica e a diversidade cultural.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BRASIL. Comitê de Educação Escolar Indígena . Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. MEC/SEF/DPEF. Brasília. 1994. FREIRE, Paulo. Um diálogo com Paulo Freire sobre educação indígena . In: Texto datilografado da 8ª Assembleia Regional do CIMI MT, Cuiabá, 16 a 20 junho de 1982. RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. _____, Darcy. O Processo Civilizatório . São Paulo: Publifolha, 2000. MAGALHÃES, E. D. (org.) Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas . 3. ed. Brasília: FUNAI/ CGDOC, 2005. RIBEIRO, D. Os Índios e a Civilização . São Paulo: Cia das Letras, 1996. SILVA, Aracy L. A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus . Brasília: MEC/MARI/Unesco/1995.
5.2 - Bibliografia Complementar
CUNHA, Manuel Carneiro. Da História dos índios no Brasil . São Paulo: Brasiliense, 1992. GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). Índios no Brasil . Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (orgs.). Leitura e Escrita em Escolas Indígenas . Campinas, SP: Mercado de Letras. 1997. ZAMBONI, Ernesta; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos indígenas e ensino de história: memória, movimento e educação . Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_3908.pdf . Acessado entre 27 a 31 de agosto de 2011. NOBRE, Domingos. Lei nº 11.645 História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no Currículo Como Trabalhar? Disponível em: http://www.aldeia guaranisapukai.org.br/lei_11645.pdf . Acessado entre 27 a 31 de agosto de 2011.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Tópicos Especiais em Educação
2 - EMENTA
Discussão de temas contemporâneos e fundamentais a uma compreensão atualizada da educação em geral e especificamente da práxis educativa. Desenvolvimento de temas emergentes das pesquisas existentes na área de computação e educação. Ética. Consciência ambiental-sustentabilidade. Respeito e valorização do idoso. Relações étnicorraciais. Educação em direitos humanos.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Articular conhecimento frente às questões emergentes no mundo do trabalho, tanto da área de informática quanto da área educacional.• Refletir sobre o cenário educacional contemporâneo
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Interpretar criticamente textos relacionados à educação;• Elucidar, a partir das experiências com a prática em sala de aula e de propostas de pesquisas científicas, aspectos educacionais contemporâneos.• Abordar, na medida do possível, análise interdisciplinar e/ou transdisciplinar sobre os temas: ética, educação ambiental, sustentabilidade, cultura afro-brasileira e indígena, relações étnicorraciais e educação em direitos humanos.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma e reformar o pensamento . 12 ^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir . São Paulo: Cortez, Brasília: MEC/UNESCO, 2012. FREITAS, Bárbara. O indivíduo em Formação: Diálogos interdisciplinares sobre educação . São Paulo: Cortez, 2001.
5.2 - Bibliografia Complementar
BRASIL, Presidência da República. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003 . Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Educação e Diversidade
2 - EMENTA
A diversidade como constituinte da condição humana. Diversidade e questões de gênero. A cultura como universo simbólico que caracteriza os diferentes grupos humanos. Educação para as Relações Étnico-Raciais. A diversidade étnico-racial com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e africanos. Povos indígenas e relação com a sociedade nacional. Visão estereotipada dos povos indígenas. Movimentos indígenas e direitos conquistados. Diversidade étnica e linguística dos povos indígenas. Conhecimento e análise da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra no Brasil e na região, a partir das relações sociais de conceitos e suas bases teóricas tais como: racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipos, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferenças, etc. A diversidade na formação da cultura brasileira. A diversidade social e as desigualdades econômicas. A educação escolar como catalisadora e expressão das diversidades.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a diversidade humana e suas relações com o cotidiano escolar.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer conceitos de diversidade étnica, religiosa e sexual;• Conhecer e compreender os eventos históricos para as minorias étnicas, religiosas e sexual.• Saber mediar conflitos de diversidade em ambiente escolar;• Ser capaz de combater todas as formas de preconceito.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
DINIZ, Margareth; VASCONCELOS, Renata Nunes. Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores . Formato, 2004. MUNANGA, Kabengelê. Superando o racismo na escola . 3a ed., Brasília: MEC, 2001. PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria José. Rompendo silêncio – história da África nos currículos da educação básica . Brasília: DP Comunicações, 2004. PERRENOUD, Philippe. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação . Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 2000.
5.2 - Bibliografia Complementar
ANDRÉ, Marli (org). Pedagogia das diferenças na sala de aula . 7a edição Campinas: Papirus, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: 1ª a 4ª séries: temas transversais: pluralidade cultural e orientação sexual . Brasília, Mec e do Desporto/ Secretaria de Educação Fundamental, 2v. 100 (coleção PCNs) 2 ed. 2000. TORRES, José Antônio González. Educação e diversidade cultural: bases dialéticas e organizativas . Porto Alegre: Artmed, 2002.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Gestão de Pessoas
2 - EMENTA
Gestão de pessoas em ambiente de mudanças. Trabalho como fator motivacional. Trabalho em equipe. Processos de captação de talentos. Universidade corporativa. Gerência do conhecimento e de competências. Liderança. Trabalho em equipe.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">• Compreender que as competências comportamentais são tão importantes quanto às técnicas e identificar quais delas são mais valorizadas no mundo corporativo.• Desenvolver ferramentas que permitem identificar perfis requeridos para determinadas funções bem como simulações e dinâmicas com o objetivo de selecionar pessoas nas empresas.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Organizar as pessoas nas devidas funções conforme as técnicas de gestão por competências.• Identificar os fatores motivacionais conforme os contextos diversos, bem como implementá-los.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
BECKER, B. E. Gestão estratégica de pessoas com scorecard : interligando pessoas, estratégia e performance. Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2001. DRUCKER, P. F. Administrando em tempos de grandes mudanças . São Paulo: Cengage Learning, 2011. LEME, R. Aplicação prática de gestão de pessoas por competências : mapeamento, treinamento, seleção, avaliação e mensuração de resultados de treinamento. 2. ed. Rio de Janeiro - RJ: Qualitymark, 2015.
5.2 - Bibliografia Complementar
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas : o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. MARIANO, S. R. H.; MAYER, V. F. Modernas práticas na gestão de pessoas . Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. MARRAS, J. P. Gestão de pessoas em empresas inovadoras . 2. ed São Paulo: Saraiva, 2011.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Contação de História
2 - EMENTA
A escola, espaço de construção e reconstrução de conhecimentos e transformação de sujeitos, deve incluir em seu currículo a contação de histórias, tanto por seu aspecto prazeroso como por sua contribuição no desenvolvimento psicológico, social, moral, cognitivo e físico do aprendiz, além de colaborar para a formação do leitor literário. Esse plano busca nortes teóricos, metodológicos e didáticos para que a disciplina propicie contribuições para o conhecimento dos professores em formação, sobre as histórias como efetivas no fortalecimento de vínculos afetivos e sociais.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Instigar reflexões e promover discussões sobre a literatura infantil e juvenil, sobre a diferença entre ler história e contar história, e sobre a mediação do professor na formação de leitores.● Oferecer um suporte teórico concernente à literatura infantil e juvenil que vise a transformação e humanização dos educandos.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Propiciar reflexões a respeito do oral e do escrito, evidenciando gêneros orais para a criança.● Propiciar abordagens críticas sobre material literário de leitura e para contação destinado à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental I.● Relacionar a prática de contação com o desenvolvimento do gosto pela leitura;● Organizar espaços para a prática de contação de histórias.● Desenvolver técnicas de contação e dramatização.● Planejar e apresentar contações de histórias.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil : teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000. PHILIP, Neil. Volta ao mundo em 52 histórias / Neil Philip; ilustrações de Nilesh Mistry; tradução de Hildegard Feist. 2 ed. São Paulo: Cia das Letrinhas, 1998.3. SILVA, Maria Betty Coelho. Contar histórias : uma arte sem idade. São Paulo: Ática, 1999.
5.2 - Bibliografia Complementar
ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil : gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997. BAJARD, Ellie. Da escuta de textos à leitura . São Paulo: Cortez, 2007. BUSATTO, Cléo. Contar e encantar : pequenos segredos da narrativa. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. SOUZA, Renata Junqueira de.; FEBA, Berta Lúcia Tagliari. (Orgs.). Ações para a formação do leitor literário : da teoria à prática. Assis: Storbem Gráf. e Edit., 2013. ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola . 11ª ed. São Paulo: Global, 2003.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO
Componente Curricular: Ensino Religioso na Educação Básica
2 - EMENTA
O Ensino Religioso é componente curricular na Educação Básica e de importância para a formação do cidadão e para seu pleno desenvolvimento como pessoa, propondo o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, através de um caráter ecumênico, garantindo o acesso a conhecimentos que promovam a educação do senso religioso, respeitando-se as diferentes culturas.
3 - COMPETÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">● Analisar através de crítica reflexiva a história e o pensamento religioso e cristão bem como de sua prática, desenvolvendo, desta forma, os conhecimentos, os valores e as atitudes dos acadêmicos.● O objetivo de Ensino Religioso é o sagrado como fenômeno religioso, é o estudo das diferentes manifestações do sagrado no coletivo. Com finalidade de compreender o sagrado no coletivo como cerne da experiência religiosa do cotidiano que contextualiza no universo cultural.
4 - HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Reconhecer o fenômeno religioso como uma dimensão antropológica, constituinte das civilizações;● Identificar elementos da religiosidade nas diferentes representações da cultura humana;● Analisar a influência e relação do fenômeno religioso com as outras áreas do conhecimento científico;● Conhecer as principais formas religiosas e as principais religiões do mundo ocidental e oriental;● Refletir sobre os diversos fenômenos religiosos existentes no mundo e no Brasil;● Reconhecer os principais fatos da história das religiões, bem como suas consequências;● Perceber a influência das religiões na sociedade, tanto no passado quanto na atualidade;● Identificar a importância do Cristianismo na cosmogonia Ocidental, bem como suas contribuições para a sociedade;● Analisar a importância dos valores éticos, morais e espirituais na formação integral do ser humano;● Refletir sobre questões de ética aplicada à vida do ser humano;● Reconhecer os valores cristãos como uma das propostas de efetivação de uma sociedade mais ética e justa.
5 - BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS
5.1 - Bibliografia Básica
ALVES, Rubem. O que é Religião? São Paulo. Edições Loyola, 2000. BRASIL, MEC, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. FLOR, Douglas Moacir. Cultura Religiosa. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006. 164 p GAARDER, J. NOTAKER, H. HELLERN, V. O Livro das Religiões. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
5.2 - Bibliografia Complementar
WERNECK, Hamilton. Quem decide pode errar, quem não decide já errou. 3ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1998. GEISLER, Norman L. Ética Cristã. São Paulo. Vida Nova, 2002. SANTOS, José Luiz dos. O que é Cultura? 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

